



Universidade Federal  
de São João del-Rei

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGEOG**

**LUCAS MANOEL**

**FORMAÇÃO TERRITORIAL E A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA**  
**DA MICRORREGIÃO DE VARGINHA - MG**

UFSJ  
São João del-Rei  
2019



Universidade Federal  
de São João del-Rei

## **FORMAÇÃO TERRITORIAL E A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DA MICRORREGIÃO DE VARGINHA - MG**

Lucas Manoel

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Área de concentração:**

Análise Ambiental e Territorial

**Linha de pesquisa:**

Dinâmica do Espaço Rural e Urbano

Orientador: Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves

UFSJ  
São João del-Rei  
2019

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)  
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M285f      Manoel, Lucas.  
              Formação territorial e a dinâmica socioeconômica da  
              Microrregião de Varginha - MG / Lucas Manoel ;  
              orientador Flamarion Dutra Alves. -- São João del  
              Rei, 2019.  
              100 p.

              Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em  
              Geografia) -- Universidade Federal de São João del  
              Rei, 2019.

              1. Microrregião de Varginha. 2. Economia. 3.  
              Relação campo-cidade. 4. Dinâmica populacional. 5.  
              Divisão regional do Brasil. I. Alves, Flamarion  
              Dutra, orient. II. Título.



Universidade Federal  
de São João del-Rei

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**FORMAÇÃO TERRITORIAL E A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DA  
MICRORREGIÃO DE VARGINHA - MG**

Autor: Lucas Manoel

Orientador: Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves

A Banca Examinadora composta pelos membros abaixo aprovou esta dissertação:

---

**Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves - Orientador**

Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ

---

**Prof. Dr. Márcio Roberto Toledo**

Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ

---

**Prof. Dr. Evânio dos Santos Branquinho**

Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL

São João del-Rei

Dezembro 2019

Dedico este trabalho para meus pais, Célio Manoel e Vita Januário Manoel, meus irmãos Tatiane e Tiago, meus sobrinhos Bruno e Yago, para meus familiares e todos os que torcem para mim.

*Lucas Manoel*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Deus, ao nosso senhor Jesus Cristo e ao meu anjo da guarda, pela proteção e por sempre me guiarem pelos melhores caminhos.

Agradeço ao Professor Doutor Flamarion Dutra Alves pela materialização desta dissertação, pois sem orientação essa obra não seria possível. Pelas dicas que me fizeram crescer enquanto geógrafo, pela autonomia e a confiança a mim dada, o meu muito obrigado!

O meu obrigado segue também para os que de alguma maneira ajudaram-me financeiramente durante o mestrado – meus pais e irmãos, minhas tias Eliane e Ana Maria, meus amigos Wislon Régis Melo, Sidinei e Leonardo. A todos vocês agradeço com sinceridade o apoio recebido.

Agradeço aos colegas de mestrado, Turma 2018 – em especial, à Carolina Gomes, colega que se transformou em uma grande amiga. Aos que contribuíram com esta pesquisa, Winkler e Paulo Júnio, registro meu agradecimento. Aos que conviveram comigo na cidade de São João del-Rei durante meu primeiro ano de mestrado, Alex e Rodrigo, a minha lembrança. A todos vocês, o meu obrigado!

Por fim, registro agradecimento ao PPgeog – Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de São João del-Rei – pela oportunidade de novos aprendizados, em especial, à Banca de Admissão e à Banca da Defesa da Dissertação e a todos os professores envolvidos. Muito Obrigado!

*“Nenhum conhecimento sério, bem elaborado, deve ser rejeitado, a gente aprende não só com aquilo que a gente concorda, com aquilo que a gente tem expectativa de ter aquele resultado, mas sobretudo nós podemos aprender com aquilo que nós não conhecemos, ou com aquilo que nós discordamos, pois é dessa tensão que surge o conhecimento novo” (CORRÊA, 2018).*

## RESUMO

Nesta dissertação a Microrregião de Varginha – uma das dez subáreas em que divide-se a Mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais – é analisada a partir da investigação combinada de três aspectos geográficos: território, população e economia. Para tanto, foram realizados levantamentos de dados e informações no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em bibliografias e documentos disponíveis em meios eletrônicos, além do conhecimento vivido do pesquisador na delimitação geográfica e visitas técnicas em campo. Os estudos realizados, aliados à proposta de caracterização, são importantes pois trazem questões até então pouco discutidas na literatura sobre a área, como a formação e ocupação microrregional a partir do início do século XVIII, a organização e funcionalidade das cidades-membro, a absorção de parte da mão de obra local pelo campo e apontamentos críticos sobre o PIB agropecuário, dentre outros. Como resultado, indica-se a área como sendo um espaço com relações socioeconômicas ligadas mais intimamente às atividades do setor agropecuário. Além disso, menciona-se a importância de Varginha no que refere ao seu poder centralizador regional, já que em 2017 a cidade tornou-se – segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em um novo estudo a respeito da divisão regional do Brasil – sede de Região Geográfica Imediata e Intermediária, condição que ampliou sua área de polarização graças a expansão urbana, de atividades industriais e a de comércio e serviços.

**Palavras-chave:** Microrregião de Varginha; Economia; Relação campo-cidade; Dinâmica populacional; Divisão Regional do Brasil.



## TERRITORIAL FORMATION AND THE SOCIOECONOMIC DYNAMICS OF VARGINHA MICRORREGION - MG

### ABSTRACT

In this dissertation the Varginha Microrregion - one of the ten subareas in which the South and Southwest Mesorregion of Minas Gerais is divided - is analyzed from the combined investigation of three geographical aspects: territory, population and economy. To this end, data and information surveys were performed at the Brazilian Institute of Geography and Statistics, in bibliographies and documents available in electronic media, in addition to the researcher's lived knowledge of geographical delimitation and technical field visits. The studies carried out, allied to the characterization proposal, are important because they bring questions until then little discussed in the literature about the area, such as the formation and micro-regional occupation from the beginning of the eighteenth century, the organization and functionality of the member cities, the absorption of part of the local labor force in the field and critical notes on agricultural GDP, among others. As a result, the area is indicated as a space with socioeconomic relations more closely linked to the activities of the agricultural sector. In addition, it is mentioned the importance of Varginha with regard to its regional centralizing power, since in 2017 the city became - according to the Brazilian Institute of Geography and Statistics in a new study on the regional division of Brazil - headquarters of Immediate and Intermediate Geographic Region, a condition that further widens its area of polarization thanks to urban expansion and industrial activities and service and commerce.

**Keywords:** Varginha Microrregion; Economy; Field-city relationship; population dynamics; Regional Division of Brazil.

## LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

<b>AA</b>	Ao Ano
<b>BR</b>	Rodovia Brasileira
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>DEGEO</b>	Departamento de Geografia
<b>DEER</b>	Departamento Estadual de Estrada e Rodagem
<b>HAB./KM<sup>2</sup></b>	Habitante por Quilômetro Quadrado
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>KM</b>	Quilômetro
<b>KM<sup>2</sup></b>	Quilômetro Quadrado
<b>MG</b>	Minas Gerais
<b>MRV</b>	Microrregião de Varginha
<b>PEA</b>	População Economicamente Ativa
<b>PEAA</b>	População Economicamente Ativa Agrícola
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>SIDRA</b>	Sistema de Recuperação Automática
<b>OCDE</b>	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
<b>PPGEOG</b>	Programa de Pós-graduação em Geografia
<b>UFSJ</b>	Universidade Federal de São João del-Rei

## LISTA DE FIGURAS

	<u>Pág.</u>
<b>Figura 01.</b> Fluxograma-guia para a elaboração da pesquisa combinada .....	4
<b>Figura 02.</b> Mapa da capitania das Minas Gerais .....	23
<b>Figura 03.</b> Instalação de cidades a partir do litoral .....	25
<b>Figura 04.</b> Caminhos da Estrada Real no século XVIII.....	26
<b>Figura 05.</b> Instalação de núcleos urbanos a partir da Estrada Real .....	26
<b>Figura 06.</b> Zonas Fisiográficas de Minas Gerais .....	28
<b>Figura 07.</b> Mesorregiões geográficas de Minas Gerais .....	30
<b>Figura 08.</b> Microrregiões geográficas de Minas Gerais .....	31
<b>Figura 09.</b> Localização da Microrregião de Varginha .....	31
<b>Figura 10.</b> Delimitação da Região Intermediária de Varginha .....	32
<b>Figura 11.</b> Complexidade morfológico-funcional das cidades .....	38
<b>Figura 12.</b> Principal trecho de conexão da Microrregião de Varginha .....	39
<b>Figura 13.</b> Sistema de recorte Territorial e seus Critérios de Classificação ...	40
<b>Figura 14.</b> Dispersão demográfica na Microrregião de Varginha .....	42
<b>Figura 15.</b> Trecho entre a cidade de Elói Mendes e Varginha .....	45
<b>Figura 16.</b> Grau de atratividade das Microrregiões Homogêneas em 1977 ...	48
<b>Figura 17.</b> Polígono industrial brasileira .....	52
<b>Figura 18.</b> Cidades sob influência da metrópole de São Paulo .....	53
<b>Figura 19.</b> Cidades sob influência da metrópole de Belo Horizonte .....	54
<b>Figura 20.</b> Espacialidade dos empregos formais na mesorregião em 2011 ....	57
<b>Figura 21.</b> Localização do Porto Seco Sul de Minas .....	60
<b>Figura 22.</b> Espacialidade da capacidade de armazenamento na mesorregião	62
<b>Figura 23.</b> Espaço e reprodução do capital .....	63
<b>Figura 24.</b> Municípios com maior destaque no PIB agropecuário .....	66
<b>Figura 25.</b> Municípios com maior concentração de PIB industrial .....	67
<b>Figura 26.</b> Predominância (em %) no setor de comércio e serviços .....	68

<b>Figura 27.</b> Vista parcial da cidade de Varginha .....	<b>70</b>
<b>Figura 28.</b> Classificação das cidades médias de Minas Gerais em 2006 .....	<b>72</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

	<u>Pág.</u>
<b>Gráfico 1.</b> Dinâmica populacional dos municípios entre 1970 e 2010.....	<b>44</b>
<b>Gráfico 2.</b> PIB das 10 microrregiões do Sul e Sudoeste entre 2002 e 2015 ...	<b>50</b>
<b>Gráfico 3.</b> PIB da Microrregião de Varginha por setores entre 2010 e 2016 ...	<b>55</b>
<b>Gráfico 4.</b> PIB dos municípios da Microrregião de Varginha em 2016 .....	<b>65</b>

## LISTA DE QUADROS

	<u>Pág.</u>
<b>Quadro 01.</b> Cronologia da fundação dos primeiros povoados na microrregião	<b>22</b>
<b>Quadro 02.</b> Zoneamento morfológico-funcional e níveis da hierarquia urbana	<b>36</b>
<b>Quadro 03.</b> Volume de tráfego de veículos na Microrregião de Varginha .....	<b>39</b>
<b>Quadro 04.</b> Habitantes por Km <sup>2</sup> nos municípios da Microrregião de Varginha	<b>41</b>
<b>Quadro 05.</b> População residente por lugar de origem .....	<b>47</b>
<b>Quadro 06.</b> Tipos de municípios da Microrregião de Varginha .....	<b>66</b>
<b>Quadro 07.</b> IDH dos municípios da Microrregião de Varginha em 2010 .....	<b>69</b>
<b>Quadro 08.</b> Elementos de atração e interação econômica de Varginha .....	<b>73</b>
<b>Quadro 09.</b> Descrição dos elementos de atração e interação econômica .....	<b>74</b>
<b>Quadro 10.</b> Resumo das principais conclusões da Microrregião de Varginha	<b>79</b>

## LISTA DE TABELAS

	<u>Pág.</u>
<b>Tabela 1.</b> Quantitativo populacional dos municípios entre 1970 e 2010 .....	<b>35</b>
<b>Tabela 2.</b> População rural e urbana, PEA e densidade demográfica .....	<b>56</b>
<b>Tabela 3.</b> PIB das microrregiões da Mesorregião Sul e Sudoeste .....	<b>58</b>
<b>Tabela 4.</b> Capacidade útil de armazenamento na Mesorregião Sul/Sudoeste.	<b>59</b>

## SUMÁRIO

	<u>Pág.</u>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1.1 Lógica da pesquisa: o método.....	2
1.2 Procedimentos metodológicos .....	5
<b>2. CONCEITO DE REGIÃO E A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE.....</b>	<b>8</b>
2.1 Relação campo-cidade.....	15
<b>3. ANÁLISE SISTÊMICA DA MICRORREGIÃO DE VARGINHA .....</b>	<b>19</b>
3.1.1 O Sul de Minas Gerais.....	19
3.1.2 A Microrregião de Varginha na Divisão Regional do Brasil .....	27
3.2 População contemporânea.....	34
3.2.1 Distribuição da população por áreas pré-definidas .....	34
3.2.2 Dinâmica Populacional .....	43
3.2.3 Atratividades funcionais dos municípios.....	46
3.3 Base econômica da Microrregião de Varginha.....	50
3.4 Principais funções e interações econômicas dos municípios da Microrregião de Varginha .....	65
3.4.1 Elementos de atração e interação econômica .....	70
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>76</b>
REFERÊNCIAS.....	81
ANEXO 1.....	86



## 1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como temática a análise regional da Microrregião de Varginha, em especial, a investigação da dinâmica populacional e econômica. A análise regional possibilita compreender o comportamento de localidades com particularidades únicas, ao mesmo tempo em que, no contexto regional, permite perceber relações entre esses espaços. Escolheu-se a Microrregião de Varginha por tratar-se de uma delimitação importante para o contexto econômico do Sul e Sudoeste de Minas Gerais.

A Microrregião de Varginha (MRV) é uma das 10 subáreas em que divide-se a Mesorregião Sul e Sudoeste do estado de Minas Gerais. A área abrange 16 municípios, que juntos, concentram 441.060 habitantes (IBGE, 2010) – para 2018 estimou-se um quantitativo de 470.643. Na MRV apenas 3 municípios possuem população absoluta superior a 50 mil, entre eles Varginha com 123.081, principal destaque por polarizar a dinâmica socioeconômica regional – os outros dois são Três Corações e Três Pontas, com respectivamente 72.765 e 53.860 habitantes (IBGE, 2010), que, nessa microrregião, assumem a condição de porte médio.

Microrregiões geográficas são fragmentos do espaço geográfico brasileiro individualizados com o propósito de fomentar a integração e o desenvolvimento regional. Delimitadas em 1989 por meio de resolução publicada no Suplemento do Boletim de Serviço do Departamento de Geografia (DEGEO) – vinculado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –, estão em vigor desde janeiro de 1990 como “parte das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço” (IBGE, 1990, p. 8). As especificidades “não significam uniformidade de atributos nem conferem às microrregiões autossuficiência”, já que elas referem-se unicamente as similaridades encontradas nas estruturas de produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca (IBGE, 1990).

As microrregiões geográficas costumam ser caracterizadas com base em análises isoladas de sua macroestrutura. Isto é, são investigadas características específicas como a dinâmica populacional, a economia, a cultura, etc. – método

válido, mas que acaba desfavorecendo uma compreensão mais ampla da área. Para um conhecimento pretensamente mais completo, há a opção da análise de dois ou mais aspectos da microrregião, que, combinados, tendem a favorecer a interpretação de suas características fundamentais. É pela carência de trabalhos que se baseiem nesse tipo de abordagem que esta dissertação se justifica.

Colocado isso, teve-se como objetivo geral analisar a formação territorial da Microrregião de Varginha e suas características socioeconômicas a partir da investigação combinada de três elementos geográficos: Território, População e Economia. Já em relação aos objetivos específicos, pretendeu-se: i) analisar a formação e a ocupação microrregional a partir do século XVIII; ii) discorrer sobre sua dinâmica populacional e classificar os municípios por áreas pré-definidas – classifica-los em pequeno, intermediário ou médio de acordo com os dados do censo de 2010; e iii) explorar a organização e funcionalidade das cidades e fazer proposições direcionadas sobre a dinâmica econômica.

As finalidades específicas poderão, juntas, responder a algumas questões sobre a área investigada e seu entorno, dentre elas, o fato da Mesorregião Sul e Sudoeste não ter uma cidade grande e sua composição ser predominantemente formada por pequenas cidades e estar associada a predisposição para o setor agropecuário. Nessas condições, como está organizada a relação campo-cidade na Microrregião de Varginha? Outra questão envolve especificamente sua cidade polo – quais atividades econômicas a faz exercer influência em nível regional? Essas são perguntas que uma análise combinada sobre a região pode ajudar a responder. Esse modelo de análise tem como base o método sistêmico, técnica que será explicada a seguir.

### **1.1 Lógica da pesquisa: o método**

O método que sustenta este trabalho é o sistêmico. Para Bezzi (2004), ao empregar o método sistêmico, “a Nova Geografia buscou fornecer aos estudos regionais um caráter mais sofisticado da descrição [e caracterização], isto é, um sentido de explicação da estruturação e do funcionamento do espaço geográfico

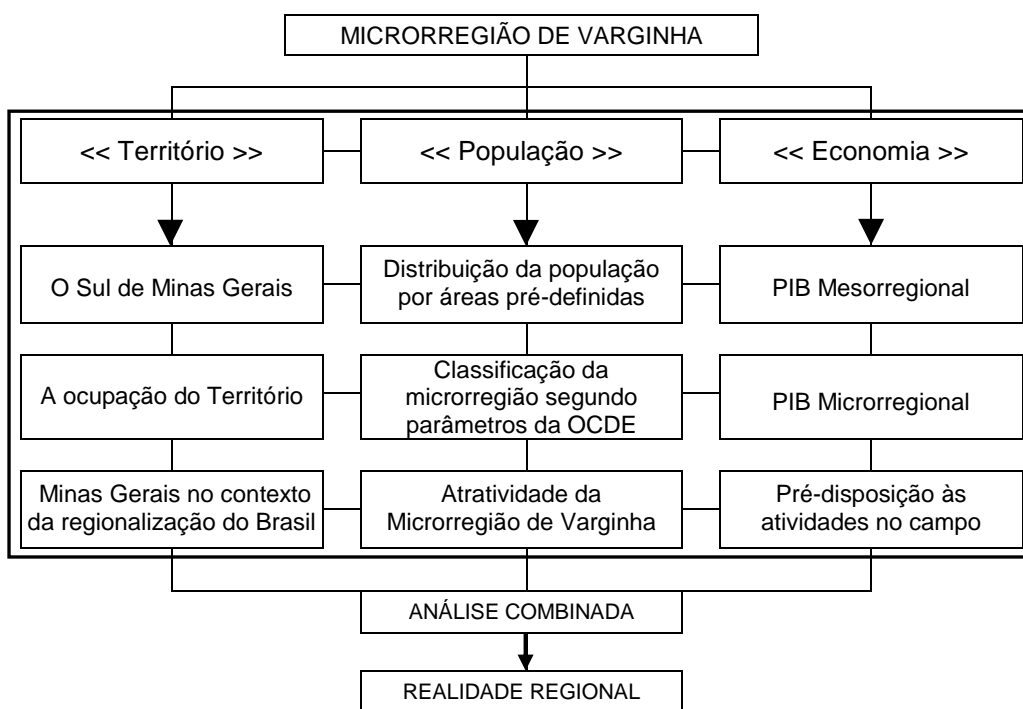
mais elevado” (BEZZI, 2004, p. 126). Nas palavras da autora, isso acontece por que:

Na verdade, na ideia sistêmica, o espaço geográfico não pode ser visto como um simples agregado, mas sim, como um conjunto articulado de acordo com os princípios sistêmicos. De acordo com tais princípios, a organização aborda o fenômeno espacial, e não o caso único. Assim, a forma, a estrutura e a função serão vistas como meio para alcançar a compreensão das leis e das teorias que possam explicar o espaço. (BEZZI, 2004, p. 126).

Ainda segundo Bezzi (2004), isto significa que “na Nova Geografia não há interesses por fatos isolados [particulares no espaço] mas pelos padrões que os fenômenos apresentam. Busca-se, portanto, uma visão sistêmica”, [uma lógica] (BEZZI, 2004, p. 126). Em resumo, com a investigação combinada dos aspectos que compõem determinado espaço geográfico busca-se por resposta à seguinte pergunta: se áreas diferentes, separadas no espaço, comportam-se de maneira semelhante, qual o padrão de comportamento que indicam e o quê o sustenta?

As interações espaciais de Corrêa (1997), nessa perspectiva, têm grande proveito por poder colaborar para a compreensão desses espaços. Corrêa (1997) ressalta a importância de uma cidade central para atração e deslocamentos dos fluxos materiais e imateriais, sejam eles mercadorias, pessoas, informações, etc. Significa que as interações espaciais entre as cidades apresentam uma dinâmica ligada pelos interesses do capital e esses sistemas se integram e se desintegram ao longo do tempo, em um contínuo rearranjo socioespacial.

De face a ideia de Bezzi (2004), Limberger (2006) também aponta – a partir dos pressupostos versados por ela, dos quais Ludwig Von Bertalanfy (criador da Teoria Geral dos Sistemas) – que devemos considerar todo objeto de estudo um sistema onde as partes se conectam. Por conta disto – dessa relação – é que o tipo de análise colocada na **Figura 1** é a que melhor se aplica neste trabalho. É importante registrar que o fluxograma reúne, para efeito de síntese, somente as principais ideias da pesquisa.



**Figura 1.** Fluxograma-guia para a elaboração da pesquisa combinada. Fonte: própria, 2018

No esquema apresentado pela **Figura 1** é possível perceber a proposta de uma relação entre as variáveis. Estabelece-se melhor essa conexão quando entende-se que toda população faz parte de um território, e é a população que produz e realiza a dinâmica socioeconômica, integrando-se com suas interações espaciais. Limberger (2006) diz que a visão sistêmica apareceu como alternativa ou até mesmo um “complemento” ao pensamento cartesiano – nas palavras da autora: “alternativa ou complemento porque esta nova abordagem não veio com o intuito de destituir tudo o que existia a respeito de métodos de investigação da ciência, mas para agrupá-los e deles buscar uma compreensão [...] da realidade” (LIMBERGER, 2006, p. 97). Segundo as palavras desta autora, isso deve ocorrer porque:

A Geografia é uma ciência que vem desde seus primórdios discutindo sua identidade, seu objeto, seu método... Passou por várias tendências e escolas de pensamento, [...] e agora algumas de suas “alas” tendem a uma compreensão “pretensamente” mais completa – sistêmica e holística – de seus caracteres, o que, no nosso entendimento, abre possibilidades para maior abrangência e resultados mais profícuos de suas pesquisas. (LIMBERGER, 2006, p. 96).

É nessa lógica que, “com relação à ideia de elemento e função, o método sistêmico [segue] de encontro ao pensamento harmônico do espaço geográfico” (ALVES, 2008, p. 233). A respeito dos procedimentos utilizados em pesquisas – importantes para a aplicação do método –, o autor lembra que eles servem “para coletar, extrair e elucidar informações de determinados objetos, pode se dizer que existem dois eixos principais nas pesquisas em Geografia, as qualitativas e as quantitativas” (ALVES, 2008, p. 230). Sendo que, ainda na ideia do autor, elas podem ser qualitativas ou quantitativas ou um conjunto das duas em uma mesma pesquisa. Nesta dissertação ambas foram utilizadas.

Posto o método, foram realizados levantamentos de dados e informações sobre a Microrregião de Varginha e o Sul de Minas Gerais em artigos científicos, bibliografias e documentos disponíveis em meio eletrônico, visitas em campo e a vivência do autor na delimitação geográfica. Utilizou-se também informações extraídas do IBGE, em especial, dados de censos demográficos e agropecuários. A seguir, está o passo-a-passo realizado.

## **1.2 Procedimentos metodológicos**

A busca por Microrregião de Varginha no portal de periódicos da CAPES e por dissertações e teses no banco de dados SUCUPIRA retornou poucas obras publicadas, nas quais, a partir de uma rápida leitura do material, percebeu-se que trabalharam a microrregião de forma parcial – direcionadas a apenas um aspecto da localidade –, a exemplo de Ázara (2016), que discorreu sobre a eficiência dos municípios com relação aos gastos públicos locais – e Martins et al. (2017) – que trabalharam a sustentabilidade financeira dos municípios. Por esse motivo pouco do que foi encontrado na literatura foi utilizado, já que esta dissertação pretendeu extrapolar a escala da análise econômica.

Posto isso, dividiu-se a análise sistêmica da MRV em três ideias centrais. A primeira delas buscou realizar uma contextualização histórica do Sul de Minas Gerais. Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental em artigos científicos sobre a história da região e levantadas no *website* do IBGE-Cidades as datas da

criação dos primeiros povoados da Microrregião de Varginha afim de traçar uma cronologia do povoamento. Para discorrer a respeito da regionalização, recorreu-se à IBGE (1942, 1990, 2017b) e Brasil (1970). À luz dessas fontes foi realizado um estudo sobre as divisões regionais realizadas entre 1942 e 2017 com objetivo de posicionar a MRV em cada uma das fases. Para sintetizar essas informações utilizou-se mapas e ilustrações.

Na segunda parte (subcapítulo **3.2**) – para analisar a população – extraiu-se do *website* do IBGE (SIDRA, 2019) dados sobre a população dos municípios. Com isso foi possível verificar, com base nos censos realizados de 1970 a 2010, como está distribuída a população e a tendência de crescimento populacional da MRV. Além disso, utilizou-se a adaptação feita por Schneider e Blume (2004) do Sistema de Recorte Territorial e seus Critérios de Classificação, da OCDE, para verificar o grau de ruralidade da microrregião, ou seja, o quão ela está ligada às atividades típicas do campo.

Por fim, para discorrer sobre a base econômica da MRV, utilizou-se dados do PIB da Mesorregião Sul e Sudoeste do estado de Minas Gerais para fazer um comparativo entre as dez microrregiões que a compõem. Feito isso, intensificou-se a análise com dados do PIB da Microrregião de Varginha por setores. Diante dos resultados adquiridos, direcionou-se a pesquisa para o setor agropecuário, tendo feito à luz desse setor indicações sobre sua reprodução ao longo do tempo e sua capacidade de armazenamento. Essa sequência de investigação permitiu indicar a importância da agropecuária para a microrregião, bem como delinear sua base econômica.

Para encerrar a análise sobre a economia e população da Microrregião de Varginha foi realizado no subcapítulo **3.4** um indicativo dos principais elementos de atração que viabilizam a interação econômica de sua cidade polo com outras cidades do Sul de Minas. Para tanto, selecionou-se as principais atividades que fazem parte do setor de prestação de serviços, depois, dentre essas, as que são especializadas e não são oferecidas nas cidades de sua área de cobertura, feito isso, elencou-se os resultados em um quadro. As prestações de serviços, junto

com as Unidades Locais geradoras de empregos formais, conferem à cidade de Varginha uma posição de destaque na região.

## 2. CONCEITO DE REGIÃO E A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE

Para discorrer sobre o conceito de região e a análise regional traçou-se a partir de Corrêa (2003), Bezzi (2004) e Breitbach (1986) uma breve síntese sobre o assunto. O levantamento partiu da problemática que envolve o termo região e prosseguiu na busca de suas principais definições nas correntes do pensamento geográfico determinista, possibilista, método regional, nova geografia e geografia crítica. Os resultados apresentam a versatilidade do termo e sua complexidade, ao mesmo tempo em que permite vislumbrar a importância dos estudos regionais como meio para a caracterização do espaço geográfico brasileiro. Fora isso, foi feita uma discussão sobre a relação campo-cidade, pois representa um caminho para compreensão das características gerais da Microrregião de Varginha.

Para Corrêa (2003), “o termo *região* não apenas faz parte do linguajar do homem comum, como também é dos mais tradicionais em geografia. Tanto num como noutro caso [...] está ligado à noção fundamental de *diferenciação de área*” (CORRÊA, 2003, p. 22). Para o autor, a utilização entre os geógrafos pode provir certo embaraço, já que o termo pode assumir diferentes conotações a depender dos propósitos do pesquisador – nas palavras do expoente, “queremos dizer que há diferentes conceituações de região. Cada uma [...] tem um significado próprio e se insere dentro de uma das correntes do pensamento geográfico” (CORRÊA, 2003, p. 21) – situação que veremos mais adiante.

Para Bezzi (2004, p. 17), “abordar o termo região na ciência geográfica é tocar em um ponto delicado de nossa disciplina”. Isso porque para a autora, esse tema traz pelo menos 3 possibilidades distintas e convergentes de entendimento: a região como conceito central da geografia, região como algo indefinido e região como algo particular de cada pesquisador. Além dessas, registra que há também entre os geógrafos “aqueles que afirmam que a questão regional é uma história sem fim, e [...] os que decretaram a falência do conceito de região” (BEZZI, 2004, p. 17). Ou seja, a decadência do termo região enquanto categoria de análise da geografia por não haver uma definição única, clara e objetiva.



A problemática em torno do significado de região também é lembrada por Breitbach (1986). Para essa autora, o termo pode assumir diferentes significados e ser utilizado por diferentes segmentos da sociedade. A respeito disso, assinala que “a imprecisão do conceito vem fazendo com que o termo [...] seja utilizado [...] tanto por economistas como por geógrafos, cientistas sociais, historiadores, etc., sem que seu conteúdo seja muito bem explicado” (BREITBACH, 1986, p. 10) – quer dizer, sem que se baseie a proposta em uma definição única do termo.

Para fugir da imprecisão, Breitbach (1986) recomenda que seu significado seja colocado de forma objetiva “[...] afim de não cair no vício simplista de utilizar os termos sem nenhuma ideia clara de seu significado, unicamente para tapar buracos e dar continuidade no discurso” (PALACIOS, 1983 apud BREITBACH, 1986, p. 11). A objetividade, baseado nas palavras da autora, deve ser coerente com o que se pretende propor ao mesmo tempo em que deve ir ao encontro do que se entende por região na ciência, já que nas palavras da referida geógrafa:

É de nosso parecer que [...] a região é uma realidade objetiva, dotada de elementos que podem ser identificados [classificados] e analisados, passível, portanto, de exame de acordo com procedimentos científicos adequados. (BREITBACH, 1986, p. 11).

Colocados esses três pontos de vista a respeito de região, percebeu-se a partir de Corrêa (2003), Bezzi (2004) e Breitbach (1986) que o termo é complexo devido a uma imprecisão em sua definição, tanto dentro da geografia (conforme exposto pelos dois primeiros autores) quanto fora dela – conforme registrado por Breitbach (1986). Colocada a problemática, a parte que segue teve o objetivo de percorrer sobre o “assunto região” em quatro diferentes correntes do pensamento geográfico. Isso será realizado com base em Corrêa (2003) e Bezzi (2004), que, em determinados trechos da discussão, encontrar-se-ão posicionados de forma convergentes e divergentes em relação a alguns significados.

Para Corrêa (2003), estabeleceu-se na Geográfica Clássica<sup>1</sup> “uma relação causal entre o comportamento humano e a natureza, na qual essa aparece como elemento de determinação” (CORRÊA, 2003, p. 11). Significa que o meio natural, nessa corrente de pensamento geográfico, determina o comportamento humano, assumindo, o Homem, papel de coadjuvante dentro de uma limitação geográfica natural. Nas palavras do autor a região natural:

[...] é entendida como uma parte da superfície da Terra, dimensionada segundo escalas [...] diversificadas, e caracterizadas pela uniformidade resultante da combinação ou integração em área dos elementos da natureza: o clima, a vegetação, o relevo, a geologia e outros adicionais que diferenciariam ainda mais cada uma destas partes. Em outras palavras, uma região natural é um ecossistema onde seus elementos acham-se integrados e são integrantes. (CORRÊA, 2003, p. 23).

O exemplo prático da definição supracitada é a divisão do Brasil em cinco grandes regiões – Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-oeste e Sul. Essa divisão, para Bezzi (2004, p. 91), seguiu o conceito clássico das análises das influências dos fatores físicos – clima, vegetação e relevo – sobre o território. Contudo, para a autora, “dadas as dificuldades de informação [...] e à não-coincidência perfeita entre os diferentes fatores físicos, [utilizou-se], para caracterizar a região natural, a noção do fator dominante [...]” (BEZZI, 2004, p. 91). Isto é, a nota característica de cada região, suas principais nuances.

Em oposição a ideia anterior, a Corrente Possibilista<sup>2</sup> considera de forma diferente a questão da região. Para Corrêa (2003), “não é a região natural, e sua influência sobre o homem, que domina o temário dos geógrafos possibilistas. É, sem dúvida, uma região humana [ativa] vista na forma da geografia regional que se torna seu próprio objeto” (CORRÊA, 2003, p. 27). Em outras palavras, indica-se a natureza como sendo na verdade algo passivo de modelagem pelo Homem,

---

<sup>1</sup>No final do século XIX, e durante as duas primeiras do XX, a ciência geográfica foi impulsionada pela expansão imperialista, sendo o (determinismo ambiental) uma de suas principais correntes de pensamento. (CORRÊA, 2003, p. 23).

<sup>2</sup>A ideia aparece primeiro na França, no final do século XIX, com Paul Vidal de La Blache. Mais tarde na Alemanha, na primeira década do século XX, com Otto Schluter, antes de aparecer nos Estados Unidos, em 1925, com Carl Sauer. (CORRÊA, 2003, p. 28).

uma fonte de recursos e à serviço do homem. Para mais, o autor completa que a região, nessa fase:

[...] é concebida como [...], por excelência, a *região geográfica*. Assim, os conceitos de região natural e região geográfica, tal como esta será inserida, são distintos, tanto no que se refere às suas bases empíricas, como aos seus propósitos. (CORRÊA, 2003, p. 27).

Reagindo ao determinismo [...] o possibilismo considera a evolução das relações entre o homem e a natureza que, ao longo da história, passam de uma adaptação humana a uma ação [ativa] modeladora, pela qual o homem com sua cultura, cria uma paisagem e um gênero de vida, ambos próprios e peculiares a cada porção da superfície da Terra. (CORRÊA, 2003, p. 27).

Discordante de Corrêa (2003), Bezzi (2004) registra uma opinião diferente a colocada pelo autor no primeiro trecho da citação supracitada – a que a região natural e região geográfica são distintas. Para a autora, região natural e a região geográfica não são diferentes, como exposto por Corrêa (2003), mas sim partes de uma mesma paisagem. O ponto de divergência encontrado entre os autores pode ser verificado a partir da justificativa apresentada por Bezzi (2004) a seguir:

[...] é indiscutível a influência exercida pelo meio sobre os seres vivos. Se é certo [aceitável] que a situação geográfica, a geologia, o relevo, o clima, determinam os agrupamentos naturais das plantas, dos animais, e se o homem é um produto da ação conjugada de todos esses fatores e responde, sempre, a cada estímulo, com uma determinada reação, pode dizer-se que cada região [...] possui fenômenos peculiares, que lhe emprestam uma fisionomia própria. É possível afirmar, portanto, que existem regiões que formam verdadeiras unidades não apenas naturais, mas também geográficas. Sendo assim, frequentemente a região natural confunde-se com a região geográfica. (BEZZI, 2004, p. 55).

O método regional, de acordo com Corrêa (2003, p. 14), consiste em mais um paradigma da geografia. Para o autor, ele opõe-se ao método determinista e possibilista por considerar que “a diferenciação de áreas não é vista a partir da relação entre o homem e a natureza, mas sim da interação [do elo] de fenômenos heterogêneos em uma dada porção da superfície da Terra” (CORRÊA, 2003, p. 14). Significa um olhar sobre a região enquanto caso único, ou, nas palavras do

autor “a sua diferenciação de *per si* como objeto da geografia”. Sob essa ótica de entendimento as regiões são, do modo que são, devido a originalidade do seu acontecer histórico – de sua construção ao longo do tempo.

Ainda a respeito do método regional, Bezzi (2004, p. 113) registrou que “a perspectiva [...] baseada em estudos do único, defendida por muitos autores e criticada por outros foi-se desgastando”. Isso aconteceu, nas palavras da autora, “porque se alegava que muitas das classificações regionais eram ingênuas, não passando de uma sucessão de fatos físicos e humanos” (BEZZI, 2004, p. 113). À luz dessa crítica, a autora registrou que:

Assim, nesse período, houve um debate interno da Geografia; novas perspectivas e discussões metodológicas começaram a fomentar tendências renovadoras que viriam a se consolidar posteriormente. Foi um importante período de preparação em que se examinaram algumas questões substantivas da Geografia, havendo a ‘preparação do terreno’ para o lançamento de novas abordagens. (BEZZI, 2004, p. 113).

Uma das abordagens emergiu como “alternativa” às definições anteriores oferecidas pelo determinismo ambiental, possibilismo e o método regional – o da região natural, da região geográfica e do estudo do caso único, respectivamente. Desse modo, os geógrafos observaram a Nova Geografia aventar “a região como um caso particular de classificação, tal como se procede nas ciências naturais” (CORRÊA, 2003, p. 18) – notou-se também essa indicação em Bezzi (2004). À luz dessa fase, Corrêa (2003) registrou que:

A geografia que surge em meados da década de 50, conhecida como *nova geografia*, tem um papel a ser cumprido. É preciso justificar a expansão capitalista, escamotear as transformações que afetaram os gêneros de vida e paisagens solidamente estabelecidas, assim como dar esperanças aos ‘deserdados da terra’, acenando com a perspectiva de desenvolvimento a curto e médio prazo: o subdesenvolvimento é encarado como uma etapa necessária, superada em pouco tempo. A teoria dos polos de desenvolvimento é um dos melhores exemplos desta ideologia”. (CORRÊA, 2003, p. 17).

Concordante com as palavras supracitadas, Bezzi (2004) mencionou que:

Nessa perspectiva, o importante, nos estudos da Nova Geografia, era encontrar um espaço para a região como um instrumento técnico-operacional. A divisão do espaço se fazia de acordo com a sua função, de acordo com o [...] que cada subespaço desempenhava na formação de um espaço global, sistematicamente estruturado. (BEZZI, 2004, p. 148).

Nessa fase o estudo admitia a existência de um padrão de comportamento possivelmente verificável entre as unidades espaciais – isto é, a possibilidade de encontrar, a partir do tratamento de dados estatísticos, regiões similares. Nesse sentido, percebeu-se a partir das contribuições de Corrêa (2003) e Bezzi (2004) a evolução do conceito e a sofisticação das técnicas de abordagem. Para mais, a geógrafa registrou as seguintes palavras:

O novo objeto de estudo passa a ser [portanto] a organização espacial. Tal organização envolve o estudo das relações, das combinações, das conexões, das localizações que se processam de forma dinâmica no quadro de uma unidade espacial, entre os diversos elementos que a constituem, bem como as [ações] que se verificam entre as unidades espaciais. (BEZZI, 2004, p. 136).

Dentro da lógica da “organização espacial” aparece a região homogênea, formal ou uniforme, e funcional, polarizada ou nodal (BEZZI, 2004, p. 136). Além dessas Corrêa (2003) traz outras que se somam à ampla possibilidade de divisão regional – são as regiões simples ou complexas, as homogêneas e as funcionais (CORRÊA, 2003, p. 34). As abordagens encontram-se explicadas na sequência com as palavras de seus respectivos autores.

[...] a região homogênea é aquela cuja identidade se relacionará com características físicas, econômicas, sociais, políticas, culturais, entre outras, em uma determinada área. Entretanto, para sua delimitação, é necessário que essa uniformidade seja contígua no espaço. Parte-se do pressuposto de que, selecionando-se variáveis verdadeiramente estruturantes no espaço, os intervalos, nas frequências e na magnitude dessas variáveis, estatisticamente mensuradas, definem espaços mais ou menos homogêneos – regiões isonômicas – ou seja, divisões [...] que correspondem a verdadeiros níveis hierárquicos e significativos da diferenciação espacial. A característica mais comumente utilizada para sua delimitação é a econômica. (BEZZI, 2004, p. 136).

Por outro lado, a região funcional ou polarizada é aquela que necessita, essencialmente, de um polo (nó) que preside a teia de relações que dá

substância à região. Nessa perspectiva, a estruturação do espaço não é vista sob o caráter da uniformidade espacial, mas pelas múltiplas relações que circulam e dão forma a um espaço que é internamente diferenciado. As cidades com função determinada passam a ser um polo de atração [...] regional. Dessa forma, as cidades organizam sua hinterlândia e também dinamizam outros centros urbanos de menor porte, em um verdadeiro sistema espacial. Esse dinamismo pode ser fornecido pelas funções que esse polo oferece [...] (BEZZI, 2004, p. 137).

No que diz respeito às mencionadas por Corrêa (2003), temos a definição:

No caso das regiões simples [*sic*], estamos considerando uma divisão regional de acordo com um único critério ou variável, originando regiões segundo, por exemplo, o nível de renda da população, da criação de bovinos ou de tipos de solos. No segundo caso, levamos em conta muitos critérios ou variáveis [...] Um [bom] exemplo de divisão regional complexa é a divisão de um país em regiões econômicas, envolvendo, entre outras, variáveis como a densidade demográfica, a renda da população, produção agropecuária e industrial e urbanização. (CORRÊA, 2003, p. 34).

Por região homogênea, estamos nos referindo à unidade agregada de áreas, descrita pela invariabilidade (estatisticamente considerada) de características analisadas, estáticas, sem movimento no tempo e no espaço: a densidade de população, a produção agropecuária, os níveis de renda da população, os tipos de clima e as já mencionadas regiões naturais. (CORRÊA, 2003, p. 34).

As regiões funcionais, apesar da inadequação do termo são definidas de acordo com o movimento de pessoas, mercadorias, informações, decisões e ideias sobre a superfície da Terra. Identificam-se, assim, regiões de tráfego rodoviário, fluxos telefônicos ou matérias primas industriais, migrações diárias para o trabalho, influência comercial das cidades, etc. (CORRÊA, 2003, p. 35).

As transcrições supramencionadas indicam uma correspondência entre as definições trazidas por Bezzi (2004) e Corrêa (2003). Percebe-se que a região homogênea é formada por subespaços agrupados por características similares, onde não há – devido a homogeneidade da área – cidade polo em nível regional. O mesmo ocorre com as definições expostas para os casos de região funcional, polarizada ou nodal, trazidas por Bezzi (2004), e a de região funcional, de Corrêa (2003). Nesses, os espaços antes homogêneos – ou isonômicos –, passam a ser organizados por alguma cidade em destaque, caracterizada pela centralidade de diversos serviços especializados.

Para encerrar os levantamentos, “dentro do questionamento à geografia tradicional e a *nova* geografia, aparece durante a década de 1970 uma geografia crítica, que traz consigo a necessidade de se repensar o conceito de região [até então praticado]” (CORRÊA, 2003, p. 40). Nesse sentido, nas palavras do autor, “a região pode ser vista como um resultado da lei do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e [...] associação de relações de produção distintas” (CORRÊA, 2003, p. 45). Isso significa, de acordo com o nosso entendimento, a região como meio e condição para a reprodução do capitalismo, onde a análise de seus caracteres permite compreender as diferenças e semelhanças entre as unidades espaciais.

No decorrer desse breve apontamento teórico, a respeito do conceito de região, priorizou-se traçar suas principais definições a partir Bezzi (2004), Corrêa (2003) e Breitbach (1986), em especial, os 2 primeiros. Desse modo, foi possível perceber sua problemática e sua evolução ao longo do tempo. Registrado essa conclusão, consta a seguir uma discussão complementar a respeito de questões envolvendo a relação campo-cidade na contemporaneidade.

## **2.1 Relação campo-cidade**

Atualmente o estudo da relação campo-cidade superou a visão dicotômica entre cidade e campo, antes vistos como espaços sem interações e divergentes. Com isso, percebe-se a existência de um verdadeiro *continuum* entre eles. Essa relação acontece de várias maneiras e é mais perceptível em cidades pequenas e médias, onde a população rural e urbana têm uma convivência mais presente e uma mobilidade entre esses espaços mais dinâmica.

A respeito da constatação supracitada, Alves e Vale (2013) registraram o seguinte: que a visão dicotômica entre esses espaços foi sendo substituída por intervenções que surgiram sob vários prismas, o *continuum* entre os espaços ou a sobreposição denominada de *rururbano*, ou seja, uma análise urbana que parte do centro da cidade até as franjas urbanas, ou ainda o rural percebido na cidade através da prática da agricultura urbana (ALVES e VALE, 2013, p. 34).

A presença de um modo de vida rural na cidade é lembrada também por Lefebvre (2008, p. 19-20), para esse autor, quando a cidade expande deixa “ilhas de ruralidade”, pontos nos quais o viver contraria os costumes urbanos. As ilhas, numa escala regional, podem representar a presença de cidades pequenas em meio as de porte médio e médias, onde é usual as menores serem ligadas mais intimamente aos costumes do campo.

Ainda de acordo com Lefebvre (2001, p. 50-51) “a separação da cidade e do campo pode e deve se superar”, e isso só acontecerá a partir da consciência de que há, atualmente, a existência de um espaço híbrido nascido da junção dos dois, o que Alves e Vale (2013) chamaram de “rururbano”, que na prática seria a materialidade da transição do modo de vida agrário para o urbano em um mesmo local. Cabe registrar que o entendimento de espaço rururbano pode ser aplicado em diversas escalas – podendo ser considerado como uma ou mais áreas dentro da cidade ou como a própria cidade, optando-se pela última, seriam as pequenas cidades unidades espaciais tipicamente rururbanas.

Do mesmo modo em que pode haver modo de vida rural na cidade, pode-se perceber o contrário ao verificar a presença de aparelhos tipicamente urbanos na zona rural, como rede de *internet* e TV a cabo, ruas pavimentadas, dentre outros aspectos que evidenciam a presença da urbanidade no meio rural. Sobre essas inserções no campo, Rúa (2005) registrou que:

Em geral, para essa vertente analítica [ou seja, a que estreita a relação campo-cidade], com a expansão do capitalismo, o rural se “moderniza”, isto é, se “urbaniza”, adquirindo, assim, um sentido de pertencimento, de inclusão [real] e de presença do Estado, através das infraestruturas construídas, que constituiriam a materialização da urbanização. (RUA, 2005, p. 51).

Colocados os posicionamentos de Lefebvre (2001, 2008) e de Rúa (2005), o “que vai diferenciar o urbano do rural é a intensidade da territorialidade, pois, o primeiro representa relações mais globais [geral], mais deslocadas do território, enquanto o rural reflete uma maior territorialidade, uma vinculação [com o] local mais intensa” (ALVES e VALE, 2013, p. 38).



No Brasil, segundo IBGE (2017a, p. 11), a delimitação de zona rural e de zona urbana é a cargo dos municípios, sendo usualmente conferidas da seguinte maneira: com a necessidade da cobrança do Imposto Territorial Urbano (IPTU), delimita-se primeiramente o que é a área urbana (incluindo os espaços distritais), sendo chamado, por exclusão, de rural, as áreas não-urbanas, sendo cobrado o Imposto Territorial Rural (ITR) que é de competência da esfera federal.

Cabe registrar que há uma diferença entre **zona rural** e **espaço rural**. O primeiro diz respeito a toda a extensão do município que não enquadra-se como urbana. Já o segundo, dentro da zona rural, são os espaços em que há o uso da terra para fins essencialmente econômicos ou para a subsistência, como para o plantio, criação ou extração de recursos naturais.

Segundo IBGE (2017a), “muitas vezes as transformações econômicas e sociais alteram profundamente a configuração espacial [...] sem que a legislação consiga acompanhar em tempo hábil as novas estruturas territoriais e o processo de distribuição espacial das populações e atividades econômicas” (IBGE, 2017a, f. 11). Isso faz com que as definições apresentem falhas e não representem as especificidades de cada área, em especial, da segunda citada. Quer dizer, uma definição por demarcação para fins fiscais promove uma separação física entre dois ambientes que, de certo modo, são inseparáveis.

Com efeito, caracterizar o rural por exclusão tende a fugir da realidade, já que para Abramovay (2000, p. 27) “o meio rural só pode ser compreendido em suas relações com as cidades, com as regiões metropolitanas e também com os pequenos centros em torno dos quais se organiza a vida local”. Em síntese, para o autor, é importante o papel dos pequenos centros na dinamização das regiões rurais. Como observado, há necessidade de perceber uma interação e não uma delimitação ou circunscrição desses espaços.

As divergências entre os critérios e definições também são lembradas por Marques (2002), que traz alguns parâmetros para fins meramente estatísticos e administrativos: discriminação a partir de um determinado patamar populacional, predominância da atividade agrícola e delimitação político-administrativa. Segue:

Há muita divergência quanto ao modo de definir o rural e isto se deve a uma série de fatores que vão desde a forma diversificada em que esta realidade se apresenta no espaço e no tempo até as influências de caráter político-ideológico e os objetivos a que visam atender as diversas definições. Comumente o rural é definido juntamente com o [espaço] urbano com base em características a partir das quais eles se diferenciam. (MARQUES, 2002, p. 99).

No que tange a dinâmica econômica e populacional, o campo e a cidade exercem processos complementares e de interações espaciais sempre ativas. A exemplo das cidades do agronegócio, em que, de acordo com Elias (2011), as cidades médias desempenham um papel importante no contexto regional, pois agrega serviços e comércio, bem como o processo de (agro)industrialização. A relação campo-cidade, desse modo, se acirra em regiões onde o agronegócio e a produção de *commodities* está consolidado:

[...] as grandes corporações concernentes às redes agroindustriais são os maiores agentes produtores do espaço agrário e urbano. Como consequência de tais processos, intensificam-se as relações campo-cidade e a urbanização, uma vez que as redes agroindustriais necessitam também de processos que se dão no espaço urbano próximo às áreas de produção agrícola e agroindustrial, incrementando o crescimento de cidades totalmente funcionais ao agronegócio, as quais passam a ter novas funções, tal como a de gestão desse agronegócio globalizado. (ELIAS, 2011, p.153).

Do mesmo modo, a dinâmica populacional está em constante interação entre cidades pequenas e médias, seja para o trabalho e produção nas fazendas e agroindústrias em períodos contínuos ou sazonais (em especial nas colheitas), seja para o consumo e lazer nos espaços urbanos. Pois são nas cidades médias, preferencialmente, que os consumidores encontram produtos mais sofisticados.

Assim, os estudos da região e campo-cidade apresentam elementos para a discussão do planejamento e organização do espaço por trazer subsídios para a compreensão da estrutura organizacional dos municípios e de suas interações espaciais – a exemplo da hierarquia, que permite aferir o grau de centralidade e interdependência entre os espaços instalados dentro de uma microrregião. Isso significa que o estudo regional pode ser considerado como um facilitador para a compreensão das potencialidades e das mazelas dos municípios.

### **3. ANÁLISE SISTÊMICA DA MICRORREGIÃO DE VARGINHA**

Este capítulo traz os resultados da análise sistêmica feita na Microrregião de Varginha. Em sua primeira parte, subcapítulo 3.1, estão informações sobre o Sul de Minas Gerais e o processo de regionalização que resultou no surgimento da MRV, no 3.2, encontra-se a análise feita sobre a população, o subcapítulo 3.3 traz as análises e os apontamentos sobre a economia. Por fim, o subcapítulo 3.4 categoriza seus 16 municípios de acordo com dados do PIB de 2016 e evidencia quais são os principais elementos de atração e interação econômica da cidade de Varginha.

#### **3.1.1 O Sul de Minas Gerais**

O Sul e Sudoeste de Minas Gerais é composto por 146 municípios, a maior parte com sede na categoria de cidade pequena (até 20 mil habitantes). A região faz fronteira com o Norte de São Paulo e Noroeste do Rio de Janeiro, sendo, por essa posição, um importante ponto de passagem para as metrópoles paulista e carioca. De acordo com IBGE (2018), conta com uma população estimada em 2.438.611 habitantes. Varginha, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Passos, Itajubá e Alfenas, que para Andrade (2015) polarizam a Mesorregião Sul e Sudoeste do estado de Minas Gerais de forma compartilhada, são algumas de suas principais cidades de referência.

O início das atividades no Sul de Minas está atrelado, fundamentalmente, às primeiras apropriações de seu território – isto é, à inserção de colonizadores na região para fins agrícolas e para extração dos recursos naturais. Situação que promoveu uma transição populacional na região entre os anos de 1676 e 1736. A indicação de que existiu um momento transitório antes da criação do povoado da Campanha, “primeiro e principal expoente da diversidade e da dinamicidade característica da região Sul de Minas” (MINAS GERAIS, 2014, p. 24) surgiu da interpretação do registro realizado por Darcy Ribeiro (1995) apud Ribeiro (2008). Nas palavras registradas por essa autora constam que:

Os gentios Cataguás, no qual se baseia a origem do primeiro nome de Minas [Gerais], foram perseguidos e exterminados em 1675 [...] Antes do confronto, os Cataguás ou Catauás, temidos por serem belicosos e ferozes, além de dominarem a parte sul das Minas limítrofe com São Paulo, espalharam-se por todo vale do Rio Grande. Com as constantes expedições no território foram forçados a migrarem para o centro e o extremo oeste de Minas. (DARCY RIBEIRO, 1995, apud RIBEIRO, 2008, p. 44).

Por ter sido parte da população nativa da região do Sul de Minas Gerais exterminada e outra parte expulsa, e fundada no ano de 1737 o primeiro povoado da localidade, é que se estabeleceu um intervalo de tempo o qual considerou ser uma fase de transição. É importante registrar que o Sul de Minas, durante esse período, tornou-se uma importante rota entre as áreas auríferas da parte central do estado e os portos de São Paulo e do Rio de Janeiro, e também travessia que interligava as principais áreas escravistas da região Centro-Sul do país.

Sobre a importância do relevo local para o processo de territorialização da região – já que foi em decorrência das potencialidades geomorfológicas que surgiram seus primeiros povoados –, Girão e Corrêa (2004), numa análise geral, revelam que a geomorfologia é importante condição para o desenvolvimento de variadas civilizações, servindo-lhes como *locus* de ocupação e fonte de recursos para o crescimento de determinadas atividades (GIRÃO e CORRÊA, 2004, p. 36). Esse apontamento é importante pois permitiu entender os motivos que ajudaram na consolidação da região do Sul de Minas Gerais como ponto para a fixação de uma população ligada às práticas agrárias e urbanas.

Tais potencialidades foram observadas em Veiga (1874), que, após visita à região do Sul de Minas no final do terceiro quartel do século XIX, registrou que a localidade era “sem dúvida um dos pontos do Brasil em que vê-se mais bela e opulenta vegetação. Nas montanhas [serras] e planícies, nos campos, florestas, por quase toda a parte, enfim, ostenta-se ela vigorosa e quase em constante primavera” (VEIGA, 1874, p. 27). O relato de Veiga aponta para uma região com condições favoráveis para exploração da agropecuária, em especial, as práticas da agricultura. Perceba que esse registro segue ao encontro de um dos motivos

apresentados no segundo parágrafo dessa seção, onde apontou-se as intenções para a ocupação da região do Sul de Minas Gerais.

Ao encontro do registro de Veiga (1874), Filetto (2000) menciona um outro depoimento “que dá conta da situação climática privilegiada do sul mineiro, para o café”. As palavras a seguir, de Luiz T. M. D. Oliveira, foram registradas 11 anos antes das de Bernardo Saturnino da Veiga e também predizem o cenário de boas condições para a exploração da agropecuária – cenário consolidado, mais tarde, com a expansão do café. Essa consolidação foi encontrada na obra de Castilho (2009).

Da minha viagem pela porção sul de Minas [Gerais] tirei a vantagem de ficar convencido e poder expor como axioma que os lugares em que não chegar a ação da geada, embora sofram o inverno, são os mais próprios para café, por que havendo aí a queda de toda a folhagem em um tempo dado (a entrada do inverno) e havendo a brotação e a floração em um só tempo (princípio da primavera), vê-se que a maturidade do fruto também vem em um só tempo; e por isso não só facilita a colheita por ser feita em uma só vez, como também especializa o aroma do café a ser colhido todo maduro; o que não acontece nos lugares mais quentes e úmidos onde reina quase em constante primavera.

E conclui dizendo:

Não está longe o futuro, em que será por todos reconhecido que os lugares mais próprios para a plantação do café, são os climas de temperado para o frio, onde sente-se a passagem das estações. (ROMERO e ROMERO, 1997, p. 127 apud FILETTO, 2000, p. 76).

Se por um lado há a necessidade de condições favoráveis para as práticas comerciais e a permanência da população, por outro é necessário um movimento que vise a ocupação. Nesse sentido, buscou-se por uma data-marco e também pelo fenômeno que promoveu a ocupação do território sulmineiro. Pelo exposto, e diante da informação de que os primeiros povoados da MRV (um dos recortes espaciais da região do Sul de Minas Gerais) foram instalados entre 1737 e 1797 (**Quadro 1**), foi possível indicar que a ocupação ocorreu durante a fase do Brasil Colônia, período ocorrido a partir de 1534 até o ano de 1822 (ano em que o país tornou-se independente de Portugal).

Ano	Povoado
1737	Campanha; Três Corações
1740	Três pontas
1752	São Bento Abade
1763	Varginha
1767	Coqueiral
1770	São Thomé das Letras
1792	Elói Mendes
1797	Boa Esperança
1827	Campos Gerais
1839	Guapé
1848	Carmo da Cachoeira
1862	Santana da Vargem
1870	Monsenhor Paulo
1906	Campo do Meio
1938	Illicínea

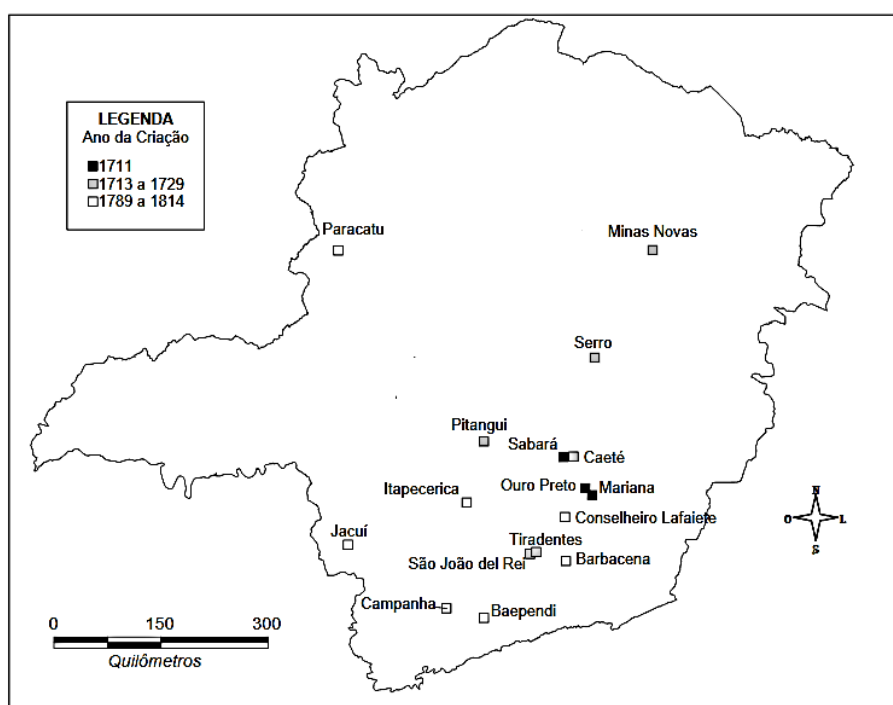
**Quadro 1.** Cronologia da instalação dos primeiros povoados da MRV.  
Fonte: Informações extraídas de IBGE-Cidades (2018) e IBGE (1958)

Na fase do Brasil Colônia, de acordo com a Lei N° 601<sup>3</sup>, ainda não haviam sido promulgadas as regras para a posse de terras no Brasil – a chamada Lei de Terras. Significa que até 1850 não havia – ao menos oficialmente – propriedade privada no país, e que o domínio do território do Sul de Minas pertencia à Coroa Portuguesa, tendo sido seu desbravamento, uso e ocupação ocorridos em favor de Portugal. O trecho evidencia que os territórios já eram, desde a época colonial, ocupados de acordo com propósitos preestabelecidos. Para Chaves (2012), os propósitos eram divididos em dois contextos políticos:

Em tempos coloniais, as primeiras divisões administrativas de termos de vilas foram erigidas em dois contextos políticos, demográficos e [os] econômicos específicos. O primeiro foi referente à reafirmação de poder do governo português no território em razão das descobertas de jazidas de ouro e à consolidação de núcleos urbanos nas primeiras décadas do século XVIII, entre 1711 e 1730, com a fundação das nove primeiras vilas. O segundo [...] estava relacionado com a mudança de atividade econômica principal, de mineração para agropecuária, que se desenvolveu no entorno da região mineradora e na região ao sul. Sete vilas foram criadas entre o período de 1789 e 1814, assinalando essa mudança [está] Tamanduá [...], Barbacena, Queluz [...], Paracatu, Campanha, Baependi e Jacu. (CHAVES, 2012, f. 2).

<sup>3</sup>LEI N° 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850 – princípio que dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/cCivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/cCivil_03/LEIS/L0601-1850.htm) Acessado em: 29 de nov. de 2018

Ainda de acordo com a autora, “a decorrência disso foi a concentração da urbanização e das atividades mais expressivas na região centro-sul da província” (CHAVES, 2012, f. 2) conforme dispõe a **Figura 2**. A respeito de Campanha uma cronologia precisa ser ressaltada: o povoado que deu origem à cidade surgiu em 1737 (conforme já exposto na página 20), contudo só assumiu a condição de vila entre os anos de 1789 e 1814 conforme registrou Chaves (2012). De acordo com Minas Gerais (2014, p. 23), a Vila da Campanha surgiu em 1798.



**Figura 2.** Mapa da capitania das Minas Gerais – primeiras vilas criadas (1711-1814). Fonte: RODARTE; Mario M. S.; PAULA, J. A.; SIMÕES, R. História econômica & História de Empresas, p. 12 *apud* CHAVES (2012)

No intervalo de tempo evidenciado, ocorrido no decorrer do século XVIII, a literatura registra que começara a ser explorado mais intensamente o interior do Brasil – já que anteriormente dava-se maior atenção às ocupações litorâneas. A respeito dessa fase, que marca ser o início da apropriação do território do Sul de Minas Gerais e conseqüentemente o da MRV, levantou-se em Moreira (2005, p. 12) considerações que ajudaram na compreensão do processo de ocupação, fenômeno que concluiu-se ter sido direcionado.

No século XVIII, finalmente encontrado o ouro e os diamantes que desde o início o projeto colonial intentara, a formação espacial colonial experimenta uma ligeira mas substantiva mudança. Inicia-se o ciclo da mineração, que transfere o centro de gravidade da ocupação do litoral para o interior, instalando-o nas áreas ricas de mineração que se multiplicam pelos planaltos central e mineiro, e troca o caráter agrário pelo mineiro-urbano da formação colonial, encerrando a fase do bandeirantismo e de expansão do gado. Esse deslocamento de conteúdo e localização do centro de gravidade dura apenas até o final do século, quando se encerra o ciclo, restando a cultura de uma vida urbana que doravante terá efeitos profundos e de alta importância nas relações da Colônia. (MOREIRA, 2005, p. 12).

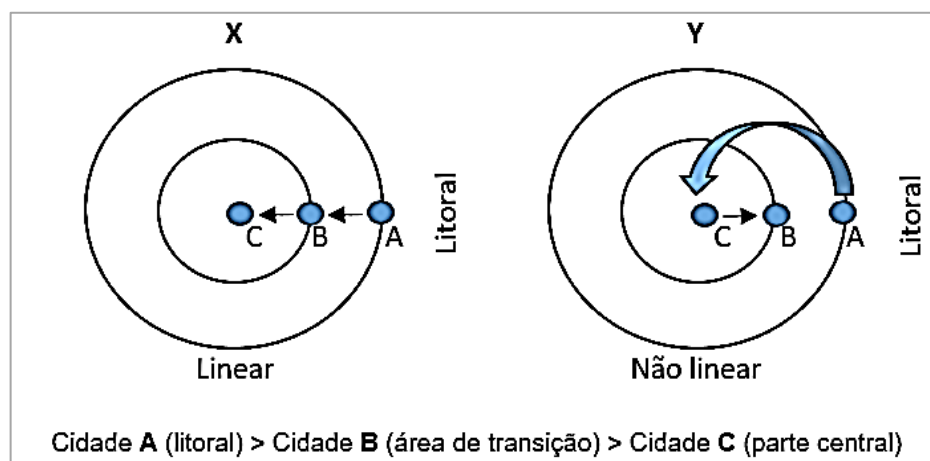
Essa transferência do “centro de gravidade” da ocupação do litoral para o interior evidencia um fato importante a respeito da ocupação do território mineiro, o de que a apropriação das terras não ocorreu de forma linear, em um movimento de territorialização que tenderia a partir do litoral em direção ao interior ocupando aos poucos os solos ainda não explorados e que estavam na faixa de transição. O que ocorreu, no entanto, foi o inverso, dado que esse processo, na maioria dos casos, partiu da região central do estado e somente depois irradiou-se para as bordas, tal como registrado por IBGE (1958).

Minas Gerais não evoluiu da periferia para o centro, como seria lógico acontecesse. Operou-se um movimento demográfico partindo de um foco central, que era a região das minerações. Se o ouro e as pedrarias exerceram essa função centrípeta indo criar a centenas de quilômetros do litoral os primeiros núcleos de intensa vida econômica e social, o desenvolvimento [regional] de Minas Gerais dali se irradiou, passando a manifestarem-se as forças centrífugas que vem decidindo do povoamento e formação social das áreas periféricas. (IBGE, 1958, v. 24, p. 13).

Esse tipo de ocupação explica o motivo de muitas cidades localizadas na transição entre o litoral e o interior do estado serem mais recentes em termos de fundação do que outras situadas nos extremos Leste e Sudoeste dessa Unidade da Federação, como algumas localizadas na região do Sul de Minas Gerais. Para a compreensão desse apontamento, utilizou-se como exemplo o surgimento de três cidades a partir das duas forças mencionadas, centrípeta e a centrífuga, isto é, lineares e não lineares a partir da faixa litorânea, partida para a territorialização do Brasil como historicamente se tem notícia.

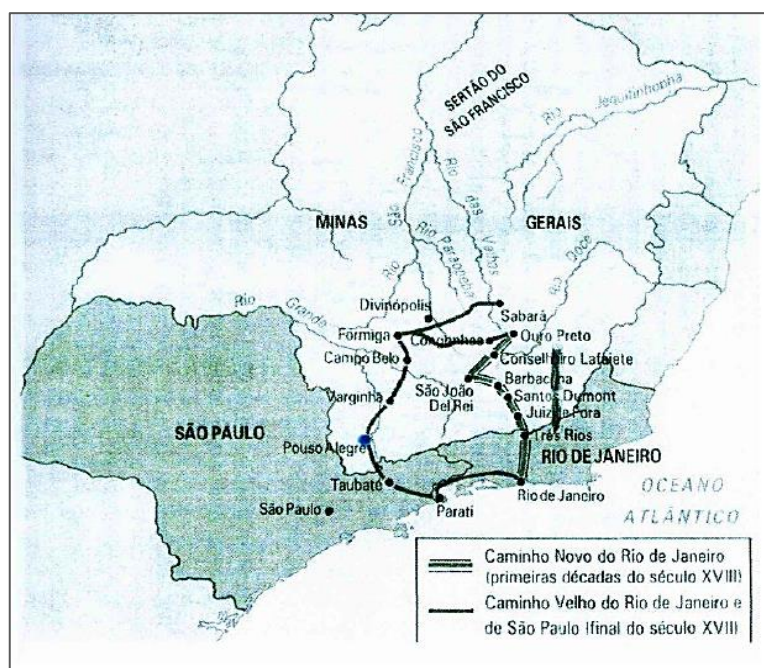


Na **Figura 3** temos a seguinte situação: em **X**, a cidade **A** é mais antiga que **B** por situar-se na faixa litorânea – onde historicamente começou a ocupação do solo brasileiro –, **B** é mais sobressalente que **C** devido ter sido fundada antes (em alguma parte entre o litoral e o interior do estado), sendo **C**, portanto, a mais nova entre as três por estar localizada na parte central. Na segunda situação, **Y**, mantém-se a cidade **A** como a mais antiga, **B** passa a ser mais recente que **C** a medida em que a **C**, nessa simulação, foi povoada antes que **B** – classificam-se como **C** as cidades mineiras de Ouro Preto e São João del-Rei, como **B** as de Caxambu e São Lourenço, e as **A** locais como Cunha e Parati (ambas situadas no estado do Rio de Janeiro).



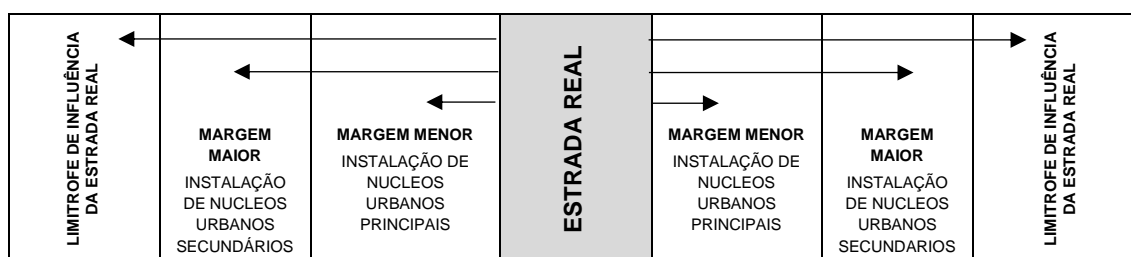
**Figura 3.** Instalação de cidades a partir do litoral. Fonte: própria, 2018

Portanto, indica-se o movimento (centrífugo) como sendo o propulsor da ocupação da área onde localiza-se a MRV – foco da nossa análise a partir deste ponto –, tendo em vista que o Caminho Velho (ou aquele conhecido como sendo o primeiro para as minas da parte central do estado) perpassa obrigatoriamente o Sul de Minas Gerais, margeando os limites da microrregião. Um dos principais registros deixados por essa ação é a Estrada Real (**Figura 4**), rota que permitia além do escoamento do ouro até os portos do estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, a promoção de um vagaroso e contínuo desenvolvimento por onde seus caminhos abriram passagem.



**Figura 4.** Caminhos da Estrada Real no século XVIII. Fonte: Anastasia e Furtado (1999, p. 33-55) apud Delfino (2010, p. 44)

Em síntese, houve um motivo para que acontecesse a ocupação da MRV, e o motivo está diretamente ligado ao contexto do Ciclo do Ouro, tendo ocorrido, certamente, ao final da seguinte lógica de acontecimentos: com a descoberta de ouro na parte central do estado, houve necessidade da abertura de um caminho seguro para o escoamento do precioso metal; assim, dado a importância da rota, suas margens serviram como *locus* para a instalação de diversos povoados (aqui chamados de principais); a conclusão é que, às margens dos núcleos marginais, outros foram instalados ao longo do tempo com o declínio da mineração, dentre eles, os da Microrregião de Varginha, conforme movimento de territorialização sugerido pelo esquema da **Figura 5**.



**Figura 5.** Instalação de núcleos urbanos a partir da Estrada Real. Fonte: própria, 2018

Sobre a importância do traçado da rota do ouro para a ocupação do solo mineiro, Calaes et al. (2008) dizem que, “apoiado pela Estrada Real, o ciclo [...] foi o responsável pela criação do estado de Minas Gerais, pela fundação de um grande número de cidades e pela interiorização da atividade agropecuária até então restrita à faixa costeira do Brasil” (CALAES et al., 2008, p. 5). Indicações que se aplicam, por conseguinte, a região do Sul de Minas e conseqüentemente ao objeto de estudo do presente trabalho, a Microrregião de Varginha.

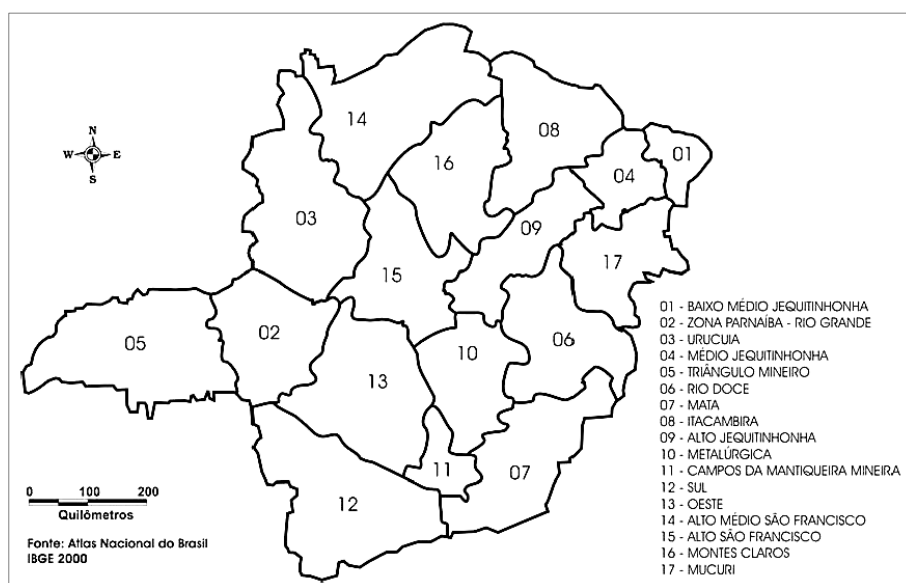
### **3.1.2 A Microrregião de Varginha na Divisão Regional do Brasil**

O espaço geográfico está em constante transformação. Essa constatação é importante para a compreensão de que nem tudo o que existe sempre foi do jeito que é, e com os territórios não poderia ser diferente. Assim, ao deparar com a MRV da forma e tamanho que ela é, tornou-se importante reconhecer que seus limites decorreram de um longo processo de partilha e de junção de municípios realizados, em especial, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Pela regionalização de 1942, o território onde localiza-se a MRV passou a ser descrito como Zona Sul de Minas Gerais e compreendia 85 municípios. Essa era apenas uma das nove zonas fisiográficas em que dividia-se o estado mineiro, quantidade que diverge de Diniz e Batella (2005) e Godoy et al. (2017), que, para a mesma época, informam ter havido 17. As registradas por IBGE (1942, p. 232) – sendo essa a nossa principal referência – são as zonas: I) Nordeste; II) da Mata; III) de Minas Novas; IV) do Centro; V) Sul; VI) Oeste; VII) do São Francisco; VIII) Noroeste e IX) do Triângulo. Essas regiões foram definidas pelo IBGE como:

a) agrupamento de municípios [...] ligados por ocorrências geográficas dominantes [...] b) [...] baseada principalmente nos fatos da geografia física [...] e secundariamente nos fatos da geografia humana [...]; c) indivisibilidade de qualquer município, localizando-o na zona em que mais predominante e caracteristicamente apareça; d) fixação, para a divisão, dum número reduzido de zonas, porém, sem que disso decorra um número excessivamente grande de municípios em uma mesma zona; e) respeito ao princípio da continuidade territorial para as zonas pertencentes a Unidades Federadas vizinhas e que apresentem as mesmas características, de modo a formarem sub-regiões abrangendo trechos de mais de uma Unidade. (IBGE, 1942, p. 221).

Como Zona Sul (**Figura 6**) a área permaneceu por 27 anos, isso porque em 1968 o IBGE promoveu uma nova divisão regional alterando a quantidade de municípios por unidade espacial. A mudança para as microrregiões homogêneas fez com que a delimitação, antes composta por 85 municípios, fosse revista e a quantidade reduzida para 28. Isso aponta para uma preocupação do IBGE em manter sob a mesma delimitação geográfica apenas as localidades cujos traços regionais eram realmente similares.



**Figura 6.** Zonas Fisiográficas de Minas Gerais. Fonte: Diniz e Batella (2005)

Para Brasil (1970, p. VII) “o Conselho Nacional de Geografia, em fins de 1966, deu início a trabalhos no sentido de definir uma nova Divisão Regional do Brasil em substituição a que vigorava [...] desde 1940”, tendo visto que as Zonas Fisiográficas não mais refletiam a realidade espacial do país – o novo estudo foi intitulado Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas<sup>4</sup>. Com a nova divisão regional o entorno onde localiza-se a MRV passou a chamar-se Microrregião 190 MG – de onde passou a fazer parte. Essa nova delimitação foi descrita por Brasil (1970, p. 316) da seguinte maneira:

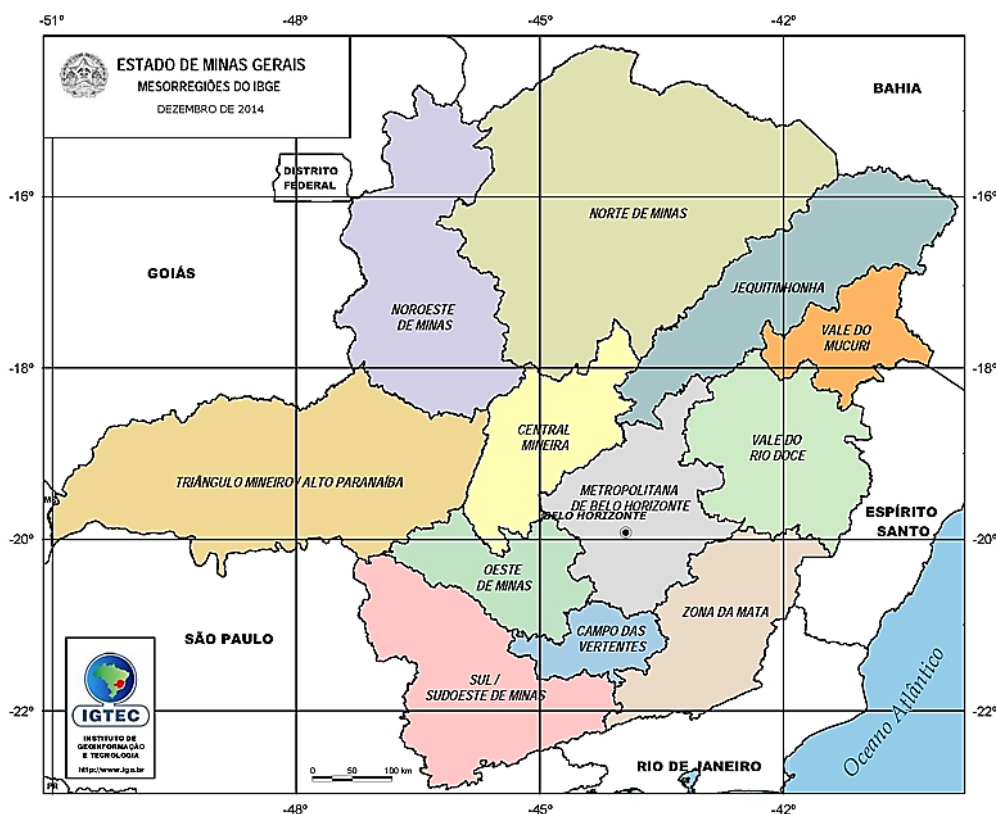
<sup>4</sup> A ilustração com a representação dessas áreas aparecerá no subcapítulo 3.2.3 (página 48)

Compreende os 28 municípios de altitude média em torno de 850-900 metros, drenados pelo rio Grande e seus afluentes, Verde e Sapucaí, cujas várzeas foram inundadas pela construção da represa de Furnas. A criação de gados é atividade tradicional nas terras altas, cobertas por campos e cerrados, enquanto a agricultura, com base na produção de café se irradiou às expensas das terras de matas. Nas várzeas agora reduzidas pela barragem, cultiva-se o arroz. As fazendas são mistas, dedicando seus proprietários, tanto a lavoura, com ênfase na produção de café, como a criação de gado. Esta como em todo o Sul de Minas, visa principalmente a produção de leite em substituição a pecuária de corte, que foi a atividade inicial da Microrregião.

O IBGE recorreu a uma mescla de fatores como metodologia e justificativa para o agrupamento desses 28 municípios, que perduraram com essa definição por 22 anos. Isso porque o espaço geográfico necessitou, em fins do século XX, de mais um ajuste teórico-metodológico. Antes de discorrer a respeito da divisão que separou o território em 137 mesorregiões geográficas e 558 microrregiões, registra-se a importância que Varginha detinha durante a fase das Microrregiões Homogêneas. Para Brasil (1970), Varginha se destacava dos demais municípios no final da década de 1960 e por isso foi lembrado com as seguintes palavras:

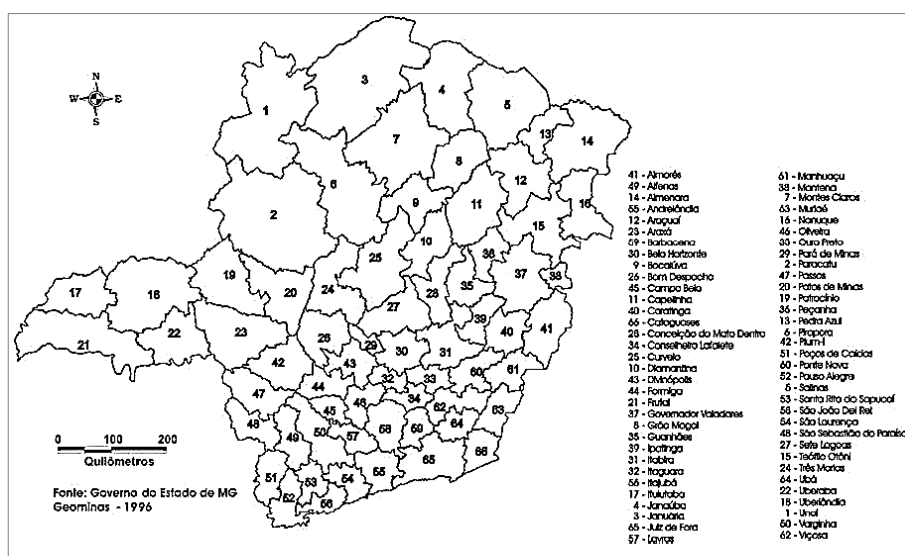
[...] Varginha é o principal centro urbano da área. É bem servida dos meios de transportes, seja a via férrea (R.V.C.O), seja a rodovia, pois está a curta distância da BR-381 (Belo Horizonte – São Paulo). Passos, situada quase à margem esquerda do Rio Grande, a jusante de Furnas, permaneceu durante muitos anos sem ligação fácil com Belo Horizonte ou com o Rio de Janeiro, o que não se dava com Varginha, ligada a ambas por estrada de ferro. (BRASIL, 1970, p. 316).

Para IBGE (1990, p. 8) o modelo de regionalização brasileira colocado em prática de 1968 a 1989 partia de determinações amplas da totalidade do território nacional, deixando de fora inúmeras especificidades regionais. Por conta disso, durante o tempo em que vigorou acabou promovendo discussões que resultaram na identificação de escalas regionais subsequentes, ou seja, áreas que poderiam ser chamadas de mesorregiões e microrregiões. Para uma melhor compreensão da proposta, segue o estado de Minas Gerais dividido, primeiramente, em suas 12 mesorregiões geográficas (**Figura 7**).



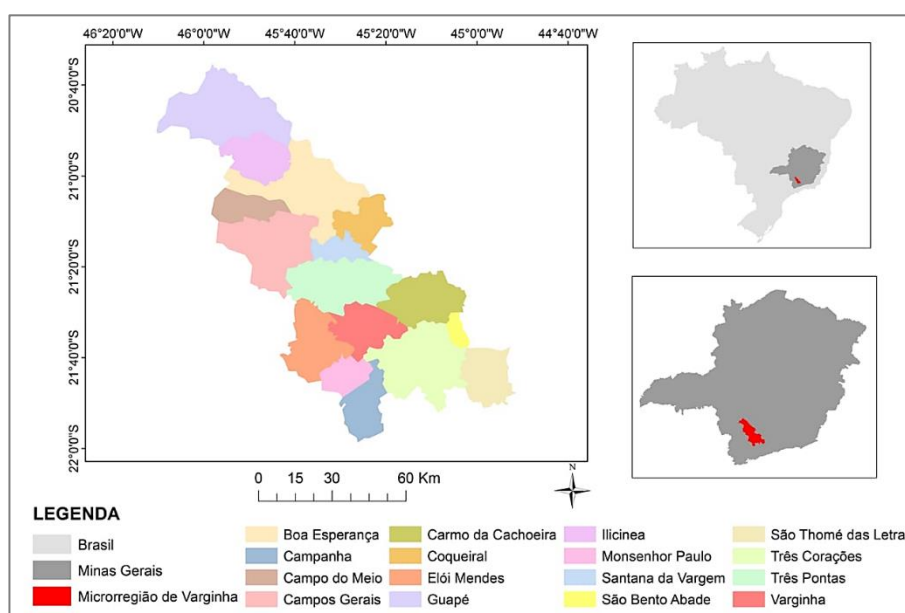
**Figura 7.** Mesorregiões geográficas de Minas Gerais. Fonte: extraído do site: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/localizacao-geografica> acessado em: 19/08/1983

A configuração por mesorregiões geográficas separou os 853 municípios mineiros da seguinte forma: Noroeste de Minas (19), Vale do Mucuri (23), Central Mineira (30), o Campo das Vertentes (36), o Oeste de Minas (44), Jequitinhonha (51), o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (66), Norte de Minas (89), Vale do Rio Doce (102), a Metropolitana de Belo Horizonte (105), Zona da Mata (142), Sul e Sudoeste de Minas (146). A partir dos quantitativos colocados entre parênteses, é possível perceber que as mesorregiões territorialmente mais extensas não são, necessariamente, as com maior número de municípios, isso acontece por haver nessas regiões unidades administrativas mais extensas do que as presentes em outras partes do estado. Na sequência está colocada uma ilustração (**Figura 8**) com a configuração por microrregiões geográficas, nela os 853 municípios foram divididos em 66 áreas – o número de municípios por microrregião varia entre 4 (na de Ouro Preto, a que apresentou o menor quantitativo) e 33 (na de Juiz de Fora, onde foi concentrado o maior número de municípios).



**Figura 8.** Microrregiões geográficas de Minas Gerais. Fonte: Diniz e Batella (2005, p. 71)

Dentro do contexto das microrregiões geográficas a **Figura 9** apresenta a Microrregião de Varginha – a 50ª porção do estado mineiro nessa configuração de acordo com a ilustração anterior, **Figura 8**. O mapa temático mostra ainda os 16 municípios que fazem parte da delimitação, que, na representação, é possível perceber que não são simétricos – não possuem o mesmo tamanho de território.

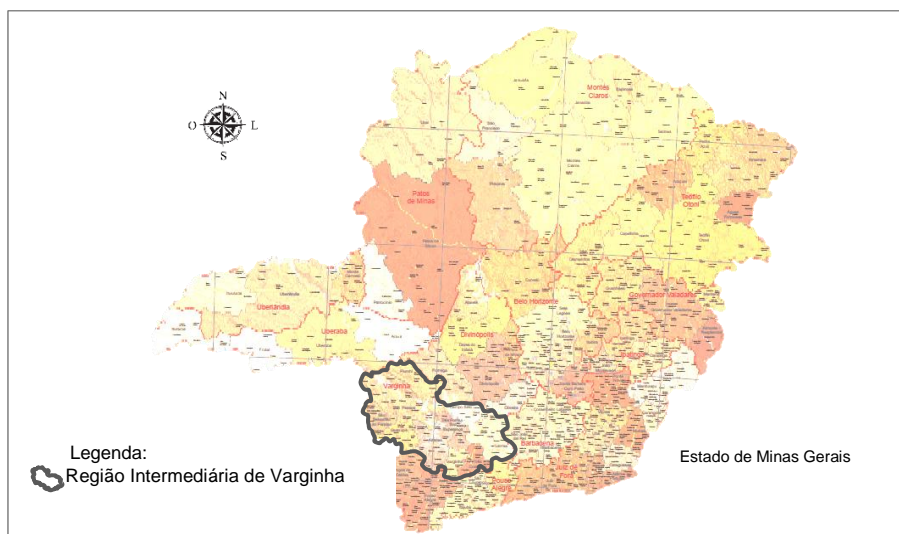


**Figura 9.** Localização da Microrregião de Varginha. Fonte: elaborado por Winkler P. José, 2018

Em face da constante necessidade de atualização dos recortes regionais, o IBGE lançou uma nova configuração: a divisão regional em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias. O modelo surgiu em decorrência das recentes mudanças socioeconômicas, demográficas, políticas e ambientais sofridas pelo país aliado ao rápido movimento de criação de novos municípios a partir de 1988. Sobre a diferenciação dessas áreas, IBGE (2017b, f. 19) diz que:

As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde [...] entre outros. As Regiões Geográficas Intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas [...].

Com a nova regionalização Varginha ampliou o seu poder de polarização, visto que na condição de “microrregião” polarizava 16 municípios a uma distância (não linear) de até 130 km de sua sede, e como Região Geográfica Intermediária, passou a polarizar 82 a uma distância (não linear) que pode chegar aos 320 km. Para demonstrar a amplitude da nova definição em termos de proporcionalidade do território mineiro, a área foi demarcada na **Figura 10**.



**Figura 10.** Delimitação da Região Intermediária de Varginha. Fonte: adaptado de IBGE (2019) em: [www.encurtador.com.br/yOT01](http://www.encurtador.com.br/yOT01) acesso em: 15/11/2019



A nova perspectiva tem a ver com a revalorização da dimensão regional. Nesse sentido, o IBGE (2017b) colocou que ela se constitui em um “ponto-chave de manutenção da coesão territorial de grandes federações como o Brasil [...] em um cenário geopolítico pautado, nesse início de século, pela tensão existente entre as forças da globalização e aquelas alinhadas a projetos locais” (IBGE, 2017b, p. 9). Ou seja, atualmente há um contínuo rearranjo territorial.

Com base no exposto chegou-se à conclusão de que o território da MRV passou por ao menos quatro delimitações ao curso da história, tendo feito parte inicialmente da Comarca do Rio das Mortes (período anterior a década de 1940), depois, de 1942 até o ano de 1968, da Zona Sul de Minas Gerais, passando pela Microrregião Homogênea 190 (de 1968 até o ano de 1989), até firma-se como a Microrregião de Varginha, a partir de 1990 (até o ano de 2017).

Para compreender o apontamento do parágrafo anterior é necessário ter em mente que o espaço físico onde encontra-se a MRV é o mesmo desde 1737 (resguardadas as devidas interferências geológicas e geomorfológicas). O que mudou – sendo esse o alvo da reflexão – foi a delimitação do espaço geográfico, que ora pertenceu a um zoneamento maior e, em outra, menor. Isso reflete, em parte, a metodologia utilizada pelo IBGE ao longo do processo de regionalização, sistema de agrupamento de municípios que partiu do geral para o local, ao passo que agora começa a se estabelecer no sentido inverso, conforme notou-se com a divisão por regiões intermédias.

Ao final dessa primeira parte do capítulo 3 é possível perceber uma certa correspondência entre as fases da regionalização do território brasileiro e o que disseram Corrêa (2003) e Bezzi (2004) a respeito da evolução do significado de região, no capítulo 2. Assim, do mesmo modo em que o termo assumiu, ao longo do tempo, diferentes interpretações, a observação, investigação e descrição dos espaços regionais e a ideia da quantidade de municípios que poderiam integrar uma mesma unidade espacial também mudou a cada período de regionalização. Essa reflexão decorre, portanto, de uma conjuntura de acontecimentos vistos por meio de uma perspectiva sistêmica.

## 3.2 População contemporânea

Este subcapítulo categoriza a população da Microrregião de Varginha com base nos dados do censo de 2010. Além disso, mostra a dinâmica populacional percebida ao longo das décadas de 1970 até 2010 e realiza apontamentos sobre o poder de atração da microrregião<sup>5</sup> – isto é, indica se a delimitação, atualmente e também historicamente, é atrativa do ponto de vista de imigração.

### 3.2.1 Distribuição da população por áreas pré-definidas

Para revelar como encontra-se distribuída a população da Microrregião de Varginha pela delimitação geográfica foram utilizados os quantitativos colocados na **Tabela 1**. A partir desses dados categorizou-se os municípios em três grupos – pequeno, intermediário e médio – e depois os separou de acordo com a função preponderante de cada um: se preponderantemente urbano ou rural. Feita essa análise, por município, outra foi feita afim de verificar a predominância em nível regional: se essencialmente rural, relativamente rural ou essencialmente urbana.

Considerou-se como sendo município pequeno as unidades espaciais que apresentaram população até 20 mil habitantes – o parâmetro é de Corrêa (2011). Para definir os de porte médio utilizou-se o parâmetro disposto por Amorim Filho e Sena Filho (2007), isto é, os que apresentaram entre 50.000 e 150.000 para a população total. Os intermediários são os que ficaram na linha de transição entre esses dois. Para discorrer sobre a função de cada município e da região, utilizou a adaptação feita por Schneider e Blume (2004) do método proposto pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) para definição dos sistemas de recorte territorial para análise do desenvolvimento rural.

---

<sup>5</sup>Parte deste subcapítulo foi publicado pela revista GEONORDESTE em sua edição de julho a dezembro de 2018, sob o título: Relação campo-cidade e dinâmica populacional na Microrregião de Varginha - Minas Gerais. Texto original disponível em: [www.encurtador.com.br/ajFIS](http://www.encurtador.com.br/ajFIS) acessado em 28/08/2019

**Tabela 1.** Quantitativo populacional dos municípios entre 1970 e 2010

Município	1970	1980	1991	2000	2010
Boa Esperança	20.518	25.492	33.015	37.074	38.516
Campanha	10.030	10.511	12.260	14.098	15.433
Campo do Meio	08.125	09.195	10.883	11.436	11.476
Campos Gerais	19.333	21.303	23.946	26.541	27.600
Carmo da Cachoeira	07.294	08.569	10.279	11.600	11.836
Coqueiral	07.223	08.137	09.214	09.612	09.289
Elói Mendes	14.697	16.981	19.373	21.947	25.220
Guapé	09.746	11.338	11.852	13.620	13.872
Ilicínea	06.984	07.499	08.783	10.532	11.488
Monsenhor Paulo	05.114	05.575	07.051	07.615	08.161
Santana da Vargem	05.309	06.346	06.846	07.521	07.231
São Bento Abade	01.491	01.782	02.556	03.737	04.577
São Thomé das Letras	06.796	05.292	05.700	06.204	06.655
Três Corações	35.180	44.382	57.045	65.291	72.765
Três Pontas	27.514	37.729	45.832	51.024	53.860
Varginha	43.628	64.904	88.022	108.998	123.081
<b>TOTAL</b>	<b>228.982</b>	<b>285.035</b>	<b>352.657</b>	<b>406.850</b>	<b>441.060</b>

Fonte: própria, 2018 – elaborado com base em IBGE (1970, 1980, 1991, 2000, 2010)

O primeiro dado relevante extraído da tabela foi que 10, dos 16 municípios, possuem um quantitativo inferior a 20 mil habitantes, condição que torna a MRV uma área com aglomerações populacionais predominantemente pequenas. Vale considerar que em termos de proporção, esses municípios (com população até 20.000 habitantes) correspondem a 62,5% do total da microrregião, e que esse tipo de concentração, no estado de Minas Gerais, é comum.

Com base em Wanderley (2001), além de pequenos, pode-se considerar essas divisões administrativas como municípios rurais, tendo em vista que suas sedes apresentam uma população inferior aos 20 mil habitantes e, por isso, “não integrariam propriamente o «sistema de cidades», sendo consideradas [então] como não-urbanas”. Essa condição acontece devido à escassez e/ou a falta de elementos tipicamente urbanos, como infraestrutura, e suas economias ligadas, especialmente, a agropecuária, além de questões socioculturais intimamente conectadas ao campo.

Em visita técnica aos municípios e também às principais vias de conexão entre eles, realizou-se observações para verificar, respectivamente, a disposição da população em seus núcleos urbanos e o movimento pelo território. Tendo sido percebido uma uniformidade espacial entre os desse primeiro grupo de estudos, conforme evidenciará o **Quadro 2**. As indicações foram realizadas com base em Amorim Filho e Sena Filho (2007), obra em que evidenciam o que há, em termos de divisão intraurbana, na cidade pequena. A aplicabilidade do apontamento foi importante para entender o modo socialmente organizado da população que vive nas localidades de menor potencialidade social, econômica e estrutural.

Nível da hierarquia urbana/zona	Pequena Cidade
Zona Central	Praça e rua principal; poucos equipamentos terciários (administrativos, comerciais [de grande porte], religiosos); forte presença de função residencial [e comercial de pequeno porte]; pequena diferenciação morfológica e paisagística
Zona pericentral	Pouca diferenciação em relação ao centro, confundindo-se igualmente com a periferia.
Zona periférica	A não ser por algumas “vilas” que acompanhavam estradas, pois se distinguem da zona pericentral; transição brusca para a zona rural.
Zona periurbana	Praticamente não existe, enquanto zona de transição urbano-rural já que não ocorre, na prática, tal transição.

**Quadro 2.** Zoneamento morfológico-funcional e níveis da hierarquia urbana. Fonte: Adaptado de Amorin Filho e Sena Filho (2007, p. 60)

As características expostas no **Quadro 2** reúnem e simplificam o que foi observado nos locais visitados. Ademais, certificou-se que quanto mais distante estavam as residências do núcleo urbano, menor e mais simples elas eram, e ao inverso, o contrário, quanto mais próximo do centro da cidade – ou no próprio centro – maiores e mais ornamentadas e bem acabadas eram as moradias. Isso reflete a organização social das pequenas cidades mineiras, onde o eixo central – preferencialmente – ainda costuma ser o ponto do município mais valorizado, em especial, para a prática do comércio e serviços. Sobre essa constatação vista *in loco*, Singer (1982) revela que:



Cada cidade brasileira tem, geralmente, um centro principal no qual se localizam órgãos da administração pública, a igreja da matriz, os tribunais, o distrito financeiro, o comércio atacadista, o [...] varejista de luxo, cinemas, teatros, etc. O centro principal possui um alto grau de serviços urbanos e ao seu redor se localizam as zonas residenciais da população mais rica. (SINGER, 1982, p. 29).

Sobre o movimento pelo centro das cidades, percebeu-se fluxo reduzido no decorrer do período diurno e um pouco mais denso em períodos específicos do dia, como horário de almoço e final da tarde. As observações foram realizadas durante a semana e em dias aleatórios (excluindo o período noturno e os finais de semana). O apontamento segue ao encontro do que Corrêa (1989, p. 40-42), baseado em Horwood e Boyce (1959) diz sobre a efervescência do centro das cidades. Para o autor, caracteriza-se por possuir “limitada escala horizontal [e] é limitado em termos de extensão, sendo, via de regra, passível de ser percorrido a pé”. E possui, ainda, uma “concentração diurna, durante as horas de [jornada de] trabalho, da população, sobretudo de pedestres”, tal como observado.

Nos municípios onde a população é superior a 20 mil e menor que 50 mil: Boa Esperança, Campos Gerais e Elói Mendes, com respectivamente 38.516, 27.600 e 25.220 habitantes (IBGE, 2010), verificou-se que possuem praticamente o mesmo cenário socioespacial do primeiro grupo. As diferenças ficaram a cargo do movimento pela área central, mais constante do que nas primeiras – como no caso de Elói Mendes, que segundo Manoel (2016), possui um comércio no centro da cidade bastante movimentado, sendo importante ponto gerador de empregos para os moradores locais.

Os três municípios restantes – Três Corações, Três Pontas e Varginha – possuem mais da metade da população da microrregião (56,6%). Analisando-os com base em seus quantitativos urbanos, já que suas sedes detêm taxas acima de 85% da totalidade de habitantes do município, pôde-se expressar que ambas se enquadrariam na tipologia de cidades médias, que para Amorim Filho e Sena Filho (2007, p. 66) são as que possuem entre 50 mil e 150 mil habitantes. Porém, apenas Varginha possui esse *status* devido ao seu poder de polarização, sendo que as outras duas assumem dentro da microrregião a condição de porte médio.

Sobre a morfologia funcional dessas três, ainda com base nos autores, foi possível perceber *in loco* que a divisão do espaço urbano é bem mais complexa daquelas observadas nas cidades menores, a exemplo das zonas centrais, mais movimentadas, e das periferias, onde condomínios fechados e autoconstruções se misturam – apesar da separação física (observada nos muros que os isolam) e social (da condição em que se encontram na partilha do espaço urbano local). Para sintetizar as diferenças, a **(Figura 11)** traz uma comparação realizada entre três cidades da microrregião: uma pequena, uma intermediária e uma média.

	<p>Devido ao baixo quantitativo populacional que apresenta, São Bento Abade possui pouca diferenciação em sua morfologia – isto é, na divisão do espaço urbano. A imagem mostra um recorte da cidade em que é possível perceber parte das informações expostas no <b>Quadro 2</b>. Essa unidade representa as pequenas cidades da microrregião.</p>
	<p>Boa Esperança, que aqui representa as cidades que estão na transição entre as pequenas e médias, pelo mesmo enquadramento da anterior, evidencia o espraiamento da mancha urbana e a presença de divisões do espaço urbano mais características.</p>
	<p>A cidade de Varginha, que aqui representa a categoria de porte médio, evidencia uma maior complexidade da divisão urbana. Pelo enquadramento feito (o mesmo das anteriores) é possível perceber a presença de edifícios residenciais e comerciais de grande porte.</p>

**Nota 1:** para uma melhor visualização dessas imagens, dê zoom na página no arquivo em PDF

**Nota 2:** as imagens foram capturadas, segundo o Google Earth, à uma altura de 2 km do solo

**Figura 11.** Complexidade morfológico-funcional das cidades da Microrregião de Varginha. Fonte: imagens adaptadas de Google Earth (2018).

Ainda a respeito das cidades de Três Pontas, Três Corações e Varginha, chegou-se à conclusão de que há movimentos pendulares mais dinâmicos entre elas. A indicação surgiu de observações nas duas rodovias que interligam essas três cidades e que mostram uma maior movimentação de veículos entre as com maior população na microrregião. Os quantitativos do fluxo estão no **Quadro 3**.

Trecho			Contagem Volumétrica de Tráfego (Obs. VMDAT = Volume Médio Diário Anual de Tráfego)					
Início	Fim	Extensão (km)	Passeio	Coletivo	Carga Média	Carga Pesada	Carga Articulada	VMDAT Total
Três Pontas	Entroncamento BR 491 A (Varginha)	27,5	2.691	75	275	230	95	<b>3.366</b>
Varginha	Entroncamento BR 381/MG 167 B (Três Corações)	17,8	6.282	225	1.620	1.247	535	<b>9.909</b>

**Quadro 3.** Volume de tráfego de veículos na Microrregião de Varginha em 2018. Fonte: Adaptado de DEER (2018) Disponível em: <https://bit.ly/2MtVBXj> Acessado em: 25/08/2018

Ao somar a extensão dos dois trechos que interligam essas três cidades, verificou-se ser um trajeto relativamente curto (45,3 km) (**Figura 12**), caminho por onde trafegam, de acordo com dados do **Quadro 3**, perto de 10 mil veículos/dia.



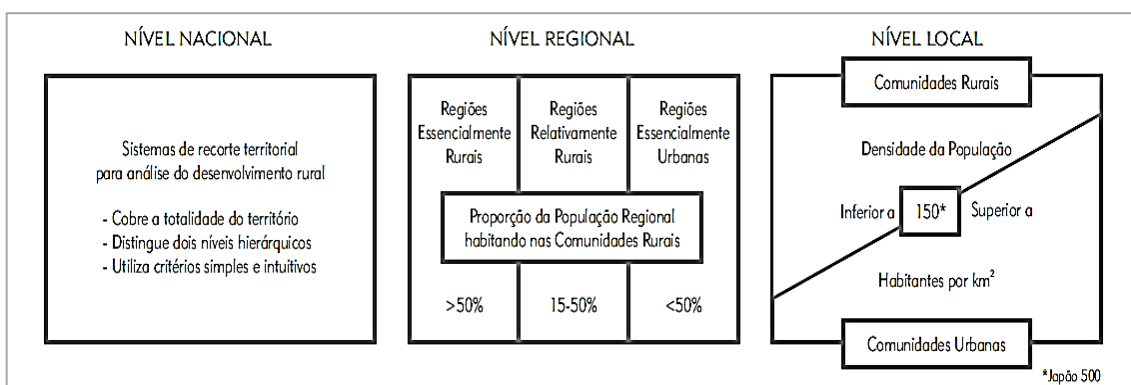
**Figura 12.** Principal trecho de conexão da Microrregião de Varginha. Fonte: adaptado de DNIT (2018). Disponível em: [www.encurtador.com.br/LZ048](http://www.encurtador.com.br/LZ048) Acessado em 12/09/19

O fluxo deriva – em sua na maior parte – do deslocamento da parcela da população que mora nos pequenos centros urbanos e adentra o principal trecho de conexão da Microrregião de Varginha para ir até os centros urbanos maiores em busca de lazer, estudos, trabalho, entre outros.

A respeito dos movimentos pendulares Corrêa (2011) registrou o seguinte:

Estas pequenas cidades localizam-se a uma distância próxima que viabiliza migrações pendulares daqueles que ali vivem mas trabalham na cidade maior. O mercado de trabalho da cidade em expansão, a acessibilidade e a perda do papel de lugar central de núcleos que foram afetados pela valorização da terra para fins urbanos em detrimento de usos agrícolas, parecem explicar a transformação dessas pequenas cidades. (CORRÊA, 2011, p. 12).

Após essa breve discussão, onde evidenciou-se as menores cidades (com até 20.000 habitantes), os três municípios cujas cidades estão em uma situação transitória entre as de pequeno e médio porte, e as que a população ultrapassa os 50.000 habitantes, será tratado sobre a Funcionalidade Essencialmente Rural da Microrregião de Varginha e que contradiz com a Fundamentalmente Urbana sugerida pelo IBGE. Para discorrer sobre esse assunto utilizou-se o Sistema de Recorte Territorial e seus Critérios de Classificação (**Figura 13**), elaborado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Esse método foi adaptado por Schneider e Blume (2004) para que pudesse ser utilizado no Brasil.



**Figura 13.** Sistema de Recorte territorial e seus Critérios de Classificação. Fonte: Adaptado de Schneider e Blume (2004, p. 118)

No documento da OCDE propõe-se que municípios com menos de 150 hab./Km<sup>2</sup> sejam considerados rurais. No entanto, para adequar essa quantidade à realidade do Brasil, Schneider e Blume (2004, p. 124) propuseram que para os municípios com densidade menor que 80 hab./Km<sup>2</sup>, sejam classificados como rurais e os com maior ou igual a 80 hab./Km<sup>2</sup>, ou valor maior ou igual a 100 mil habitantes para a população total, sejam classificados como urbanos.



Para descobrir em qual das categorias propostas por Schneider e Blume (2004) a Microrregião de Varginha está na escala regional (essencialmente rural, relativamente rural ou essencialmente urbana), recorreu-se ao **Quadro 4**. Dessa forma foi possível verificar quais dos municípios são, de acordo com o parâmetro, urbanos, e no contexto regional, qual é o predomínio na microrregião. A indicação é importante pois serve como parâmetro para políticas públicas e privadas que venham a favorecer seus municípios, já que ele mostra a realidade funcional das unidades, ou seja, as características fundamentais de cada município e região.

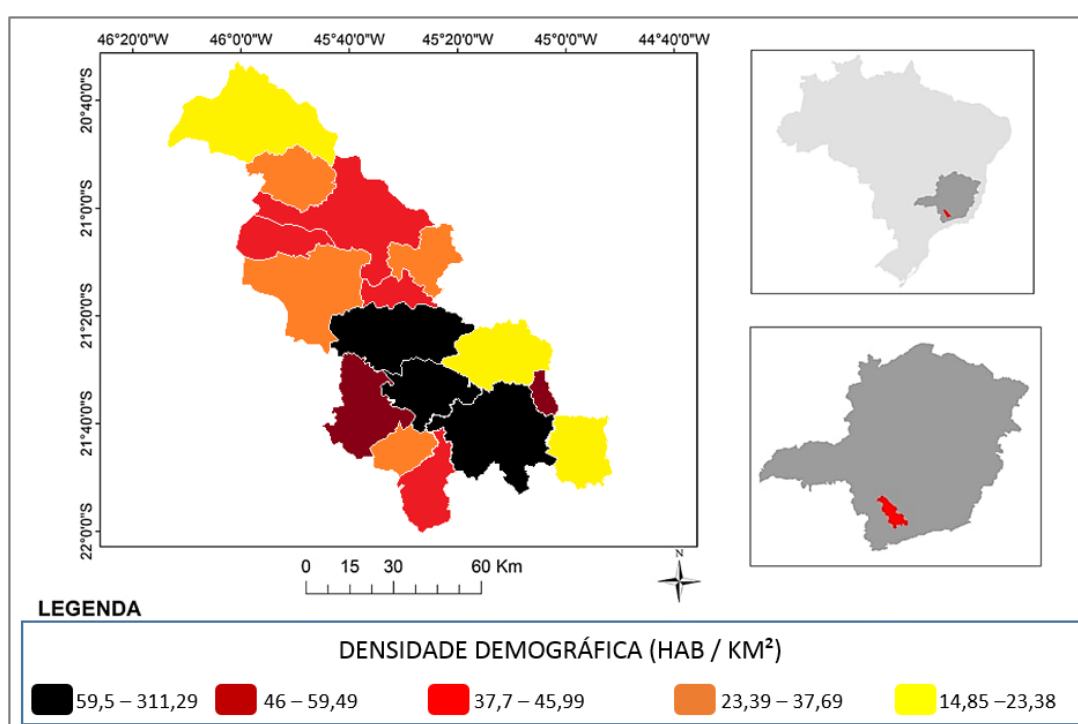
Município	Hab./km <sup>2</sup>	Município	Hab./km <sup>2</sup>
Varginha	311,29	Campo do Meio	41,67
Três Corações	87,88	Monsenhor Paulo	37,69
Três Pontas	78,08	Campos Gerais	35,87
São Bento Abade	56,93	Coqueiral	31,36
Elói Mendes	50,49	Illicínea	30,53
Campanha	45,99	Carmo da Cachoeira	23,38
Boa Esperança	44,75	São Thomé das Letras	18,00
Santana da Vargem	41,93	Guapé	14,85

**Quadro 4.** Habitantes por Km<sup>2</sup> nos municípios da Microrregião de Varginha. Fonte: elaborado a partir de IBGE-CIDADES (2019)

Através dos dados do **Quadro 4** chegou-se à conclusão que apenas 2 dos 16 municípios são urbanos: Varginha, que tem população acima de 100.000 e é a principal referência, e Três Corações, que, mesmo com um quantitativo menor, enquadra-se nessa categoria por contar com uma densidade populacional igual ou acima de 80 hab./km<sup>2</sup>. Já no contexto regional, por ter 87,5% de municípios não-urbanos e a soma da população desses municípios ser maior que 50% do total da delimitação, a MRV torna-se uma unidade espacial essencialmente rural.

[...] pode ser útil aos planejadores e formuladores de políticas públicas, pois permite que se identifiquem mais objetivamente as similitudes entre os territórios que partilham de uma dinâmica demográfica semelhante. E, caso seja aceito o argumento de que a pressão antrópica, percebida a partir da variável densidade demográfica, constitui-se em indicador judicioso acerca do que ocorre na dinâmica social, ocupacional, econômica, política e cultural de um dado território, é possível acreditar que se esteja delineando uma referência importante para resolver, a um só golpe, o desafio de superar os limites analítico-conceituais e prático-normativos que permitirão a utilização da abordagem territorial nos estudos e nas ações de desenvolvimento rural. (SCHNEIDER e BLUME, 2004, p. 133).

A indicação reafirma o que foi colocado no início da seção, onde verificou-se que, em termos de proporção, as pequenas cidades correspondem a 62,5% do total de cidades presentes na Microrregião de Varginha. A condição acontece, é importante lembrar, devido à escassez e/ou a falta de elementos tipicamente urbanos, como a infraestrutura, e economias ligadas às atividades do campo. A **Figura 14** mostra a espacialidade da densidade demográfica da Microrregião de Varginha indicando uma maior concentração populacional na cidade de Varginha e uma dispersão a medida em que se distancia da cidade polo.



**Figura 14.** Dispersão da densidade demográfica na Microrregião de Varginha no ano 2010. Fonte: própria, 2018

Diante do exposto e a categorização, é possível apontar a MRV como uma localidade com dupla possibilidade de desenvolvimento econômico. Isso porque tais situações permitem às suas cidades, especialmente as menores, a inserção de um capital mais intensivo para a expansão imobiliária, visto as possibilidades de espraiamento horizontal que ainda possuem. Essa sugestão de expansão vai ao encontro do que Singer (1982, p. 23) coloca a respeito da produção do espaço urbano, para o autor, ela “se dá, em geral, pela incorporação à cidade de glebas

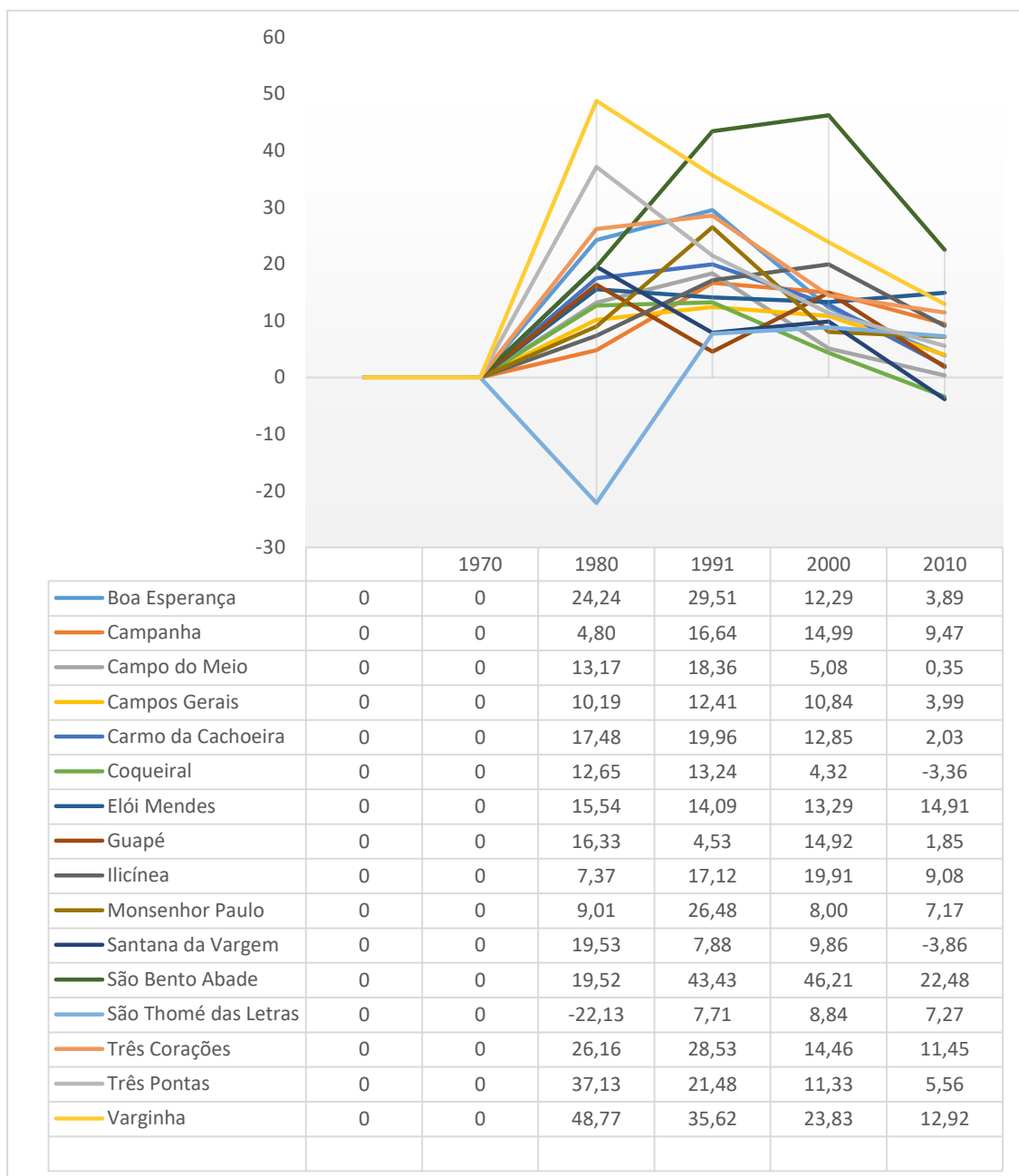
que antes tinham uso agrícola”, isto é, para crescer, as cidades têm que agregar às suas sedes, por meio de novos loteamentos, as terras que as circundam – e isso na Microrregião de Varginha é facilmente possível.

Já nos campos, a situação da Microrregião de Varginha permite a entrada de mais capital aproveitando o fato de ser uma hinterlândia em potencial voltada para o agronegócio, isto é, um espaço regional afastado das metrópoles de Belo Horizonte e de São Paulo, preferencialmente, com pouca pressão populacional do ponto de vista demográfico, à quem as grandes cidades podem recorrer para o abastecimento interno de alimentos e de matérias-primas. Essa área também é importante no que se refere à exportação, pois possui em seu território o único porto seco do interior de Minas Gerais. De acordo com notícia publicada no ano de 2007 pelo ministério público federal através da Procuradoria da República do estado (**ANEXO 1**), os portos secos são preferencialmente instalados próximos às regiões fornecedoras de matérias primas, produtos manufaturados e mercado consumidor, proporcionando simplificação de procedimentos para o contribuinte e aliviando os fluxos de mercadorias dos portos e aeroportos – o que justifica a importância da microrregião.

### **3.2.2 Dinâmica Populacional**

Para discorrer sobre a dinâmica populacional da Microrregião de Varginha foram levantados no *website* do SIDRA (2018) os quantitativos populacionais dos 16 municípios-membros da microrregião – censos de 1970 até 2010 –, feito isso, foi calculada a porcentagem de incremento populacional entre períodos decenais e os números colocados no **Gráfico 1**. Com base na dinâmica evidenciada pelos resultados, fez-se apontamentos pontuais sobre alguns municípios.

**Gráfico 1.** Dinâmica populacional da Microrregião de Varginha entre 1970 e 2010 (em %)

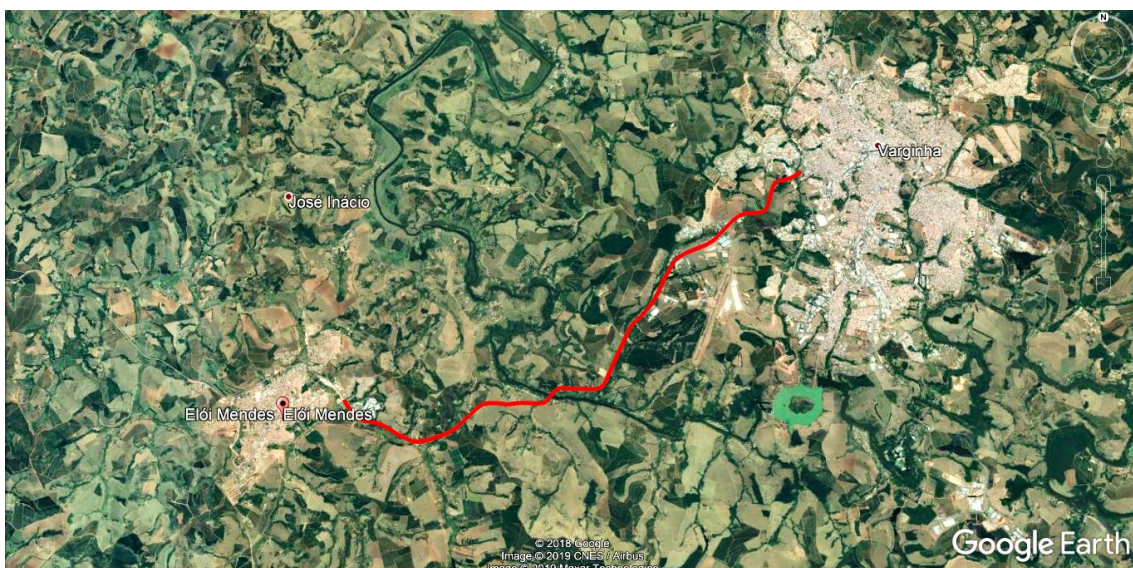


Fonte: própria, 2018

A dinâmica populacional da MRV aponta uma tendência, a longo prazo, de diminuição no aumento populacional vegetativo. Isso segue ao encontro de uma lógica de comportamento em que, via de regra, as taxas de crescimento tendem a serem menores de um período para o outro, salvo em situações quando o local é, devido atratividades, fortemente procurado por imigrantes e por isso cresce em

um ritmo relativamente constante ou próximo de um padrão, ou, que por outros motivos, mantêm certa tendência de crescimento, como no caso de Elói Mendes, que nos anos analisados oscilou entre 13,29% e 15,54%.

O crescimento encontrado em Elói Mendes tem relação com a posição da cidade – localizada próxima da de Varginha (**Figura 15**), condição que contribuiu para o cenário de pouca evasão populacional em busca de oportunidades, visto que a 14 Km da pequena cidade, muitos moradores encontraram colocação ou recolocação profissional desestimulando e evitando a ida para centros urbanos maiores e mais longínquos. Isso possibilitou que tornasse, além de lugar central a nível local, uma cidade-dormitório ou subúrbio-dormitório, o que para Roberto Lobato Corrêa “[...] constituem, em muitos casos, o resultado da absorção de um antigo lugar central por uma grande cidade [polo] em crescimento e expansão” (CORRÊA, 2011, p. 12). Isso, aliado ao crescimento natural, fizeram com que a dinâmica demográfica do município de Elói Mendes fosse diferente dos demais.



**Figura 15.** Trecho entre a cidade de Elói Mendes e Varginha. Fonte: adaptado de Google Earth, 2019

O traçado feito na **figura 15** corresponde ao trajeto existente e usualmente utilizado entre Elói Mendes e Varginha, trajeto que liga a cidade dormitório à sua cidade referência. Sobre Varginha, cidade polo da região, Manoel (2017) – com base nos mesmos dados colocados no **Gráfico 1** – já havia registrado que:

Os dados indicam que, em quarenta anos, o Município apresentou uma taxa média de crescimento populacional de 2,63% ao ano, quase o dobro da taxa encontrada na cidade pequena [Elói Mendes], de 1,36%. Percebe-se, ainda, que a população total cresceu 280%, sendo que a urbana mais que triplicou, enquanto a rural se reduziu quase à metade. Em suma, além dos moradores que deixaram o campo e do crescimento natural, a cidade de Varginha recebeu uma quantidade considerável de migrantes de outros centros urbanos e regiões. Comparando os resultados obtidos às taxas de crescimento do Brasil verificou-se que, no mesmo período, a população total aumentou 101,8%: a urbana, 204,2% e a rural reduziu 28,3% o que demonstra que em Varginha o crescimento foi mais expressivo. (MANOEL, 2017, p. 10).

As palavras de Manoel (2017) indicam a cidade de Varginha como sendo uma unidade espacial de forte atração populacional. Dos demais municípios, três merecem registro por terem apresentado saldo negativo: São Thomé das Letras (perca de 22,13% de sua população entre os anos de 1970 e 1980), Santana da Vargem e Coqueiral (essas duas com reduções de 3,86% e 3,36% entre os anos 2000 e 2010, respectivamente). Não por acaso, essas são localidades com um quantitativo populacional menor que 10.000 habitantes, que, via de regra, são as primeiras a sofrerem por variações na economia.

Por fim, o **Gráfico 1** mostra ainda a existência de uma não padronização do comportamento populacional dos 16 municípios da microrregião a curto prazo, isto é, não existe uma tendência de aumento ou queda na taxa de crescimento populacional entre períodos decenais, o que existe, conforme sugere a ilustração presente na parte superior do elemento gráfico, são momentos de oscilação.

### **3.2.3 Atratividades funcionais dos municípios**

A maneira encontrada para evidenciar a atratividade da microrregião em termos de moradia e trabalho para pessoas de outros estados, foi a interpretação dos dados do IBGE (2000 e 2010) a respeito da população residente por sexo e lugar de origem em percentuais do número total. Para tanto, fez-se comparações entre as dez microrregiões da mesorregião, e, na compreensão dos resultados, o seguinte: quando se apresentaram em números negativos, apreendeu-se que quanto maior fossem os algarismos, mais atrativa seria a localidade, e, quando

positivos, quanto maior fossem, menos atrativa seria a mesma. Embora os locais presentes no **Quadro 5** possuam especificidades, a análise permitiu posicionar a de Varginha em um *ranking* ainda pouco discutido na literatura.

Microrregião Geográfica	Lugar de nascimento	Ano 2000	Ano 2010	Resultado
Alfenas	Minas Gerais	91,52%	91,74%	+ 0,22%
Andrelândia	Minas Gerais	95,03%	92,28%	- 2,75%
Itajubá	Minas Gerais	92,05%	90,75%	- 1,30%
Lavras	Minas Gerais	94,60%	93,66%	- 0,94%
Passos	Minas Gerais	91,00%	90,51%	- 0,49%
Poços de Caldas	Minas Gerais	85,26%	84,67%	- 0,59%
Pouso Alegre	Minas Gerais	85,06%	82,41%	- 2,65%
São Lourenço	Minas Gerais	91,11%	90,61%	- 0,50%
São Sebastião do Paraíso	Minas Gerais	87,54%	87,11%	- 0,43%
Varginha	Minas Gerais	92,89%	93,47%	+ 0,58%

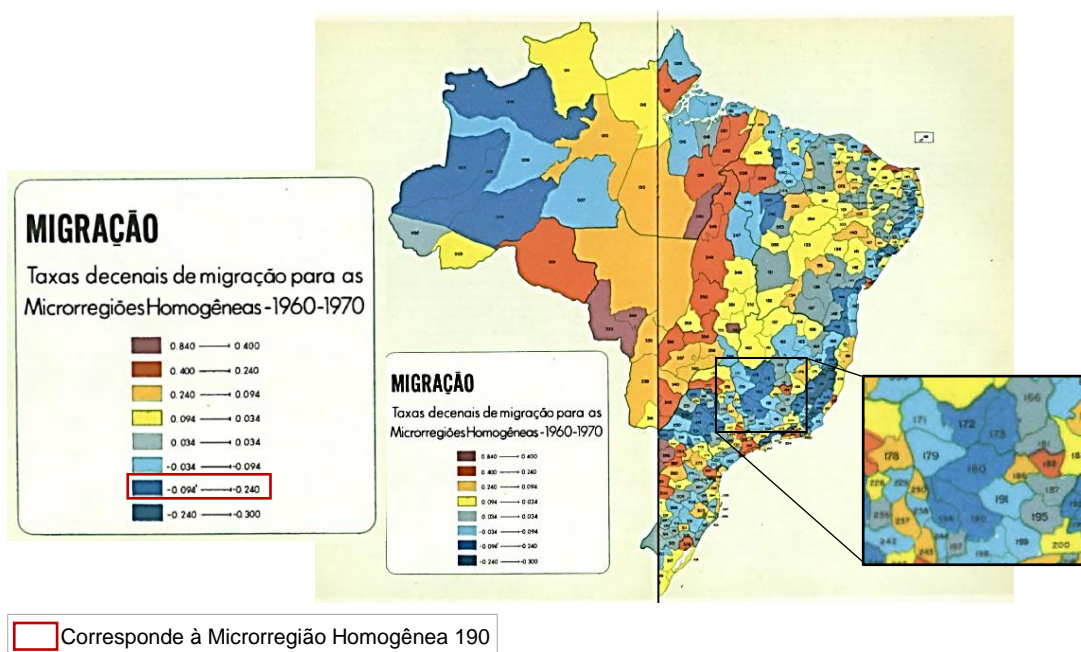
**Quadro 5.** Porcentagem da população residente nas microrregiões da Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais cujo lugar de nascimento declarado no censo de 2000 e 2010 é o próprio estado mineiro. Fonte: própria, elaborado a partir de dados do IBGE: tabela 631 - População residente, por sexo e lugar de nascimento. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/631> Acesso em: 27/07/2019

Com base nas porcentagens apresentadas pelo **Quadro 5** levantou-se as seguintes proposições a respeito do poder de atração da MRV: comparando as porcentagens de 2010 em relação as de 2000, observou-se que a proporção de nascidos no estado de Minas Gerais aumentou. Para compreender a relevância dessa indicação, chama-se atenção para o caso de Pouso Alegre, situação onde houve o inverso – redução no número de nascidos em Minas Gerais, o que indica uma presença maior de nascidos em outras Unidades da Federação. A diferença sugere o grau de atratividade de determinada localidade.

No entanto, os números “por si só” podem dar margens para outros tipos de interpretações, como no caso da possibilidade de uma “migração de retorno”, que para Costa (2007, p. 27) é quando “pessoas que emigraram de seu local de origem, viveram em outra localidade e depois retornaram para a região inicial de origem”. Isso se aplicaria, por certo, no caso da MRV, já que no de Pouso Alegre

ficou evidente que, além do aumento natural e do saldo da imigração/emigração, houve também a inserção de 3.461 pessoas vindas de fora do estado em busca de colocação ou recolocação profissional, visto que Pouso Alegre tem umas das maiores concentrações industriais do interior do estado.

A partir disto pôde-se dizer que quanto maior a taxa de pessoas nascidas fora do estado da microrregião, maior é o seu poder de atração e, quanto menor, menos atrativa é. Assim, como o índice encontrado na MRV foi de apenas 6,53% de moradores nascidos em outros estados, considera-se que a localidade ainda é pouco atrativa. A afirmativa está baseada, também, na ilustração da **Figura 16**, onde abstraiu-se uma informação relevante a respeito da área da MRV quando pertenceu à Microrregião Homogênea 190-MG (entre 1968 e 1989), ocasião em que era, assim como atualmente, pouco atrativa, ao passo que apresentava forte evasão populacional.



**Figura 16.** Grau de atratividade das Microrregiões Homogêneas em 1977. Fonte: Adaptado de IBGE (1977, p. 184)

As informações presentes no mapa temático foram referenciadas dessa forma em IBGE (1977):



Integrando o grupo de áreas de atração, surgem as Microrregiões que apresentaram taxas decenais de migração variando entre 0.840 e 0.034, sendo possíveis classifica-las em três subgrupos quanto a sua magnitude; áreas de fortíssima atração (com taxas variando de 0.840 a 0.400), áreas de forte atração (com taxas de 0.400 a 0.240), e áreas de moderada atração (com taxas de 0.240 a 0.094). Quanto as áreas de evasão, foram agrupadas em áreas de fortíssima evasão (com taxas entre -0.300 e -0.240), áreas de forte evasão (com taxas entre -0.240 e -0.094) e áreas de moderada evasão populacional (com taxas variando entre -0.094 e -0.034). (IBGE, 1977, p. 187). (Grifo da fonte).

A discussão que se fez com base no **Quadro 5**, aliada às informações da **Figura 16**, possibilitaram registrar que a Microrregião de Varginha exerce pouca atração populacional na região. Isso acontece devido a posição geográfica entre três importantes metrópoles – São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro (fortes receptoras de mão de obra) e proximidade a microrregiões que tem atraído mais imigrantes – como é o caso da Microrregião de Pouso Alegre.

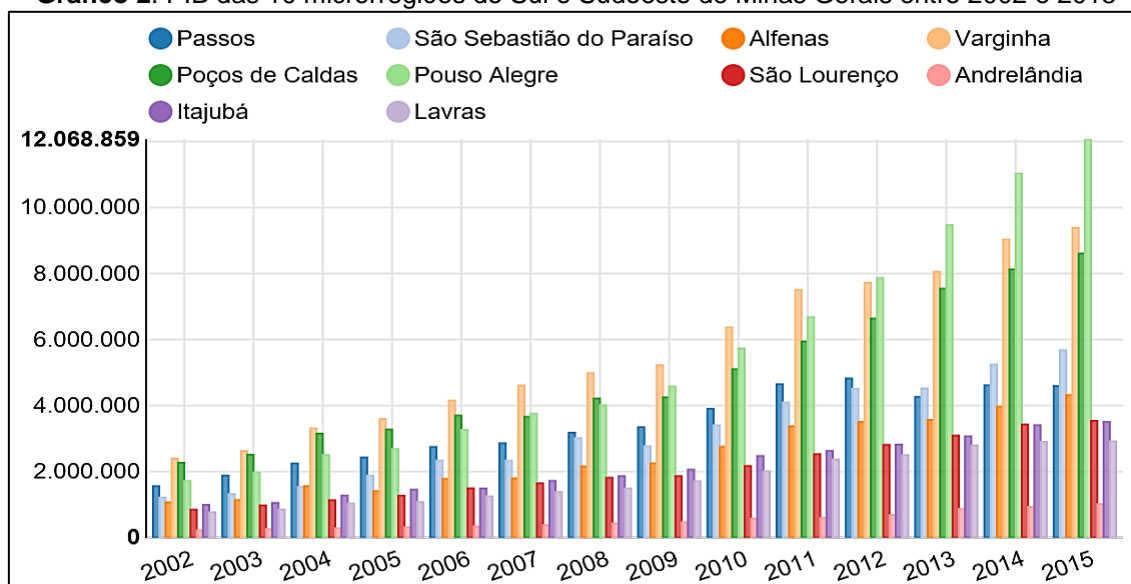
Ao observar os resultados expostos no subcapítulo **3.1** e os apresentados no **3.2**, pôde-se fazer a seguinte relação: considerando o fato do território do Sul de Minas ter sido ocupado aos poucos, da área apresentar condições favoráveis para as práticas agrícolas e a indicação da presença preponderante de cidades pequenas na Microrregião de Varginha, é possível traçar uma relação de causa e efeito no uso e na ocupação do solo pela população. Significa que a condição essencialmente rural tem a ver com a localização e com sua construção histórica.

### 3.3 Base econômica da Microrregião de Varginha

A partir da variável localização e de dados do SIDRA (2019), este capítulo indicará a predisposição econômica da MRV. Para tanto, foram analisados o PIB da Mesorregião Sul e Sudoeste do estado de Minas Gerais, o PIB Microrregional por setores, a População Economicamente Ativa Agrícola e a agropecuária como condição essencial para o desenvolvimento local. A intenção foi a de traçar uma lógica de comportamento regional decorrente das interações espaciais.

Posto isso, o período de 2002 a 2015 (**Gráfico 2**) foi de grande importância para a Microrregião de Varginha por ter sido uma fase de significativas alterações em sua estrutura econômica. De início, observou-se que a delimitação perdeu a condição de destaque dentro da mesorregião para a de Pouso Alegre, situação contrabalanceada por uma verificação realizada em um segundo momento, onde percebeu-se que um de seus setores, o da agropecuária, despontou como o que mais movimentou recursos entre as subáreas examinadas no período analisado.

**Gráfico 2.** PIB das 10 microrregiões do Sul e Sudoeste de Minas Gerais entre 2002 e 2015



Fonte: SIDRA-IBGE (2018)

Sobre a economia da cidade de Pouso Alegre – citada como destaque na mesorregião –, Silva e Zaro (2015, p. 20) registraram que a proximidade com São

Paulo trouxe para o local vantagens como a absorção de parte do dinamismo da região econômica mais importante do país. Para esses autores, isso fez com que deixasse de ser exploradora de vantagens agropecuárias para tornar-se eficiente em setores “como metalurgia, mecânica, autopeças, eletrônica e farmacêutico”, tendo a questão da localização como vantagem locacional. Isso repercutiu muito

No que toca as migrações para a cidade, no período de 2005 [até] 2010 imigraram para Pouso Alegre 13.582 pessoas, o que configura 10% da população total do município, sendo sua maioria também do estado de São Paulo. (SILVA e ZARO, 2015, p. 31).

Colocada essa informação, levantou-se que o PIB da MRV comportou-se da seguinte forma entre os anos de 2002 a 2015: nos primeiros dez, ficou na 1ª posição entre as elencadas – isto é, deteve por esse período de tempo o maior PIB da mesorregião. No entanto, a partir de 2012 até 2015 (ano final examinado), ficou como 2ª colocada ao perder a posição de destaque para a de Pouso Alegre, que, desde então, tem tomado a dianteira e liderado o *ranking* do PIB regional.

Obstante a permanência da MRV na dianteira da colocação, apresenta-se como justificativa a posição geográfica da de Pouso Alegre. Isso porque segundo Branquinho e Silva (2018, p. 79), a região do Sul de Minas (a partir da duplicação da BR 381 – Rodovia Fernão Dias) passou a atrair empresas preferencialmente para os municípios que localizavam-se mais próximos ao estado de São Paulo, como os de Extrema e Pouso Alegre, favorecendo a partir daí o desenvolvimento dessas localidades. A respeito da importância da duplicação de rodovias para a logística dos transportes, Almeida (2004) registrou o seguinte:

Em termos gerais, a duplicação de uma rodovia provoca uma redução dos custos dos transportes. Como os custos de transporte dependem de dois componentes – a distância (ou o tempo de viagem) e o valor do frete – uma rodovia duplicada exerce influência em ambos. Com relação ao tempo de viagem, a melhoria da infraestrutura provoca sua redução por causa da melhoria das condições rodoviárias, tais como o pavimento, a sinalização e as vias exclusivas de ida e de volta etc. No que diz respeito ao valor do frete, a duplicação engendra a sua diminuição, porque o custo operacional de transferir mercadorias pela estrada decresce. (ALMEIDA, 2004, p. 334-335).

Como complemento ao que disseram Branquinho e Silva (2018), registra-se que além da facilidade no transporte resultante da duplicação da Fernão Dias (a partir de 2005), o real motivo do deslocamento de empresas rumo as cidades médias da região é a descentralização de capital intensivo nas metrópoles, pois atualmente há nesses locais uma escassez de oportunidades locais devido a carência de mão de obra barata, supervalorização dos aluguéis, dos imóveis e da terra urbana. Limitadores que colocaram localidades como a do Sul de Minas na rota do capital. Sobre esse movimento, Andrade (2015) registrou o seguinte:

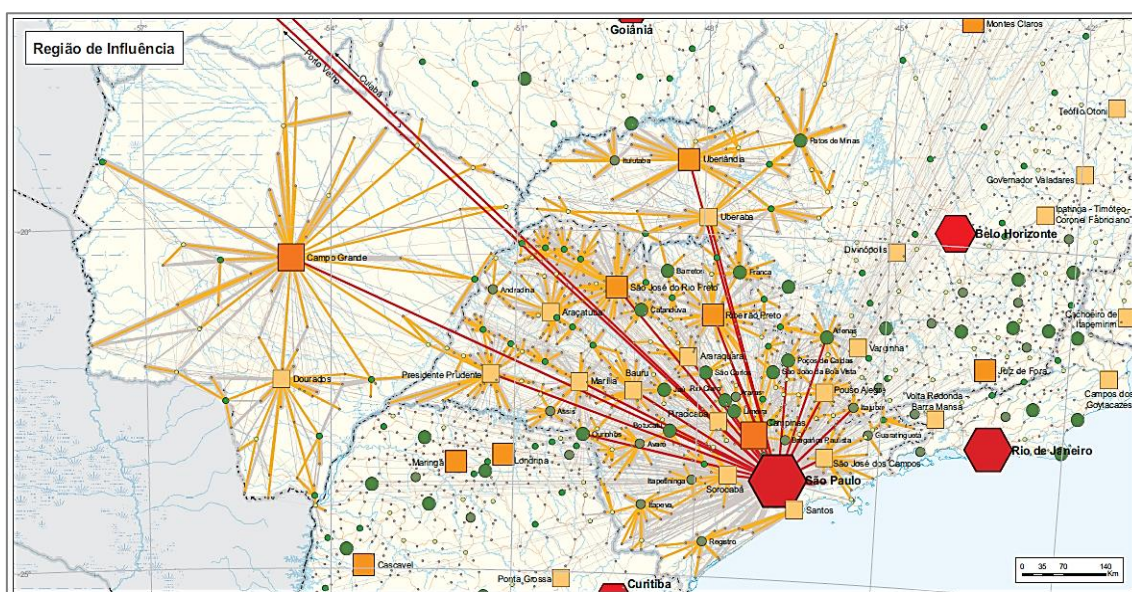
A posição geográfica do Sul de Minas colaborou para que, no decorrer dos últimos séculos [...] participasse com considerável importância no abastecimento, em especial por meio dos produtos agropecuários e mais recentemente de artigos manufaturados, do amplo mercado consumidor que foi se consolidando em seu entorno. (ANDRADE, 2015, p. 65).

O traçado desse “amplo mercado consumidor”, o qual referiu-se Andrade (2015), foi encontrado em Stamm et al. (2010). Segundo esses autores, “a partir da década de 1970, houve no Brasil um processo de desconcentração industrial e econômica, fato que ocorreu principalmente na Região Metropolitana de São Paulo”. O processo foi “composto de duas fases: num primeiro momento, ocorreu um relativo espriamento da produção industrial no país como um todo, e numa segunda fase, uma relativa reconcentração da atividade industrial dentro de um polígono” (STAMM et al., 2010, p. 78), conforme delimitação da **Figura 17**.



**Figura 17.** Polígono industrial brasileira. Fonte: Adaptado de Stamm et al. (2010, p. 78)

É a luz desse “espraiamento industrial” que Pouso Alegre (que polariza a microrregião de mesmo nome) teve um aumento no número de Unidades Locais nos últimos anos – segundo Branquinho e Silva (2018, p. 90), de 4.751 em 2006 para 6.002 em 2013, e no número de Pessoal Ocupado, que subiu de 33.974 em 2006 para 54.926 em 2013. Situação que colaborou para ascender à posição de destaque na mesorregião. O aumento ocorreu, conforme já evidenciado, devido sua proximidade geográfica com a metrópole de São Paulo, rede urbana a qual sofre influência direta conforme indica a ilustração abaixo, **Figura 18**.

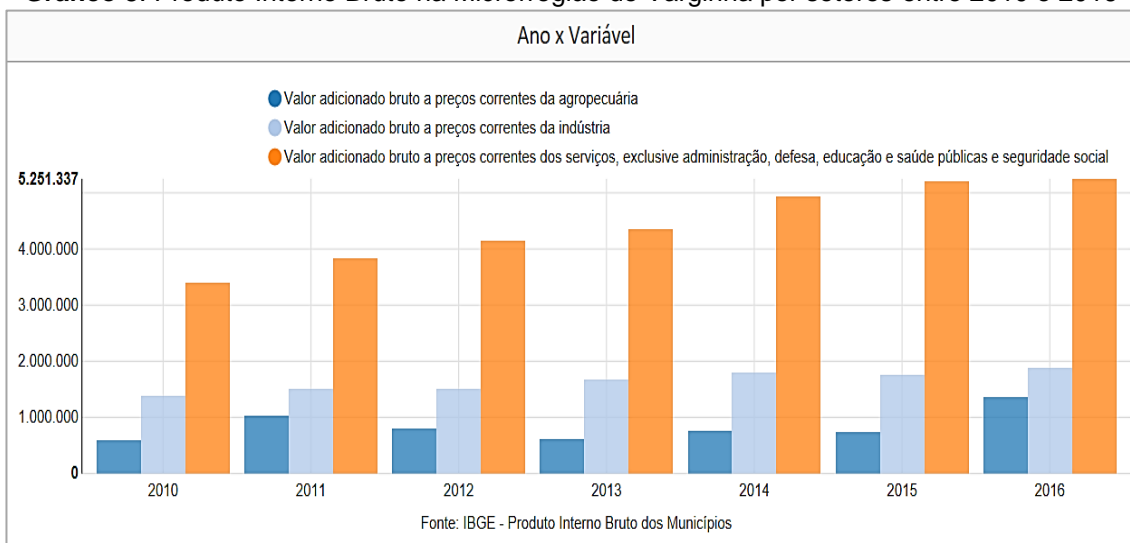


**Figura 18.** Cidades sob influência da metrópole de São Paulo. Fonte: Adaptado de REGIC (2007, f. 86)

Varginha, contrapondo-se aos números apresentados para Pouso Alegre, apresentou 4.548 e 5.525, e 34.734 e 45.138, respectivamente. Certamente por encontrar-se mais distante da metrópole paulista – aglomeração urbana de onde ocorreu, de acordo com Stamm et al. (2010, p. 78), a principal desconcentração industrial do país. Significa, em resumo, que a cidade de Pouso Alegre recebeu no período que vai de 2006 até 2013 um total de 274 empresas e 10.548 postos de trabalho a mais que Varginha – quantitativos que influenciaram diretamente na dinâmica econômica regional fazendo com que a Microrregião de Varginha passasse para a 2ª colocação no *ranking* do PIB regional.



**Gráfico 3.** Produto Interno Bruto na Microrregião de Varginha por setores entre 2010 e 2016



Concluiu-se a partir das análises feitas no **Gráfico 3** que o Produto Interno Bruto por setores apresentou o seguinte comportamento entre os anos de 2010 e 2016: o setor agropecuário teve aumento de 131,95% em 6 anos – esse valor é 3,7 vezes maior que o apresentado pelo setor industrial e 2,4 vezes maior do que o de comércio e serviços –, isso mostra como as práticas ligadas ao campo são importantes para a localidade. Ainda que o setor terciário, em valores totais, aponte quantitativos superiores, seguidos dos da indústria, o que a porcentagem indica é o poder de reprodução do setor agropecuário, que foi bem maior do que o dos demais setores. É importante registrar que essa análise teve como foco os valores totais apresentados por cada setor e não a base de cálculo de cada um.

Para reforçar a importância do setor agropecuário para a MRV utilizou-se os dados da **Tabela 2**. O objetivo é mostrar que, embora tenha perdido destaque dentro da mesorregião para a de Pouso Alegre, a de Varginha possui relevância quando o assunto é a População Economicamente Ativa Agrícola e a capacidade para armazenamento de estoques agropecuários. Essas duas análises, juntas, reforçam a predisposição da Microrregião de Varginha para as atividades ligadas ao campo. É importante registrar que o uso de dados populacionais nessa parte do trabalho tem objetivo diferente do subcapítulo anterior, por isso foi novamente utilizado.

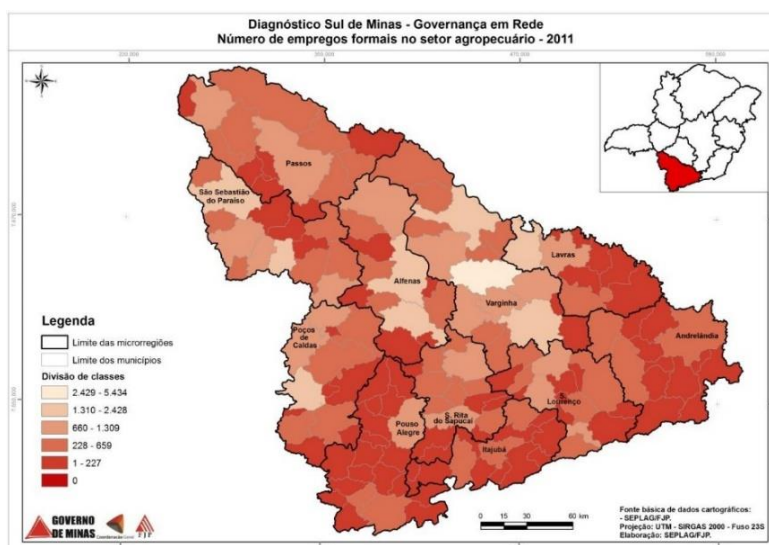
**Tabela 2.** População, PEAA e Densidade Demográfica dos municípios

Município	População Total (2010)	População Urbana (2010)	População Rural (2010)	Pessoas Ocupadas no Campo (2006)	Densidade Demográfica (Hab./km <sup>2</sup> )
Boa Esperança	38.516	32.191	6.325	6.501	44,75
Campanha	15.543	13.326	2.107	4.025	45,99
Campo do Meio	11.476	10.059	1.417	2.978	41,67
Campos Gerais	27.600	19.156	8.444	11.425	35,87
Carmo da Cachoeira	11.836	8.966	2.870	6.742	23,38
Coqueiral	9.289	6.588	2.701	2.717	31,36
Elói Mendes	25.220	20.374	4.846	5.022	59,49
Guapé	13.872	7.174	6.698	4.723	14,85
Ilicínea	11.488	9.096	2.392	3.377	30,53
Monsenhor Paulo	8.161	6.133	2.028	2.391	37,69
Santana da Vargem	7.231	5.278	1.953	3.455	41,93
São Bento Abade	4.577	4.238	339	205	56,53
São Thomé das Letras	6.655	3.857	2.798	1.242	18,00
Três Corações	72.765	65.826	6.939	4.275	87,88
Três Pontas	53.860	46.280	7.580	12.724	78,08
Varginha	123.81	119.061	4.020	3.146	311,29
<b>Total</b>	<b>441.060</b>	<b>377.603</b>	<b>63.457</b>	<b>74.998</b>	-----

Fonte: dados extraídos do IBGE (SIDRA, 2019), tabela baseada em Alves (2018, p. 119)

Os dados apresentados pela **Tabela 2** comprovam a importância do rural para a manutenção do ambiente urbano à medida em que basta observarmos o número total de Pessoas Ocupadas no campo no ano de 2006 na microrregião (74.998) em comparação com o de moradores que viviam na zona rural em 2010 (63.457) – percebe-se que 11 municípios apresentam mais trabalhadores rurais que a própria população rural. A diferença encontrada, 11.541 pessoas, corresponde àquelas que moram nas cidades mas trabalham no campo (quantidade que pode ser bem mais expressiva se considerado somente as Pessoas Economicamente Ativas Agrícolas ou aquelas que trabalham sem carteira assinada). Neste caso, considerando todas como ocupadas, a diferença aumenta para 42.807, visto que a PEAA na delimitação segundo dados do SIDRA (2019), é de 32.181 indivíduos. A espacialidade dessa mão de obra pode ser observada, com olhar comparativo, na ilustração a seguir (**Figura 20**).





**Figura 20.** Espacialidade dos empregos formais na mesorregião em 2011. Fonte: Extraído de Minas Gerais (2014, p. 125)

Situação que vai ao encontro do que Alves (2018, p. 119) coloca sobre a ruralidade em microrregião – para esse autor a absorção de parte da mão de obra pelo campo mostra “que algumas situações mascaram a ruralidade existente em cidades que dependem e vivem das atividades agropecuárias”. Percebe-se que, além do campo servir como uma fonte de subsistência para a cidade, o que para Singer (1987, p. 12) significa ser onde “pratica a agricultura e, em determinadas condições, todas as demais atividades necessárias ao sustento [...] da sociedade”, é importante para o dinheiro circulante na parte urbana, em especial em períodos específicos como a colheita de café. Abaixo está o registro feito por Alves (2018) sobre a Microrregião de Alfenas, cujos resultados, em parte, se assemelham aos encontrados na Microrregião de Varginha e que segue ao encontro da afirmação colocada no início deste parágrafo.

O que chama a atenção para os dados é que em quase todos os municípios a PEA é superior à população rural, o que evidencia a ruralidade nas cidades, ou seja, a população vive na cidade e trabalha no campo, dedica-se às atividades agropecuárias e apenas reside no perímetro urbano ou [...] desenvolve alguma atividade agroindustrial, serviço ou comércio nas cidades relativas à agricultura. Destaca-se também a população sazonal na época da colheita do café. Entre os meses de maio e agosto, muitas pessoas residentes e que trabalham em atividades urbanas, deslocam-se para as fazendas colhendo café e incrementando a renda. Essa prática é muito tradicional e faz parte do cotidiano da população das cidades pequenas. (ALVES, 2018, p. 122).

A importância do setor agropecuário na MRV foi notada também quando comparou-se seu PIB agropecuário com o das demais subáreas da Mesorregião Sul/Sudoeste do estado de Minas Gerais. De acordo com o que aponta a **Tabela 3**, a Microrregião de Varginha é a que apresenta o maior movimento no setor no período de 2010 a 2016. O apontamento tem por objetivo chamar a atenção para o segmento, visto que os valores mostram e reiteram a predisposição local para as atividades econômicas desempenhadas no campo.

**Tabela 3** – PIB das microrregiões da Mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais

Variável - Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (Mil Reais)							
Microrregião Geográfica	Ano						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Passos	383.109	549.865	529.637	480.314	646.915	509.762	804.206
São Sebastião do Paraíso	503.817	656.401	728.972	433.764	665.682	617.290	919.392
Alfenas	446.389	661.716	529.950	425.600	507.650	537.074	851.483
<b>Varginha</b>	<b>586.995</b>	<b>1.033.544</b>	<b>806.158</b>	<b>618.374</b>	<b>769.299</b>	<b>734.390</b>	<b>1.361.552</b>
Poços de Caldas	322.977	422.725	420.780	365.313	440.392	489.548	634.358
Pouso Alegre	278.015	302.328	294.220	372.198	359.367	378.335	535.924
Santa Rita do Sapucaí	211.631	342.191	286.142	257.537	300.849	280.474	430.066
São Lourenço	338.358	447.031	434.708	419.988	486.773	416.199	569.185
Andrelândia	84.256	101.827	119.636	223.911	227.382	240.442	283.218
Itajubá	135.454	161.692	157.641	177.521	203.586	191.898	225.062

Fonte: IBGE (2019) em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA

Perceba que o destaque realizado na **Tabela 3** mostra a MRV na dianteira do PIB agropecuário da Mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais no período analisado. Para efeito de síntese, no ano de 2016 a área apresentou quantitativo 48% maior do que a Microrregião de São Sebastião do Paraíso – que ficou com a 2ª posição no mesmo período – e 6 vezes maior do que a de Itajubá, área que apresentou o menor valor. É importante destacar que São Sebastião do Paraíso assume com sua classificação – ao lado de Varginha – um importante papel para o setor agropecuário, já que ambas são responsáveis por parte considerável da produção agrícola regional.

Quando comparada a capacidade útil dos armazéns e silos para produtos a granel presentes nas microrregiões da mesorregião, mais uma vez a MRV foi destaque por ter apresentado, dentre as dez analisadas, a maior capacidade nos segundos semestres de 2012 até 2018. De acordo com a Pesquisa de Estoque extraída de SIDRA (2019) – colocada na **Tabela 4** –, a MRV apresentou 496.558 toneladas em 2018 contra 11.544 da de Poços de Caldas no mesmo ano – a que expôs menos. É importante ressaltar que Itajubá não constou no banco de dados consultado e que Andrelândia não apresentou estoques no período analisado.

**Tabela 4.** Capacidade útil das unidades armazenadoras, por tipo de unidade armazenadora e grupos de capacidade útil

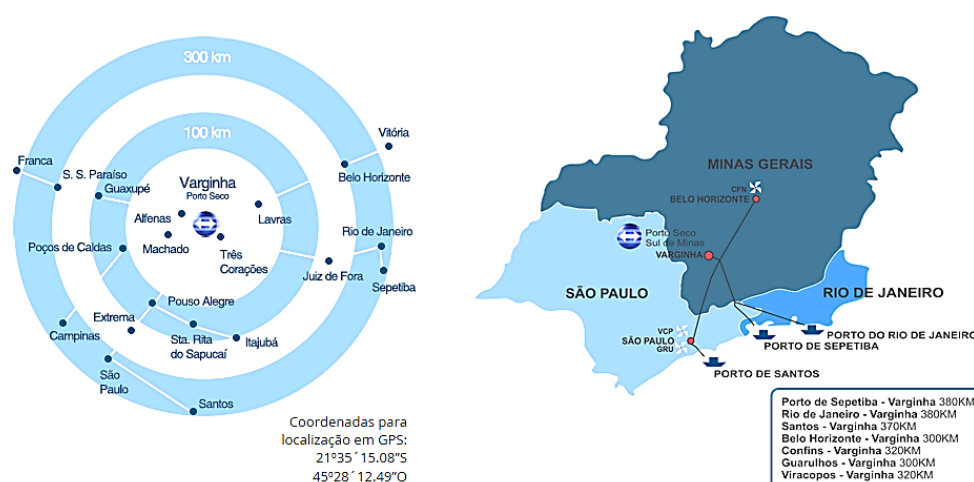
Variável - Capacidade útil (Toneladas)							
Grupos de capacidade útil – Total							
Tipo de unidade armazenadora – Total							
Microrregião Geográfica	2º semestre 2012	2º semestre 2013	2º semestre 2014	2º semestre 2015	2º semestre 2016	2º semestre 2017	2º semestre 2018
	Passos	164.833	136.233	155.936	155.936	155.936	156.523
São S. do Paraíso	71.010	59.610	103.341	103.341	103.341	98.001	213.423
Alfenas	93.423	78.423	78.423	74.460	74.460	82.203	81.883
Varginha	251.476	251.628	257.747	260.547	286.129	391.042	496.558
Poços de Caldas	18.384	18.384	18.384	21.624	21.624	7.524	11.544
Pouso Alegre	-	-	-	-	11.600	11.600	11.600
Santa Rita do Sapucaí	-	-	-	-	-	-	22.500
São Lourenço	75.400	75.400	75.400	75.400	75.400	19.000	18.934
Andrelândia	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE (2019) - Pesquisa de Estoques

Ao analisar todo o período exposto pela **Tabela 4**, notou-se a discrepância entre os quantitativos apresentados pela MRV e os das demais da mesorregião. Significa que a de Varginha, além de ser destaque no PIB agropecuário, absorve também parte da produção das microrregiões limítrofes. A sugestiva vem do fato da Microrregião de Varginha concentrar em seu território metade da capacidade de armazenamento de toda a Mesorregião Sul e Sudoeste do estado, o que faz com que seja atrativa para o segmento de armazenagem na região.

Dos quase meio milhão de toneladas apresentadas pela MRV para 2018, parte advém do único Porto Seco do interior do estado de Minas Gerais, o Porto Seco Sul de Minas, localizado na cidade de Varginha. De acordo com o *website*<sup>6</sup> da Estação Aduaneira, a empresa conta 28.000 m<sup>2</sup> de armazéns de área coberta para recebimento, conferência, guarda e também movimentação de mercadorias e produtos. Ainda segundo a fonte, a empresa conta com acesso estratégico aos principais portos e aeroportos do Brasil, conforme ilustração feita pela **Figura 21**.

**Figura 21.** Localização do Porto Seco Sul de Minas



Fonte: Porto Seco Sul de Minas, 2019

De acordo com notícia (**ANEXO 1**) publicada no ano de 2007 pelo Ministério Público Federal através da Procuradoria da República de Minas Gerais, 30% das exportações realizadas pelo Porto Seco Sul de Minas é de café, indicação que reitera a predisposição regional para a prática da agricultura. A indicação segue ao encontro do que também registrou o INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL (2004), segundo destaque dessa fonte, a Microrregião de Varginha é importante devido a sua produção de grãos, o qual se destaca a produção cafeeira, que, na delimitação, é cultivada de forma extensiva e intensiva, a última, principalmente nos arredores das cidades de Varginha e Três Pontas.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.portosecosuldeminas.com.br/> Acessado em: 31/07/2019

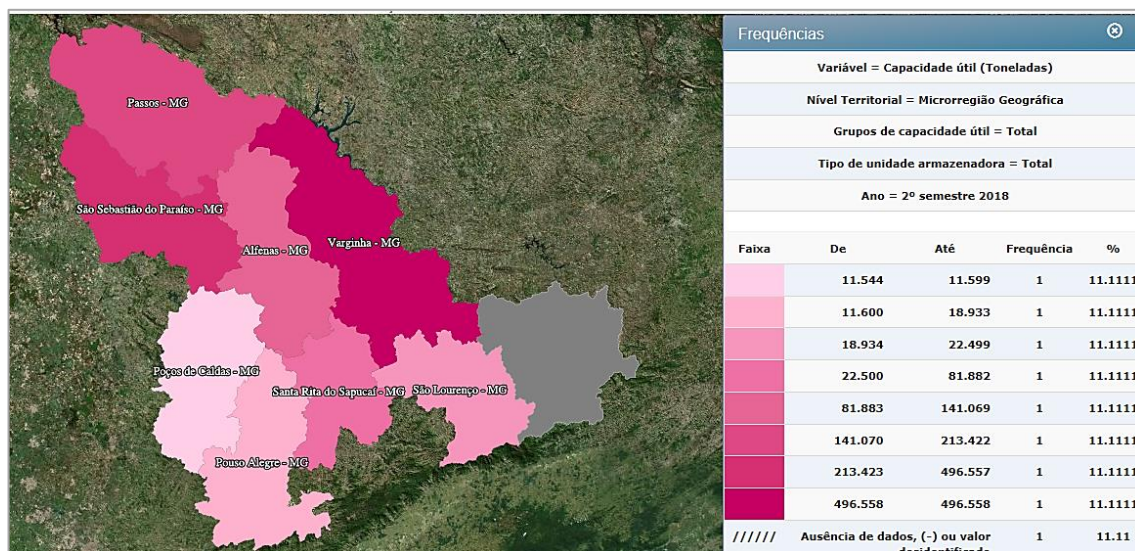
Nessa microrregião [o] café se caracteriza como a principal atividade econômica, juntamente com todas as demais atividades desenvolvidas [feitas] na cadeia produtiva do café – beneficiamento, industrialização, comercialização em grãos verdes, interna e externa. [Para tanto] existe a separação territorial dessas atividades, por exemplo, as atividades de industrialização [processamento], armazenamento/comercialização interna, exportação estão concentradas na sede do município [...] que agrega o porto seco [Sul de Minas] e o aeroporto da região. Já o cultivo e a comercialização de varejo se desenvolvem na zona rural de todos os [16] municípios da região. (INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2004, p. 25).

Além da indicação supracitada, é importante registrar que a localidade tem destaque também em outros nichos de mercado, dentre os quais, os citados por Portugal (2014). Para esse autor, a Microrregião de Varginha é uma sub-região com comércio muito diversificado, com “organizações do setor de serviços, como instituições financeiras, de ensino profissionalizante, técnico e superior, hospitais e clínicas especializadas, e indústrias do segmento de peças automotivas, entre outras” (PORTUGAL, 2014, p. 71). Parte considerável dos serviços mencionados está presente na cidade de Varginha (polo), situação que promove a centralidade da cidade colocando-a na categoria de cidade média, conforme já evidenciado.

A respeito dos portos-secos, Lara e Soares (2005, p. 34) dizem que essas áreas alfandegadas surgiram como “alternativa” aos procedimentos aduaneiros até então restritos aos portos localizados no litoral, já que era comum, até então, o congestionamento dos espaços portuários frente ao mar. Ainda segundo esses autores, no estado mineiro, “o processo de implantação dos portos secos, com vistas à interiorização das aduanas, teve início em 1992 e, atualmente, há cinco portos [...] que cumprem funções importantes no comércio internacional brasileiro” (LARA e SOARES, 2005, p. 34), dentre eles o de Varginha, inaugurado no ano de 1993 como o primeiro do Brasil.

Para ilustrar a espacialidade da capacidade de armazenamento regional, questão que vem sendo discutida desde a **Tabela 4**, recorreu-se a **Figura 22**. A representação evidencia as maiores concentrações presentes nas Microrregiões de Varginha e na de São Sebastião do Paraíso, respectivamente. Não por acaso, são áreas distantes do limítrofe com São Paulo. Perceba que a de Pouso Alegre

e Poços de Caldas, na contramão das anteriores, apresentam as concentrações mais sutis, não por acaso, localizadas no limítrofe com o estado de São Paulo.



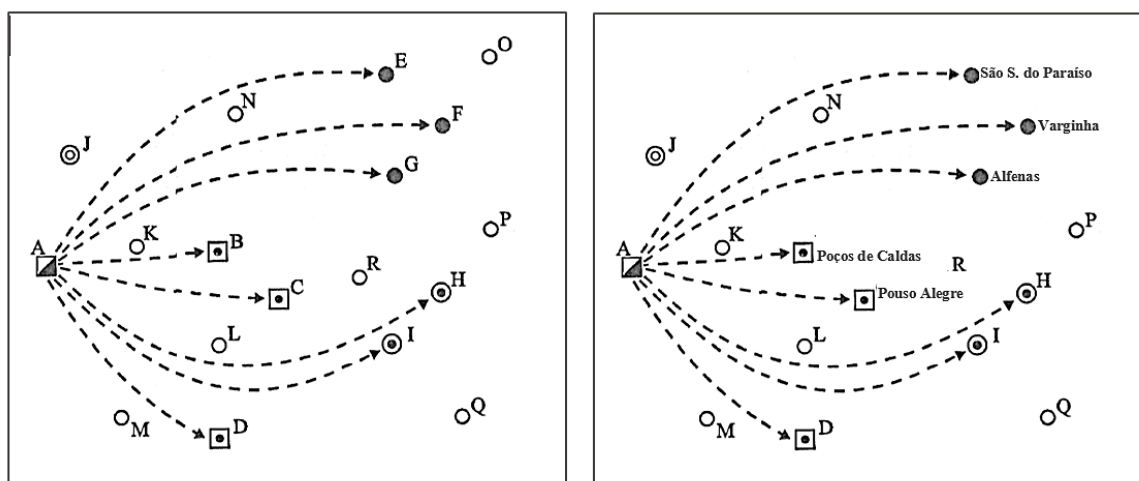
**Figura 22.** Espacialidade da capacidade de armazenamento na Mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais. Fonte: Cartograma do SIDRA, 2019

Para evidenciar como acontece “o ciclo inicial de reprodução do capital e espaço”, Corrêa (1997) coloca que, em tratando de empresas de nível elevado, podem se separar em diversas partes instaladas em centros urbanos diferentes. Significa que a corporação terá bases distintas para a coleta de matérias-primas, beneficiamento dos insumos, para a produção e venda das mercadorias, além da sede que terá como função comandar todo o processo. Para entender como isso acontece, “novas reflexões teóricas são necessárias, mas a demanda por estudos empíricos parece-nos, no momento, dotada de uma importância maior” (CORRÊA, 1997, p. 314) – e é isso que o presente estudo se propôs a fazer.

Posto isso, percebeu-se que indicações realizadas nesse subcapítulo vão ao encontro do que Corrêa (1997) diz sobre as transformações decorrentes das interações espaciais. Para o autor “[...] as interações espaciais caracterizam-se, preponderantemente, por uma ‘assimetria’, isto é, por relações que tendem a favorecer um lugar em detrimento de outro, ampliando as diferenças [entre eles]” (CORRÊA, 1997, p. 280). Isso significa, via de regra, que os espaços regionais

assumem funções específicas dentro da lógica capitalista. Essa situação explica o fato da MRV ter perdido o destaque do PIB para a de Pouso Alegre ao mesmo tempo em que viu seu setor agropecuário se consolidar na região.

Essa diferença foi simbolizada por Corrêa (1997). Na ilustração da **Figura 23** o autor nomeia **A** de sede de corporação, **B**, **C** e **D** de fábricas, **E**, **F** e **G** de filiais de coleta e beneficiamento de produtos rurais. As marcações mostram que quanto mais próximo da sede corporativa, mais presentes estão as fábricas, e, quanto mais distante, mais presentes estão os pontos fornecedores de produtos rurais. Para relacionar o esquema à atual realidade da Microrregião de Varginha e de Pouso Alegre, indicaremos **A** como cidade de São Paulo, **B** e **C** como Poços de Caldas e Pouso Alegre, respectivamente, e **E**, **F** e **G** como São Sebastião do Paraíso, Varginha e Alfenas, também respectivamente.



**Figura 23.** Espaço e reprodução do capital. Fonte: Adaptado de Corrêa (1997, p. 286)

Realizada a adaptação, ficou evidente que, em relação a rede urbana de São Paulo, Pouso Alegre (que teve, em 2015, o maior PIB geral) terá uma maior predisposição às indústrias, enquanto Varginha, uma predisposição voltada para a agropecuária – condição relacionada a desconcentração de capital intensivo nas principais metrópoles do país e que promoveu diversas mudanças nas redes urbanas. Assim, o setor do agronegócio poderá aproveitar da predisposição da população da MRV em exercer atividades rurais para a inserção de mais capital, estimulando com isso o crescimento econômico da delimitação geográfica.

Contudo, ainda que esse tipo de divulgação seja benéfico, é válido deixar registrado que a médio e longo prazo a inserção de um capital mais intensivo irá trazer problemas, como por exemplo, adversidades ambientais (principalmente pelo manuseio do solo rural por atividades agrícolas intensivas sem que haja os devidos cuidados em face da sua preservação).

Embora Roberto Lobato Corrêa tenha baseado as suas ideias – sobre as interações espaciais – em cima de uma corporação, as indicações puderam ser aplicadas em uma microrregião através de uma simples sobreposição, unidades localizadas *versus* posição geográfica das localidades utilizadas como exemplo. Assim, pôde-se estabelecer que as diferenças nos espaços regionais têm relação direta com a sua localização – quanto mais perto da metrópole, via de regra, mais dinâmica é a microrregião se essa disponibilizar os recursos para a manutenção da reprodução do capital, em especial, a mão de obra e os meios de circulação.

Vale lembrar que Corrêa (1997) também traz outros ciclos de reprodução do capital, a exemplo da circulação de força de trabalho e dos meios de produção, circulação de publicidade e produtos industriais e a da circulação de lucros. Tudo isso incorre em Padrões de Interações Espaciais e sua Variabilidade no Espaço Temporal, sendo elas as: interações fortemente regionais, interações fortemente extra-regionais, interações influenciadas pela direção e interações descontínuas no tempo (CORRÊA, 1997, p. 297). O autor propõe ainda padrões de interações espaciais em rede. Na Microrregião de Varginha predomina, nessa perspectiva, as interações fortemente regionais.

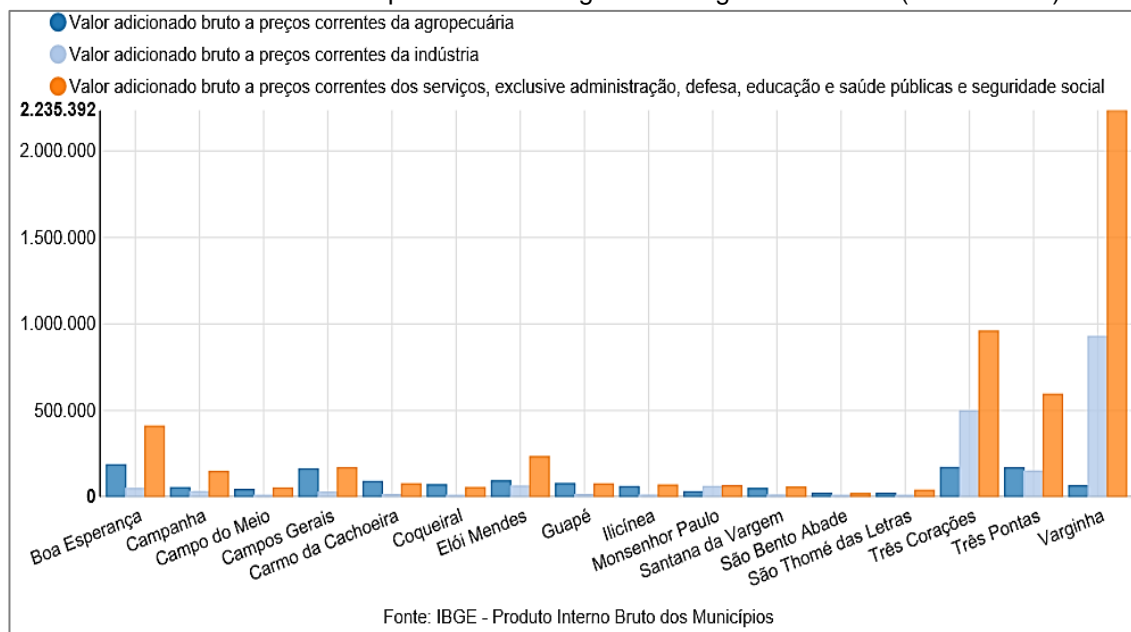
O subcapítulo **3.3** mostrou, através de análise quantitativa e comparativa, a dinâmica econômica da Mesorregião Sul e Sudoeste de Minas. Os resultados, decorrentes das interações espaciais na região, indicaram a agropecuária como o principal meio de geração de renda para a Microrregião de Varginha, ao passo que para a de Pouso Alegre, uma predisposição voltada mais para as indústrias. No subcapítulo **3.4** será feito um indicativo das principais interações econômicas dos 16 municípios da MRV, bem como a divulgação dos principais elementos de atração de sua cidade polo.



### 3.4 Principais funções e interações econômicas dos municípios da Microrregião de Varginha

Nesta seção os 16 municípios da MRV foram categorizados com base nos dados do PIB por setores, ano de referência 2016 (**Gráfico 4**). As três primeiras categorias foram nomeadas de municípios agropecuários, municípios industriais e municípios comerciais – separados de acordo com a prevalência do PIB. Além dessas, outras duas foram criadas: municípios dormitórios – indicação baseada em Corrêa (2011) –, e os de proximidade com a BR Fernão Dias. É importante colocar que alguns municípios encontrar-se-ão em mais de uma categoria devido a variação de funções dentro da microrregião.

**Gráfico 4.** PIB dos municípios da Microrregião de Varginha em 2016 (em mil reais)

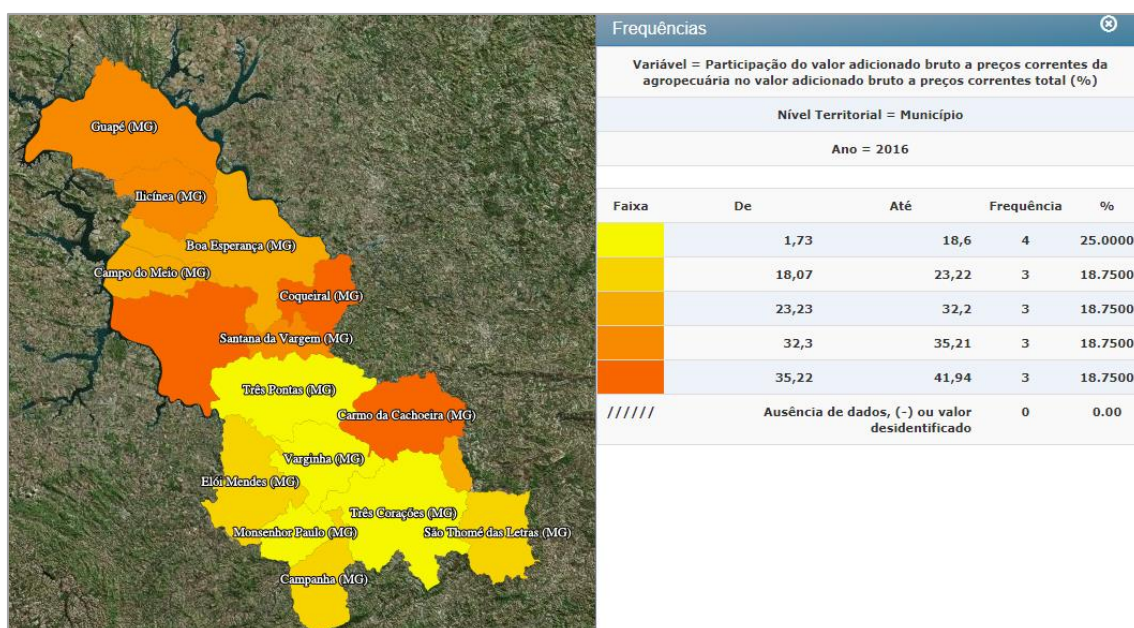


Antes da categorização chama-se a atenção para a discrepância existente entre o PIB das três maiores cidades da Microrregião de Varginha (Três Pontas, Três Corações e Varginha) em relação as outras. Os destaques se justificam por conta das duas primeiras serem de porte médio e a última por ser centralizadora de serviços em nível regional – conforme já evidenciado no decorrer do trabalho. Na sequência está o resultado da classificação (**Quadro 6**).

i)	Municípios Agropecuários	Carmo da Cachoeira; Campos Gerais; Coqueiral; Guapé; São Bento Abade
ii)	Municípios Industriais	<i>Em nenhum dos 16 municípios o PIB da indústria se sobressaiu ao da agropecuária ou ao do comércio e serviços</i>
iii)	Municípios Comerciais	Boa Esperança; Campanha; Campo do Meio; Elói Mendes; Ilícinea; Monsenhor Paulo; Santana da Vargem; São Thomé das Letras; Três Corações; Três Pontas; Varginha
iv)	Municípios Dormitórios	Elói Mendes
v)	Proximidade com a Fernão Dias	Campanha; Três Corações; Carmo da Cachoeira

**Quadro 6.** Tipos de municípios na Microrregião de Varginha. Fonte: própria, 2018

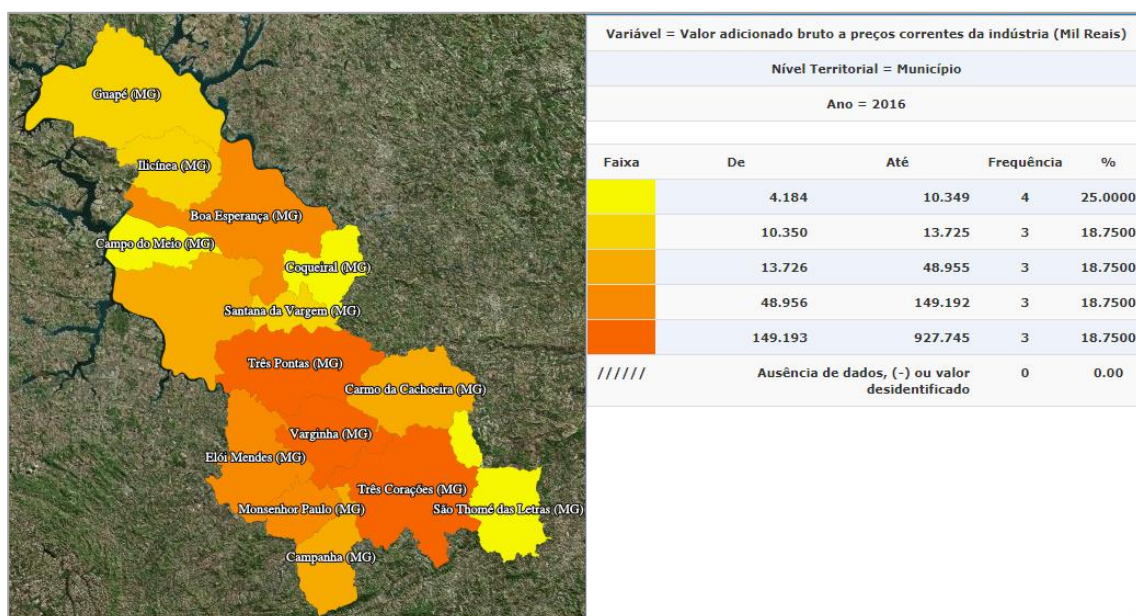
Os municípios da **categoria 1** são marcados e atrativos pela predominância do Produto Interno Bruto agropecuário. Disponibilizam oportunidades de trabalho e emprego preferencialmente no campo, em especial, para a preparação do solo, plantio, cultivo e colheita das produções que dão sustentação ao PIB local. Esses municípios no ano de 2006, de acordo com SIDRA (2018), apresentaram 25.812 ocupações no campo, o que corresponde à 38,42% da população absoluta dessa categoria. A **Figura 24** evidencia uma maior concentração do PIB agropecuário em três, dos cinco municípios desse grupo: Campos Gerais, Coqueiral e Carmo da Cachoeira – unidades espaciais localizadas no eixo central da microrregião.



**Figura 24.** Municípios com maior destaque no PIB Agropecuário na Microrregião de Varginha. Fonte: Cartograma do SIDRA, 2019, adaptado.

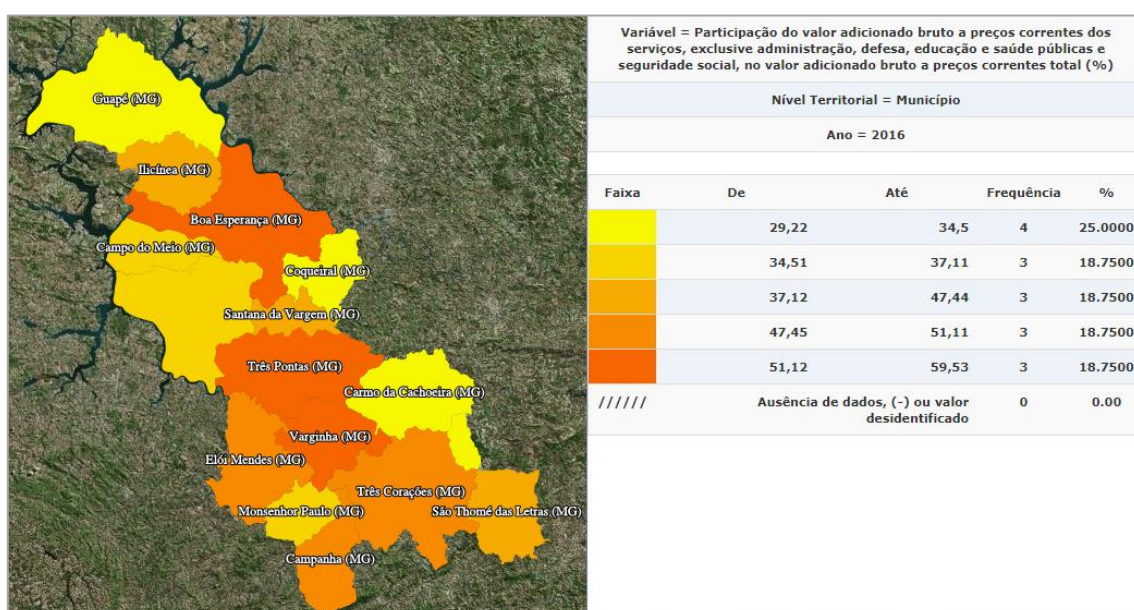
Para reforçar a importância do apontamento do parágrafo anterior, foi feita uma comparação entre os números apresentados pelos municípios da **categoria 1** e os apresentados por Varginha, Três Pontas e Três Corações, municípios que juntos, concentram mais da metade da população da MRV – 249.706 habitantes (CENSO, 2010). Nesse caso, somente 20.145 habitantes estavam ocupados no campo no ano de 2006, quantidade que corresponde a 8,06% da população total analisada e é inferior – tanto em números quanto em porcentagem – a indicada pela **categoria 1**, situação que reitera a predisposição econômica do grupo.

A respeito da **categoria 2**, apesar da MRV não apresentar município em que o valor do PIB industrial seja superior ao do agropecuário e ao do comércio e serviços, três municípios merecem destaque por concentrarem, juntos, 83,8% do PIB industrial da Microrregião de Varginha. Os de Varginha, Três Pontas e de Três Corações disponibilizam para a população economicamente ativa indústrias de diversos tipos, que vão desde a da automobilística até as de transformações de produtos agropecuários. A **Figura 25** evidencia a concentração industrial e a localização dos municípios mais populosos da MRV (que formam o principal eixo econômico microrregional).



**Figura 25.** Municípios com maior concentração de PIB industrial. Fonte: Cartograma do SIDRA, 2019, adaptado

Os municípios da **categoria 3**, de acordo com a interpretação dos dados do PIB por setores, destacam-se pela predominância do segmento de comércio e serviços. Significa que o comércio é bastante forte e oferece para a população local e também para os municípios próximos opções que viabilizam as interações econômicas que dão sustentação ao destaque supracitado. Do grupo, destacam-se os municípios de Varginha, de Três Pontas e de Boa Esperança por, de acordo com a **Figura 26**, apresentarem as maiores proporções do PIB de comércio e de serviços em relação aos outros setores.



**Figura 26.** Predominância (em %) do setor de comércio e serviços nos municípios da MRV. Fonte: Cartograma do SIDRA, 2019

O município da **categoria 4**, pela distância a que se encontra da principal via de escoamento da região, é atrativo por sua posição dentro da MRV – isto é, para quem prefere uma localidade mais tranquila ao mesmo tempo que viabiliza movimentações pendulares pela região (verifique Quadro 3, p. 39). Dessa forma, indica-se a cidade de Elói Mendes como sendo uma cidade dormitório e reserva de força de trabalho da cidade de Varginha, principal cidade da microrregião.

As pessoas que buscam moradia nas cidades presentes na **categoria 5**, localizadas às margens da rodovia Fernão Dias, contam com a possibilidade de trabalho em alguma das dezenas de empresas localizadas às margens direita e

esquerda da via (bares, restaurantes, hotéis, postos de combustíveis e empresas do setor industrial (a exemplo da engarrafadora Coca-Cola, em Três Corações). A logística de acesso às oportunidades é facilitada pela presença de transportes coletivos intermunicipais, fretamentos particulares e caronas, que possibilitam a movimentação pendular de trabalhadores e de turistas pelo corredor empresarial que se instalou na Fernão Dias.

Para finalizar essa breve discussão encontra-se a seguir, no **Quadro 7**, o IDH dos municípios da Microrregião de Varginha junto a colocação que ocupam no *ranking* do estado de Minas Gerais. A intenção foi descobrir se há um padrão de comportamento entre as melhores classificadas na microrregião e verificar se a proximidade com a BR-381 (rodovia Fernão Dias) influencia no IDH dos centros urbanos que localizam-se em sua margem.

Cidade	IDH	Posição	Cidade	IDH	Posição
Varginha	0,778	005°	Coqueiral	0,694	293°
Três Corações	0,744	047°	Campos Gerais	0,682	347°
Três Pontas	0,731	106°	Campo do Meio	0,683	349°
Monsenhor Paulo	0,721	150°	Ilicínea	0,680	373°
Campanha	0,709	183°	Guapé	0,679	379°
Santana da Vargem	0,698	215°	São Bento Abade	0,672	445°
Boa Esperança	0,704	217°	São T. das Letras	0,667	450°
Elói Mendes	0,685	286°	Carmo da Cachoeira	0,655	498°

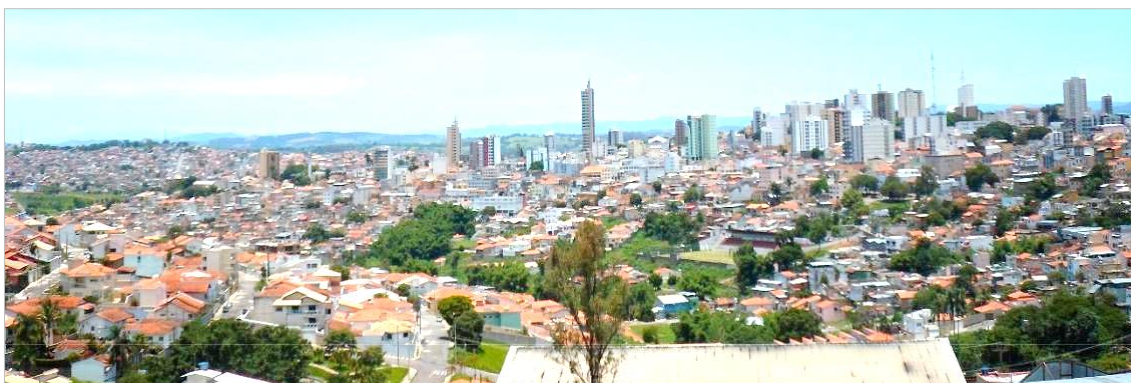
**Quadro 7.** IDH dos municípios da Microrregião de Varginha em 2010. Fonte: IBGE (2010)

Das cinco cidades melhor classificadas pelo *ranking* (excetuando a cidade de Três Pontas – situada no interior da Microrregião de Varginha), Varginha, Três Corações, Campanha e Monsenhor Paulo, todas estão localizadas às margens ou muito próximas da BR-381, situação que poderia ter relação com a qualidade de vida local, afinal de contas, a Fernão Dias é um importante eixo de ligação entre metrópoles e grande facilitador de logística e de circulação. Apesar disso, verificou-se que a cidade de Carmo da Cachoeira, que também está localizada às margens da rodovia, encontra-se na última posição do *ranking*, posição que evidencia a não existência de um padrão de comportamento.

As indicações feitas no decorrer dessa seção visam subsidiar o interesse pelas cidades da microrregião de acordo com a função preponderante de cada uma. Dessa forma, tanto o fluxo de pessoas quanto o de capital podem escolher as melhores localidades de acordo com seus propósitos – seja para fins ligados a prática agropecuária, a industrial ou comercial. A seguir, encerra-se os estudos sobre a Microrregião de Varginha com apontamentos a respeito dos elementos de atração e interação econômica de sua principal cidade.

### 3.4.1 Elementos de atração e interação econômica

Nesta seção serão indicados quais são os principais elementos de atração e de interação econômica da cidade de Varginha (**Figura 27**) com outras cidades do Sul de Minas. O objetivo é fundamentar a condição de cidade média de nível superior desse que é o principal centro urbano da Microrregião de Varginha. Para justificar sua centralidade na prestação de serviços especializados e na geração de empregos formais, recorreu-se aos apontamentos de Filho, Rigotti e Campos (2007) sobre os quatro níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais.



**Figura 27.** Vista parcial da cidade de Varginha. Fonte: extraída de Manoel (2017)

A partir de pesquisas que demandaram esforços teóricos e práticos, Filho, Rigotti e Campos (2007) apresentaram a categorização de 102 cidades mineiras susceptíveis ao nível de cidade média – a de Varginha foi uma das selecionadas. Devido a variação econômica e populacional encontrada nessas cidades, foram divididas em quatro níveis hierárquicos, sendo: os centros urbanos emergentes,

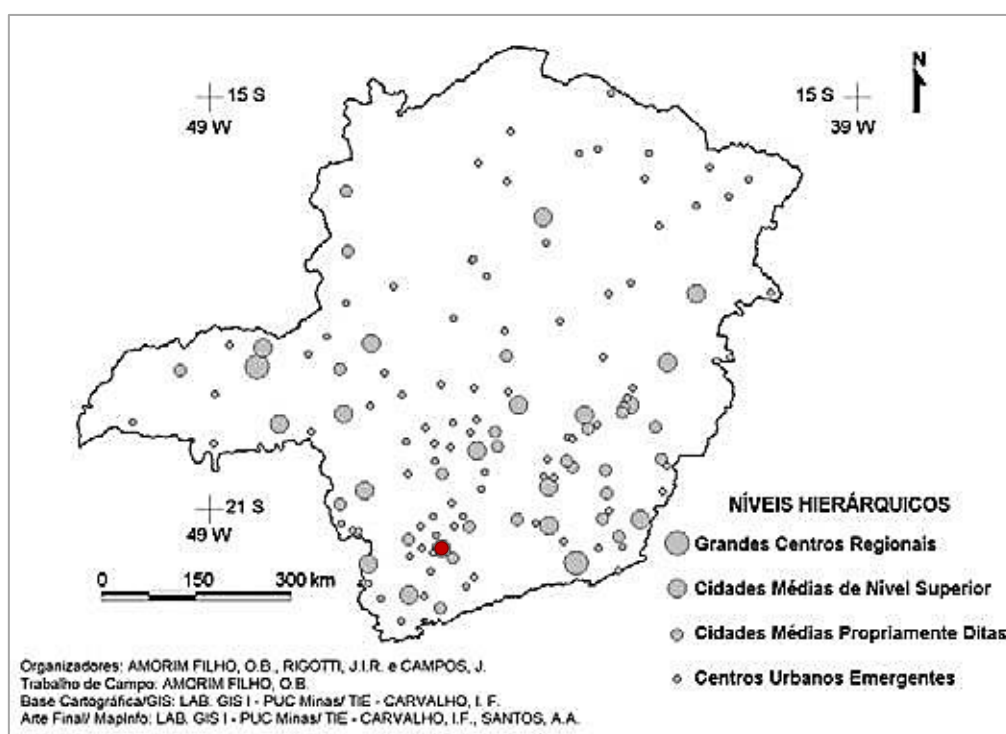
as cidades médias propriamente ditas, as cidades médias de nível superior e os grandes centros regionais. A separação foi necessária para estabelecer o grau de centralidade exercida por cada um dos centros urbanos analisados, que varia dependendo da conjuntura da cidade.

De acordo com as definições colocadas por Filho, Rigotti e Campos (2007) os centros urbanos emergentes estão na transição entre as pequenas cidades e as cidades médias propriamente ditas – e não chegam aos 50.000 habitantes na sede municipal. Já as cidades médias propriamente ditas são as que apresentam características mais intermediárias, essas “encontram em sua quase totalidade com população [urbana] entre 20.000 e 100.000 habitantes” (FILHO, RIGOTTI e CAMPOS, 2007, p. 9). Posterior, as cidades médias de nível superior possuem entre 70.000 e 200.000 habitantes e “desenvolveram, paralelamente à indústria, dinâmicos setores de comércio e de [prestação de] serviços” (FILHO, RIGOTTI e CAMPOS, 2007, p. 9). Por fim, os grandes centros regionais possuem em torno de 400.000 habitantes e polarizam vastos espaços regionais.

Os resultados trazidos por Filho, Rigotti e Campos (2007) são importantes pois mostram os frutos de uma investigação que se estendeu por três períodos. O primeiro deles, publicado em 1982, resultou no que chamaram de classificação pioneira, isto é, a condição que se encontravam essas cidades no ano analisado. Dezessete anos depois da primeira publicação, as 102 cidades foram novamente alvo de investigação e disso surgiu a classificação de 1999 que permitiu observar a dinâmica dos centros urbanos e indicar se permaneceram na mesma categoria ou não. Por fim, em busca de novos pareceres, os autores divulgaram sete anos mais tarde a hierarquização exploratória de 2006, texto que evidencia a realidade atual das cidades médias do estado de Minas Gerais.

De acordo as indicações de Filho, Rigotti e Campos (2007), Varginha não sofreu alteração em sua classificação desde a primeira publicação. Significa que Varginha (conforme localização destacada em vermelho na **Figura 28**) encontra-se na categoria de cidade média de nível superior. Os centros urbanos presentes nessa categoria, “além de fortalecerem sua posição e suas ligações no domínio

regional, começam a estender [a ampliar] essas ligações a pontos situados para além desses domínios” (FILHO, RIGOTTI e CAMPOS, 2007, p. 9). Em resumo, esse tipo de unidade espacial continua a evoluir e as suas dinâmicas favorecem a ida para o patamar posterior a que se encontram, de grandes centros regionais.



**Figura 28.** Classificação das cidades médias de Minas Gerais, 2006. Fonte: adaptado de Filho, Rigotti e Campos (2007, p. 16)

A ideia de que as cidades médias de nível superior tendem a alcançar o patamar de grandes centros regionais é aceitável quando comparada a ideia de Regiões Geográficas Intermediárias dispostas por IBGE (2017b). De acordo com esse estudo, Varginha passou a ser a referência intermediária entre a metrópole de Belo Horizonte e 82 pequenas e médias cidades que participam de sua rede urbana, condição que estudos secundários certamente irão confirmar.

Feita a classificação de Varginha no cenário das cidades médias de Minas Gerais, o que será exposto no **Quadro 8** são os principais elementos de atração e de interação econômica (no que refere à prestação de serviços especializados



e Unidades Locais geradoras de emprego) presentes nesse centro urbano e que justifica sua importância para as demais cidades em sua área de cobertura.

ELEMENTOS DE ATRAÇÃO	Nº TOTAL	UNIDADES NA CIDADE	DESCRIÇÃO	
Equipamentos Públicos de Saúde e Salvamento	04	01	Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar	
		01	Centro Operacional Macro Sul de Minas do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)	
		01	Hospital Regional do Sul de Minas	
		01	Unidade de Pronto Atendimento (UPA-24h)	
Departamentos Regionais do Governo Federal ou Estadual	09	01	Cidade Administrativa de Minas Gerais	
		01	Delegacia da Receita Federal	
		01	Departamento da Polícia Federal	
		01	Gerência Executiva do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	
		01	Gerência Regional do Trabalho e Emprego	
		01	Regional do Instituto de Previdência dos Servidores de Minas Gerais (IPSEMG)	
		01	Secretaria de Administração da Fazenda	
Centros Presenciais de Educação profissionalizante ou de Ensino Superior	10	02	Centro Universitário do Sul de Minas (UNIS)	
		01	Faculdade Cenecista de Varginha (FACECA)	
		01	Faculdade de Direito de Varginha (FADIVA)	
		01	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)	
		01	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	
		01	Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)	
		03	Universidade José do Rosário Vellano (UNIFENAS)	
Redes de TV	03	01	EPTV Sul de Minas (Afiliada TV Globo)	
		01	Rede Mais TV (Afiliada Record TV)	
		01	TV Alterosa (Afiliada SBT)	
Rede Bancária Diversificada	20	03	Agência Banco do Brasil	
		01	Agência Banco Mercantil do Brasil	
		01	Agência Banco Rabobank Internacional	
		03	Agência Banco Santander	
		03	Agência Bradesco	
		02	Agência Caixa Econômica Federal	
		01	Agência HSBC Bank Brasil	
		04	Agência Itaú Varginha	
		02	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Varginha Ltda. (SICOOB CREDIVAR)	
Transportes de Cargas e de Passageiros	03	01	Aeroporto Major Brigadeiro Trompowsky	
		01	Porto Seco Sul de Minas	
		01	Terminal Rodoviário de Varginha	
Entretenimento de grande porte	01	01	Via Café Garden Shopping	
Outras Unidades Locais geradoras de emprego (Fonte: CAGED, 2019)		522	Construção civil	1.877 empregos formais
		729	Indústria de transformação	7.368 empregos formais
		2.653	Comércio	9.798 empregos formais
		4.019	Serviços	17.061 empregos formais

**Quadro 8.** Principais elementos de atração e interação econômica em Varginha. Fonte: própria

As prestações de serviços especializados mais a quantidade de Unidades Locais geradoras de emprego, encontrados na cidade de Varginha, simbolizam os elementos de atração e interação econômica geralmente encontrados nesse tipo de centro de urbano. Os indicativos explicados no **Quadro 9** servem tanto à população local como outras no entorno do centro urbano referência. A respeito dessa afirmativa, Filho, Rigotti e Campos (2007) registram que “[...] no interior de suas próprias regiões, [essas cidades] são encaradas pela população regional como cidades grandes” (FILHO, RIGOTTI e CAMPOS, 2007, p. 9), isto é, como um local onde é possível suprir as necessidades especializadas do cotidiano.

ELEMENTOS DE ATRAÇÃO	PRINCIPAIS MOTIVOS DA ATRAÇÃO
Equipamentos Públicos de Saúde e Salvamento	Possibilidade de atendimento médico especializado 24 horas, serviço hospitalar qualificado monitorado, apoio capacitado imediato em caso de acidentes graves
Departamentos Regionais do Governo Federal ou Estadual	Busca por serviços especializados como o de emissão de passaportes e registros específicos; por regularização de pendências com a União; apoio aos servidores públicos estaduais e federais; busca por serviços inexistentes em cidades menores
Centros Presenciais de Educação profissionalizante ou de Ensino Superior	Possibilidade de formação e/ou especialização na própria região sem necessidade de deslocamento para localidades mais distantes
Redes de TV	Ocorre pela divulgação da cidade em nível regional e nacional
Rede Bancária Diversificada	Oferece mais opções em termos de escolha na prestação de serviços financeiros
Transportes de Cargas e de Passageiros	Oferta de negociações alfandegadas e de armazenagem; rapidez nos deslocamentos para grandes cidades; deslocamentos intermunicipais e interestaduais via terrestre para vários destinos
Entretenimento de grande porte	Acesso às grandes lojas de departamentos, franquias em geral e lazer em ambiente fechado
Outras Unidades Locais geradoras de emprego	De acordo com o levantamento feito em CAGED (2019), os setores da Indústria de transformação, da Construção Civil, Comércio e Serviços, disponibilizavam em Varginha (em janeiro de 2019) um total de 36.104 empregos formais

**Quadro 9.** Descrição dos elementos de atração e interação econômica. Fonte: própria, 2019

Os 50 primeiros elementos de atração promovem a interação econômica por meio da circulação de dinheiro decorrente dos empregos disponibilizados por eles. Além disso, as pessoas que se deslocam até Varginha para usufruírem das

prestações de serviços especializados também promovem interação econômica através dos gastos com transporte, hospedagem, alimentação, etc. Além destes, as 7.923 Unidades Locais geradoras de empregos promovem os mesmos tipos de interações já citados através das 36.104 ocupações formais na cidade. Posto isso, seguem as considerações finais do trabalho.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho a Microrregião de Varginha foi caracterizada a partir da análise combinada de três aspectos geográficos: território, população e economia. Abaixo está a síntese das conclusões levantadas e as reflexões finais do trabalho, bem como a presença de um quadro-resumo das conclusões.

A primeira conclusão a que se chegou foi que seu território teve origem a partir da fundação do povoado de Campanha, no ano de 1737, e que a partir daí a ocupação foi lenta, visto que o último povoado a ser criado na microrregião foi Ilícinea, dois séculos depois do primeiro. Esse apontamento indica, portanto, que a região não foi ocupada de maneira rápida e planejada.

Sobre a distribuição da população atual pela Microrregião de Varginha, a investigação retornou que a área é formada por aglomerações majoritariamente pequenas – até 20.000 habitantes –, o que faz dessa localidade Essencialmente Rural. Situação que torna o espaço potencialmente interessante para o setor da indústria, comércio e serviços, pela possibilidade de evolução espacial que ainda possui. Essa evolução depende essencialmente da entrada de mais capital, que, pelas indicações realizadas no decorrer do trabalho, podem ocorrer de maneira direcionada de acordo com o Produto Interno Bruto de cada município.

Ainda sobre a população, a análise mostrou que existem três municípios onde a concentração de habitantes está em situação transitória, entre a pequena e a média cidade – entre 20.000 e 50.000 habitantes – (Boa Esperança, Campos Gerais e Elói Mendes), e outros três que, juntos, concentram mais da metade da população local (Três Pontas, Três Corações e Varginha). Das últimas, concluiu-se que apenas a de Varginha encontra-se na categoria de cidade média devido seu poder de polarização regional. A reflexão surgida desse apontamento é que Varginha se sobrepõe aos 15 municípios pertencentes à área de sua cobertura e que Três Pontas e Três Corações se sobrepõem, junto com Varginha, aos 13 municípios menores, em uma hierarquia urbana em forma de pirâmide.

A presença de Varginha na microrregião concentra as atividades terciárias e indústrias, indicando uma tendência no aumento populacional e esvaziamento de alguns pequenos municípios. Esses pequenos municípios, por sua vez, com forte presença das atividades agropecuárias passam a contribuir para a dinâmica econômica dos municípios maiores, pois são neles que a população regional vai em busca dos serviços mais especializados.

A respeito da dinâmica populacional, concluiu-se que a microrregião tem apresentado reduções nas taxas de crescimento populacional. A análise mostrou que a diminuição encontrada entre os períodos censitários de 1970 a 2010 é algo esperado e reflexo do que vem ocorrendo a nível de Brasil – a população cresce, geralmente, em um ritmo menor do que a taxa anterior –, situação que decorre, em especial, da diminuição da taxa de fecundidade. Propõe-se que os poderes públicos locais, a partir dessa conclusão, passem a estimular a vinda de pessoas para a região, para que, com isso, possam garantir a reposição da mão de obra.

Isso porque, a respeito do poder de atração da Microrregião de Varginha, a pesquisa trouxe dados e também informações que evidenciaram que a área é historicamente pouco atrativa para imigração. O pouco magnetismo tem relação com a posição geográfica da microrregião, tendo em vista a sua localização entre três importantes metrópoles – São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro – que são fortes receptoras de mão de obra e a proximidade a microrregiões que tem atraído mais imigrantes – como é o caso da de Pouso Alegre. A reflexão que se fez é que a localização é uma variável importante para as interações espaciais de pessoas e deve ser levada em conta para colocar em prática a proposição do parágrafo anterior.

Os estudos possibilitaram posicionar ainda a Microrregião de Varginha no tocante ao processo de divisão regional. Com isso, pôde-se indicar que o número de municípios associados à microrregião variou entre 16 e 85 no decorrer desse processo. O apontamento é importante pois revela, em parte, o sistema utilizado pelo IBGE para regionalizar o território brasileiro (uma metodologia que partiu de agrupamentos amplos, isto é, grandes delimitações em que faziam parte muitos

municípios, para uma menor, onde em pequenas porções do território, reuniram-se um grupo reduzido de unidades com similaridades realmente características.

Sobre o fato da Mesorregião Sul e Sudoeste não ter uma cidade grande, chegou-se à conclusão que a situação deve-se a dois fatores: primeiro, pelo fato da centralidade da região ser compartilhada, o que reduz a possibilidade de uma das cidades pelo chegar ao patamar de porte grande; o segundo, pelo constante rearranjo nas interações espaciais vividas pelas microrregiões da mesorregião – como o mostrado entre as de Varginha e Pouso Alegre. Desse modo, no Sul de Minas Gerais, Varginha capitaliza a dinâmica socioeconômica, juntamente com Pouso Alegre, que, pela proximidade com a Fernão Dias tendem a concentrar população e capital, conforme exposto pelo trabalho.

A respeito da economia, evidenciou-se que a variação do PIB tem relação com a localização da microrregião que, no contexto das interações espaciais, tem uma função específica dentro da lógica capitalista da reprodução do capital. Ou seja, as cidades que compõem a área têm, majoritariamente, uma predisposição para o fornecimento de produtos agropecuários e matérias-primas, na contramão de outras ao redor que, pelo fator “localização” exercem outros tipos de funções, como a de concentração industrial. A seguir está o quadro-resumo (**Quadro 10**) com as conclusões já expostas e outras que visam complementar as principais ideias levantadas sobre a Microrregião de Varginha.

**Quadro 10.** Resumo das principais conclusões sobre a Microrregião de Varginha

Ideia	Proposta	Recurso	Resultado	Reflexão
Região	Descobrir a origem e o contexto da ocupação	Pesquisa Documental	Foi ocupada a partir de 1737 no contexto do ciclo do ouro	Desde essa época os espaços regionais eram ocupados mediante propósitos preestabelecidos
	Apontar as datas de fundação dos primeiros povoados	IBGE- Cidades	Da criação do primeiro povoado ao último, transcorreu-se dois séculos	A ocupação foi lenta, o que leva à compreensão de que a procura pelas terras da região não foi intensa
	Inserir a região no Contexto da regionalização	Pesquisa Documental	Passou por quatro delimitações ao curso de sua história	As delimitações evidenciam o constante rearranjo dos espaços regionais
População	Evidenciar a distribuição da população pela delimitação	IBGE- SIDRA	É formada majoritariamente por pequenas cidades	É um espaço com potencial crescimento horizontal
	Caracterizar os municípios da microrregião pela densidade demográfica	Adaptação do modelo de classificação da OCDE	Apenas 2 de seus 16 municípios são considerados urbanos	O resultado contradiz a indicação do IBGE de que a região é preferencialmente urbana
	Caracterizar a microrregião pela densidade demográfica	Adaptação do modelo de classificação da OCDE	A microrregião é um espaço regional Essencialmente Rural	A população da microrregião possui um modo de vida ligado mais intimamente aos costumes do campo
	Apontar a dinâmica demográfica da microrregião	IBGE- SIDRA	Apresenta diminuição nas taxas de crescimento	A situação pode interferir na reposição da força de trabalho da microrregião
	Mostrar o poder de atração da microrregião	IBGE - SIDRA; Pesquisa Documental	É uma região historicamente pouco atrativa	Há a necessidade de se propor mecanismos para a atração de quantitativos populacionais
Economia	Analisar o Produto Interno Bruto regional	IBGE- SIDRA	A Microrregião de Varginha perdeu o destaque do PIB Regional para a de Pouso Alegre	A desconcentração de capital intensivo nas principais metrópoles do país interferiu na dinâmica econômica regional
	Analisar o Produto Interno Bruto microrregional	IBGE- SIDRA	Verificou-se a existência de uma maior reprodução do setor agropecuário	A reprodução do setor agropecuário mostra a importância desse setor para a microrregião
	Analisar o setor agropecuário	IBGE- SIDRA	Possui a maior capacidade de armazenamento da mesorregião	É a principal referência para a armazenagem de produtos agropecuários
	Função da microrregião	Corrêa (1997)	Os resultados anteriores estão relacionados à questão da localização	A interações espaciais interferem na dinâmica econômica e populacional das regiões
	Fundamentar a importância da cidade de Varginha	Dados secundários	Possui 50 elementos de atração e interação econômica além de 7.923 Unidades Locais geradoras de empregos formais	Possui serviços especializados que atentem à população local e regional

Fonte: própria, 2019

Os resultados, se vistos individualmente, trazem informações importantes da origem do território, a respeito do comportamento populacional e econômico da Microrregião de Varginha, questões até então pouco exploradas na literatura. Se compreendidos juntos, mostram uma delimitação geográfica cuja dinâmica territorial e socioeconômica ocorreram em virtude das interações espaciais, que desde o início do século XVIII vem modelando o espaço investigado. Com efeito, indica-se o método sistêmico (utilizado para se chegar a esses resultados) como a principal opção para a caracterização de microrregiões geográficas, tendo visto que a abordagem permite ao pesquisador vislumbra-las de uma maneira mais abrangente.



## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. *In: Inter-relações entre as transformações demográficas e a agenda social*. Texto para discussão IPEA, São Paulo/Rio de Janeiro, 2000. Nº. 702

ALMEIDA, Eduardo Simões de. A duplicação da rodovia Fernão Dias: uma análise de equilíbrio geral. **Revista Economia**, Selecta, Brasília(DF), v. 5, n. 3, p. 321-353, dez. 2004

ALVES, Flamarion Dutra. Cidades pequenas no sul de Minas Gerais: ruralidades presentes no território. *In: FERREIRA, Marta Marujo; VALE, Ana Rute do (Orgs.) Dinâmicas geográficas no sul de Minas Gerais*. Curitiba: Appris, 2018. p.107-127

ALVES, Flamarion Dutra. Considerações sobre métodos e técnicas em geografia humana. **Dialogus**, Ribeirão Preto, v.4, n.1, p. 227-241, 2008

ALVES, Flamarion Dutra; VALE, Ana Rute do. A relação campo-cidade e suas leituras no espaço. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013. p. 33-41

AMORIN FILHO, Osvaldo Bueno; SENA FILHO, Nelson de. A morfologia das cidades médias. Goiânia: **Ed. Vieira**, 2007

ANDRADE, Alexandre Carvalho de. As cidades médias e suas inserções nos espaços regionais: o contexto do sul de Minas. **Revista Territorium Terram**, v. 3, n. 5, p. 64-79, jan./jun., 2015

ÁZARA, Leiziane Neves de. Eficiência dos municípios com relação aos gastos públicos na microrregião de Varginha/MG. 78f. Dissertação (mestrado em Administração Pública) - **Universidade Federal de Alfenas**, campus Varginha, 2016

BEZZI, Meri Lourde. Região: uma (re) visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas. 292 p. Santa Maria: **Ed. Da UFSM**, 2004

BRANQUINHO, Evânio dos Santos; SILVA, Leticia Silvério da. A reestruturação das cidades médias: o caso de Alfenas no sul de Minas Gerais. *In: Dinâmicas Geográficas no Sul de Minas Gerais* / Marta Marujo Ferreira, Ana Rute do Vale (Organizadoras). - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2018, p. 79-106

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia. Departamento de Geografia. **Divisão do Brasil em micro-regiões homogêneas (1968)**. Rio de Janeiro, 1970

BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. Estudo sobre o conceito de região. 121f. Dissertação de Mestrado. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, 1986

CALAES, Gilberto Dias; SOUZA, Alexandre; FERREIRA, Gilson Ezequiel; WEISZ, Joel; OLIVEIRA, Laíce Calaes de; CASTRO, Núria Fernandes de. Rutas minerales en ibero américa y ordenamiento territorial: un factor integral para el desarrollo sostenible de la sociedad - proyecto rumys: estrada real. **Primeira Reunião Internacional do Programa RUMYS Rutas Minerales en Ibero América y Ordenamiento Territorial: Un Factor Integral para el Desarrollo Sostenible de la Sociedad, 2008**

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. Economia sul-mineira: o abastecimento interno e a expansão cafeeira (1870-1920). **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada** – vol. 4, n. 6 /Jan.-Jun. 2009

CHAVES, Edneila. Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico: elementos norteadores gerais. **Universidade Federal Fluminense**, 2012

CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 30, pp. 05 - 12, 2011

CORRÊA, Roberto Lobato. Informação apresentada no evento comemorativo dos 20 anos do programa de pós-graduação em geografia da UFRGS – vinte anos geografando e contextualizando as questões ambientais, territoriais e de ensino (3º dia), 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/posgeaufrgs/videos/932724070229689/> acessado em: 05/03/2019

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. Série Princípios. **ed. Ática**, São Paulo, 1989

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. *In*. CASTRO, I. E. GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Explorações Geográficas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 279-318

CORRÊA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. - 7º ed. - **Editora Átila**: São Paulo, 2003

COSTA, Cláudia Cristina Rios Caxias da. A migração de retorno para o estado da Bahia: uma análise demográfico-espacial 1991-2000. 161f. Dissertação (Mestrado) – **Pontifícia Universidade Católica de Minas**. Belo Horizonte, 2007

DELFINO, Leonara Lacerda. A família negra na freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia de escravidão no sul de Minas (1810-1873) / Dissertação (Mestrado em História) – **Universidade Federal de Juiz de Fora**, Juiz de Fora, 2010

DINIZ, Alexandre Magno Alves; BATELLA, Wagner Barbosa. O estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 17 (33): 59-77, dez. 2005

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 13, n. 2, 2011 p. 153-167

FILETTO, Ferdinando. Trajetória histórica do café na região sul de Minas Gerais. 133p. Dissertação (Mestrado) - Lavras: **UFLA**, 2000

FILHO, Oswaldo Bueno Amorim; RIGOTTI, José Irineu Range; CAMPOS, Jarvis. Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. **R. RA´E GA**, Curitiba, n. 13, p. 7-18, 2007. Editora UFPR

GIRÃO, Osvaldo; CORRÊA, Antonio Carlos de Barros. A contribuição da geomorfologia para o planejamento da ocupação de novas áreas. **Revista de Geografia**. Recife: UFPE DCG/NAPA, v. 21, n. 2, jul./dez. 2004

GODOY, Marcelo Magalhães; et al. Região, população e transportes em Minas Gerais na Era Vargas. As contradições da era ferroviária e as correlações entre infraestrutura viária, território heterogêneo e distribuição e mobilidade populacionais. **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 274-302, mai./ago. 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação / **IBGE, Coordenação de Geografia** – Rio de Janeiro: IBGE, 2017a

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas. Vol. 1 – Rio de Janeiro, 1990

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Enciclopédia dos municípios brasileiros, v. 24-27, Rio de Janeiro, 1958

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Quadro da divisão regional das unidades federativas brasileiras. *In*: **REVISTA B. GEOGRAFIA**, ano IV, n. 1. RJ, 1942

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). Regiões de influência das cidades. Rio de Janeiro, 2007

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). Sinopse estatística do Brasil. v 1. Rio de Janeiro, **Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Diretoria de Divulgação, 1977

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2017b

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL (Org.). Café: vida, rodução e trabalho: AGRICULTORES E ASSALARIADOS RURAIS. [s.l.]: [s.n.], 2004. 65f.

LARA, José Edson. SOARES, Antonia Dolores Bélico. A participação dos portos secos na interiorização das operações de importação e exportação: um estudo de caso. **Facef Pesquisa** - v.8 - N° 3 - 2005

LEFEBVRE, Henri. A cidade do capital. Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: **DP&A**, 2001, 2° ed.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 5.ed. São Paulo: **Centauro**, 2008. 144p

LIMBERGER, Leila. Abordagem sistêmica e complexidade na geografia. **Revista Geografia** – v. 15, n. 2, jul./dez. 2006

MANOEL, Lucas. Dinâmica socioeconômica da Rua do Comércio da cidade de Elói Mendes/mg. 50f. Trabalho de Conclusão de Curso. **Universidade Federal de Alfenas**, Alfenas, 2016

MANOEL, Lucas. Discussões teóricas e práticas da pequena e média cidade. Número Especial da **Revista Estudos Geográficos** – XIII Seminário da Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, 15(0): 2-16, jan./jun. 2017 (ISSN 1678—698X)

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, n.19, 2002

MARTINS, Iara Borges, et al. Sustentabilidade financeira dos municípios da Microrregião de Varginha/MG. **XX SEMEAD** – Seminários em Administração, Novembro de 2017

MINAS GERAIS (Org.). Caderno regional do sul de Minas. [s.l.]: [s.n.], 2014. 235 f.

MOREIRA, Ruy. Sociedade e espaço no Brasil (as fases da formação espacial brasileira: hegemonias e conflitos). **Boletim Paulista de Geografia**, SÃO PAULO, n° 83, p. 7-31, 2005

PORTUGAL, Nilton dos Santos. Gestão e sustentabilidade: um estudo sobre as ações e as percepções dos microempreendedores individuais da microrregião de Varginha-MG. 196f. Tese (doutorado) – **Universidade Federal de Lavras**, 2014

RIBEIRO, Núbia Braga. Os povos indígenas e os sertões das minas do ouro no século XVIII. 405f. Tese de Doutorado. **Universidade de São Paulo – USP** - São Paulo, 2008

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPGE**, n.2, 2005

SCHNEIDER, Sergio; BLUME, Roni. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. **REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO**, Curitiba, n.107, p.109-135, jul./dez. 2004

SINGER, Paul. Economia política da urbanização. – 11ª. ed. – São Paulo: **Editora Brasiliense**: São Paulo, 1987

SINGER, Paul. O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista. *In: a produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. Org. Ermínia Maricato. ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1982

SILVA, André de Paula; ZARO, Leonardo de Sousa. A expansão urbana e industrial de Pouso Alegre – MG. 53f. Trabalho de Conclusão de Curso. **Universidade Federal de Alfenas**, 2015

STAMM, C.; WADI, Y. M.; STADUTO, J. A. R. São as cidades médias responsáveis pelo espraiamento espacial da riqueza nacional? **Redes**, v. 15, n. 2, p. 66-91, 2010

VEIGA, Bernardo Saturnino. Almanach Sul-mineiro para 1874. *In: TYPOGRAFIA DO MONITOR SUL-MINEIRO*, Campanha, 1874

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Urbanização e ruralidade: relações entre a cidade pequena e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios de pernambuco. Recife, 2001

## ANEXO 1. Reportagem sobre o Porto Seco Sul de Minas

### Operação Rotherdam: MPF e Polícia Federal combatem fraude alfandegária no Porto Seco de Varginha

07/11/2007

O maior porto seco do país foi alvo nesta quarta-feira, 07 de novembro, de operação conjunta do Ministério Público Federal (MPF) e da Polícia Federal para combater um esquema de corrupção arquitetado para liberar fraudulentamente cargas destinadas à importação ou exportação. O nome Roterdam, dado à operação, é uma alusão ao maior porto do mundo, o de Rotterdam, na Holanda.

Dez pessoas foram presas, entre auditores da Receita Federal, despachantes aduaneiros, contadores e empresários. Os mandados de prisão foram expedidos pela Justiça Federal em Varginha, no ato de recebimento de seis denúncias oferecidas pelo MPF em meados de outubro. Foram cumpridos também 45 mandados de busca e apreensão nas cidades de Varginha, Santa Rita do Sapucaí, Illicínea, Belo Horizonte, São Paulo, Campinas e Valinhos.

O esquema vinha sendo investigado há cerca de seis meses, o que possibilitou a reunião de provas suficientes ao oferecimento das seis denúncias. No entanto, segundo o MPF, essas denúncias são uma ínfima parte do esquema, que somente será totalmente desvendado a partir da análise do material e com os depoimentos colhidos nesta quarta-feira. Ao final da investigação, outras denúncias serão oferecidas, alcançando um número muito maior de pessoas envolvidas.

Os denunciados irão responder pelos crimes de formação de quadrilha, tráfico de influência, corrupção ativa e passiva, contrabando, declarações falsas a autoridades fazendárias, violação de sigilo funcional, estelionato, falsidade ideológica, prevaricação e crimes contra o Sistema Tributário.

#### **Saiba mais**

- O Porto Seco, ou Estação Aduaneira Interior, é um terminal alfandegário de uso público, outorgado mediante o regime de permissão (no caso do PS de Varginha, à empresa Armazéns Gerais Agrícola). Nele, são executadas operações de movimentação, armazenagem e despacho de mercadorias e de bagagem sob controle aduaneiro. O porto seco é instalado, preferencialmente, próximo às regiões produtoras e consumidoras, proporcionando simplificação de procedimentos para o contribuinte, além de aliviar o fluxo de mercadorias dos portos, aeroportos e pontos de fronteira.

- No porto seco são também executados todos os serviços aduaneiros a cargo da Secretaria da Receita Federal, inclusive os de processamento de despacho aduaneiro de importação e de exportação (conferência e desembaraço aduaneiros).

- O despacho aduaneiro tem por finalidade verificar a exatidão dos dados declarados pelo exportador ou importador em relação à mercadoria exportada ou importada, aos documentos apresentados e à legislação vigente, com vistas ao desembaraço. Em virtude do desembaraço é autorizada a saída da mercadoria para o exterior, no caso de exportação, ou a entrega da mercadoria ao importador, no caso de importação.

- O Porto Seco Sul de Minas fica localizado em Varginha, na Rodovia BR 491, Km 16. Com acesso aos principais portos e aeroportos do país, o terminal dista cerca de 300 km de São Paulo e Belo Horizonte, cerca de 380 Km do Rio de Janeiro e Santos e a cerca de 325 Km do Aeroporto Viracopos, em Campinas, áreas responsáveis pela geração de aproximadamente 65% do PIB brasileiro.

- Segundo levantamentos, as exportações de café representam cerca de 30% do volume de material exportado através do Porto Seco Sul de Minas. Entretanto, destacam-se também as exportações de materiais de autopeças, pedras ornamentais, eletroeletrônicos, ração animal, componentes aeronáuticos, aeronaves e artesanato.

Ascom-MPF/MG

Fonte: <http://www.prmg.mpf.mp.br/imprensa/noticias/criminal/mpf-e-policia-federal-combatem-fraude-alfandegaria-no-porto-seco-de-varginha>